



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

Largo de Camões – 5400 - 150 Chaves

Telefone: 276340500 Fax: 276327724 – E-mail- assembleia.municipal@chaves.pt

Ata n.º 3 - 30/04/2019

Aos trinta dias do mês de abril de dois mil e dezanove, reuniu, em sessão ordinária, a Assembleia Municipal de Chaves, no Auditório do Centro Cultural, pelas nove horas, com a seguinte ordem de trabalhos: -----

PONTO 1 – Aprovação de ata da sessão anterior; -----

PONTO 2 – Informação prestada pelo senhor Presidente da Câmara; -----

PONTO 3 – Prestação de Contas relativa ao exercício económico de 2018. Informação n.º 13/DGF/2019; -----

PONTO 4 – 1.ª Revisão aos Documentos Previsionais de 2019. Informação n.º 15/DGF/2019; -----

PONTO 5 – Autorização de concessão de apoio às Freguesias, por parte do Município de Chaves, em vista à realização de obras de importância local - Aprovação de matriz de protocolo disciplinador dos direitos e obrigações das partes signatárias. Proposta n.º 25/GAP/2019; -----

PONTO 6 – Celebração de Contrato de comodato entre o Município de Chaves e a Junta de Freguesia de Vilela Seca. Proposta n.º 19/GAPV/2019; -----

PONTO 7 – Pedido para marcação de lugares de estacionamento na sede da Junta de Freguesia de Loivos, no Largo do Cruzeiro, para estacionamento do Pároco da reguesia – Informação da Divisão de Projetos e Mobilidade do Eng.º Bruno Rua, datada de 10.01.2019; -----

PONTO 8 – Colocação de sinais de Stop e espelhos – processo n.º 940/18 – Junta de Freguesia de Vila Verde da Raia. Informação da Divisão de Projetos e Mobilidade do Eng.º Bruno Rua, datada de 14.02.2019; -----

PONTO 9 – Certidão de reabilitação para efeitos de isenção de IMT. Informação n.º 104/DSCH/19, do Técnico Superior Artur Lopes Baltazar; -----

PONTO 10 – Certidão de reabilitação para efeitos de isenção de IMI. Informação n.º 102/DSCH/19, do Técnico Superior Artur Lopes Baltazar; -----

Presidiu esta sessão, o **Presidente da Assembleia Municipal de Chaves**, Dr. Altamiro da Ressurreição Claro. -----

Dos setenta e nove membros que constituem a Assembleia Municipal de Chaves, estiveram presentes, nesta sessão, os seguintes: -----

Pelo Grupo Municipal do PS: Altamiro da Ressurreição Claro, Anselmo José Martins, Maria Aline Silva Ferreira Caetano, Brigitte Raquel Bazenga Vieira Tomás Gonçalves, Fernando Luís Lopes Moreira, Nuno André M. Coelho Afonso, Fátima Liliana Fontes Correia, Júlio Eliseu dos Anjos Alves, Isabel Maria Ruivo Seixas Martins, Manuel Guerra Afonso, Domingos de Moura Alves, Maria Adalgisa P. F. Silva Babo, José Francisco de Resendes Carreira, Rui Miguel Alves Sousa Pinheiro, Cristina Maria Inocêncio Imaginário, Rogério Alberto Amorim Reis Moura, Maria Manuela Santos Rainho, Luiz Mário Alves Carneiro, Sandra Celina Fernandes Fonseca, António Jorge Sousa Pinto Barros. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

Largo de Camões – 5400 - 150 Chaves
Telefone: 276340500 Fax: 276327724 – E-mail: assembleia.municipal@chaves.pt

Ata n.º 3 - 30/04/2019

Pelo Grupo Municipal do PSD: Francisco António Taveira Ferreira, Maria Inês Pereira Dias, João Miranda Rua, Nelson Paulo Gonçalves Montalvão, Maria Isabel Teixeira Carvalho da Cunha, António José dos Santos, Carlos Afonso de Moura Teixeira, Milena Sofia Vieira de Melo, Manuel Pedro Oliveira Branco Teixeira, Carlos Alberto Pinto Branco, Anabela Maria Neves Martins, Jaime Esteves de Abreu, Gilberto Gomes Alves, Higino Domingos Ferreira da Silva, Eurico Luís Pereira Anes de Azevedo. -----

Pelo Grupo Municipal da CDU: Paula Maria Morais Esteves, Maria José Gomes Teles Grilo. -----

Pelo Grupo Municipal do CDS/PP: Gonçalo André Nascimento Alves -----
Presidentes de Junta de Freguesia: Junta da Freguesia de Águas Frias: -----
Rogério Amaro Alves de Oliveira; Junta da Freguesia de Anelhe, Arlindo Santos Costa; Junta da Freguesia de Bustelo, José Fernandes M. Serralheiro; Junta da Freguesia de Calvão e Soutelinho da Raia, António Manuel Rua Reis; Junta de Freguesia de Curalha, Alfredo Augusto Dias Gaspar; Junta da Freguesia das Eiras, São Julião de Montenegro e Cela, Fernando Alberto Barreira de Moura; Junta da Freguesia de Faiões, Octávio Rodrigues Bastos; Junta de Freguesia de Lama de Arcos, João Ramos Duro; Junta da Freguesia de Loivos e Póvoa de Agrações, Cecília Maria Silva A. Alves; Junta da Freguesia de Madalena e Samaiões, João Manuel Almeida Pinto; Junta da Freguesia de Mairós, Adriano Vieira Rodrigues; Junta de Freguesia de Moreiras, António José Lopes; Junta da Freguesia de Nogueira da Montanha, António Lopes; Junta da Freguesia de Oura, António Eusébio Vieira Cardoso; Junta de Freguesia de Outeiro Seco, Carlos Alberto Batista Xavier; Junta da Freguesia de Paradela de Monforte, Gilberto Santos de Jesus; Junta da Freguesia de Planalto de Monforte (Oucidres e Bobadela), Luís Saraiva Garcia; Junta da Freguesia de Redondelo, Nelson Fernandes Costa; Junta da Freguesia de Sanfins da Castanheira, Rui Alberto Trinta Pintor; Junta da Freguesia de Santa Cruz/Trindade e Sanjurge, José António de Oliveira Carreira; Junta da Freguesia de Santa Leocádia, João Manuel Teixeira Pereira Borges; Junta da Freguesia de Santa Maria Maior, Hugo Manuel Alves Silva; Junta da Freguesia de Santo António de Monforte, Alcino do Nascimento Santos; Junta da Freguesia de Santo Estevão, Maria José Sena Barros; Junta da Freguesia de São Pedro de Agostém, Pedro Manuel Pereira Barroco; Junta da Freguesia de São Vicente da Raia, Mário José dos Anjos; Junta da Freguesia de Soutelo e Seara Velha, João Rua Banha; Junta da Freguesia de Travancas e Roriz, Filipe Maldonado Pinto; Junta da Freguesia de Tronco, Eduardo dos Santos Carneiro; Junta da Freguesia de Vale de Anta, Jorge José Pereira de Carvalho; Junta da Freguesia de Vidago, Arcossó, Selhariz e Vilarinho das Paraneiras, Rui Manuel Branco Rodrigues; Junta da Freguesia de Vila Verde da Raia, Pedro Miguel Rodrigues; Junta da Freguesia de Vilar de Nantes, Luís António Gonçalves Costa; Junta da Freguesia de Vilarelho da Raia, António Carvalhal dos Reis; Junta da Freguesia de Vilas Boas, Paulo Nuno de Jesus Pereira; Junta da Freguesia de Vilela do Tâmega, Ramiro Figueiredo dos Santos; Junta da Freguesia de Vilela Seca, Maria Natália Guerra. -----

Registaram-se os seguintes pedidos de substituição de membros da Assembleia Municipal: -----

António Manuel Pires de Almeida, do PS; Luís Manuel Areias Fontes, do PS; Gisela Maria Esteves Espírito Santo, do PS; Ernesto Salgado Areias, do PS; Carlos Alberto Soares Alves, do PS; Francisco José Gonçalves Oliveira, do PSD; Ana Maria Rodrigues Coelho, do PSD; José Ferreira Moura, do PSD; Francisco José Teixeira Lopes Silva Preto, do PSD; Cláudia Patrícia Quitério Bento, do PSD; Maria José Gonçalves Alves, do PSD; Pedro Miguel Vieira Miranda, do PSD; André Fontoura Faria, do PSD; Adelino



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

Largo de Camões – 5400 - 150 Chaves
Telefone: 276340500 Fax: 276327724 – E-mail- assembleia.municipal@chaves.pt

Ata n.º 3 - 30/04/2019

Júlio Ramada Parada, do PSD; Michele Alexandra Rodrigues da Costa, do PSD; Maria Ramos Rodrigues, do PSD; Manuel Justino Matos Cunha, da CDU; Raul Miguel Matos Cunha, da CDU.-----

Faltaram a esta sessão os seguintes membros da Assembleia, Municipal: -----
Eduardo Júlio Alves Brás, do PS; Ana Maria Guedes Chaves Fernandes, do PSD; presidente da Junta da Freguesia de Cimo de Vila da Castanheira, Lúcia Maria Chaves Silva; presidente de Junta da Freguesia de Ervededo, Ilídio Jorge Chaves Correia; -----

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA -----

O senhor Presidente da Mesa, **Dr. Altamiro Claro**, após cumprimentar a Assembleia, deu conhecimento do expediente, que deram entrada no Gabinete de Apoio Assembleia Municipal, até à presente data. -----

Seguidamente deu entrada na Mesa da Assembleia, a seguinte Moção apresentada pelo Grupo Municipal da CDU: **“Pelo direito ao transporte público mais barato e acessível”**. -----

Colocada à votação para discussão, a mesma foi admitida por unanimidade. -----

Foi lida pelo membro da Assembleia Municipal, Maria José Telles Grilo, que começou por fazer a seguinte saudação aos trabalhadores, a propósito do **1º de Maio**: -----

“Longe vai o 1º de Maio de 1886, em Chicago, quando os operários em greve pelas 8 horas de trabalho diário organizaram uma grandiosa manifestação, violentamente reprimida pelas forças policiais, que se saldou por numerosas mortes, feridos e prisões. Os considerados responsáveis por este gigantesco protesto foram condenados à forca, mas o sacrifício de todos não foi em vão; por todo o mundo nesta data surgiram e surgem greves e manifestações, reivindicando direitos e melhores condições de trabalho para aqueles que com a sua mente e as suas mãos acrescentam mais-valia a tudo que consumimos e assim o 1º de Maio impôs-se no mundo como feriado e Dia do Trabalhador. Em Portugal, o 1º de Maio está intimamente ligado à madrugada libertadora do 25 de Abril, porque durante a ditadura fascista este dia foi marcado por lutas e regado com dor e sangue. Infelizmente, ainda hoje em Portugal há patrões, onde se destacam os das grandes superfícies comerciais, que não respeitam este dia, afrontando os trabalhadores e a sua dignidade. Viva o 1º de Maio! Vivam os trabalhadores!” -----

De seguida, foi lida a Moção “Pelo direito ao transporte público mais barato e acessível”: “A consagração de um programa dirigido à redução tarifária (PART) na Lei do Orçamento do Estado para 2019, constitui um avanço de inegável significado. Não se trata apenas de um passo na garantia ao direito à mobilidade e ao uso do transporte público, mas também de uma medida de grande alcance e importância para os trabalhadores, e a população em geral, com repercussões diretas nos seus rendimentos. -----

Preço máximo do passe social intermodal - seja qual for a forma concreta deste título de transporte – de 40 euros no âmbito da comunidade Intermunicipal e de 30 euros nos limites de cada município é um objetivo que se impõe concretizar também no território desta região, a que se deve adicionar o objetivo de assegurar a gratuitidade de uso para menores de 12 anos, a redução em 50% para a população com mais de 65 anos e a implementação do passe família. -----

A CDU orgulha-se de com a sua intervenção ao longo de anos, a par com a luta dos utentes, ter prosseguido este objetivo em particular nas áreas metropolitanas de Porto e Lisboa, onde se lutou pelo alargamento de um título de transporte já existente, o Andante no Porto e o Passe Social Intermodal em Lisboa. Também, desde o primeiro



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

Largo de Camões – 5400 - 150 Chaves
Telefone: 276340500 Fax: 276327724 – E-mail: assembleia.municipal@chaves.pt

Ata n.º 3 - 30/04/2019

momento em que ganhou forma e concretização este objetivo, se sublinhou que esta medida deve ser alargada a todo o País. Foi nesse sentido que o PCP interveio na discussão do Orçamento do Estado tendo proposto e feito aprovar um reforço de 21 milhões de euros à verba inicialmente inscrita, bem como uma explicitação mais clara da abrangência nacional desta medida. -----

Considerando estes factos e tendo presente que cabe aos municípios e às comunidades intermunicipais a responsabilidade de dar concretização prática a esta medida; considerando que para lá das verbas inscritas no PART, que carecem de reforço no futuro próximo, os municípios podem e devem considerar a afetação de meios não só à redução do tarifário como ao alargamento da oferta, a Assembleia Municipal de Chaves reunida em 30 de abril de 2019, delibera: -----

1. Incumbir a Câmara Municipal de promover os procedimentos necessários para garantir que no território do seu município e no da Comunidade Intermunicipal, o preço máximo do Passe para uso da rede de transporte público, seja respetivamente de 30 e 40 euros; -----

2. Garantir o seu uso em toda a rede e em todos os operadores, públicos ou privados, de transporte público, assegurando ainda a sua extensão gratuita até aos 12 anos e a redução para a população com mais de 65 anos; -----

3. Intervir no âmbito da Comunidade Intermunicipal para que as deslocações em linha que envolvam o território de Comunidades contíguas tenham uma redução de preço correspondente à que cumulativamente vigore no território abrangido; -----

4. Exigir da Câmara Municipal que proceda, no âmbito de cada aplicação do PART e em particular do processo de renovação do concurso para a prestação de serviço público, em articulação com a Comunidade Intermunicipal, ao aumento da oferta disponível”. ---

Seguiram-se as seguintes intervenções dos membros da Assembleia Municipal: -----

Brigite Raquel Bazenga Vieira Tomás Gonçalves, do PS. Depois de cumprimentar a Assembleia, referiu que o Partido Socialista, por princípio e ideologicamente, se revê na medida governamental tomada de redução do valor dos transportes e, portanto, vê com bons olhos esta moção apresentada pela CDU. Mas parece-lhe que a informação veiculada pela mesma não está completa e, por isso, solicita alguns esclarecimentos no sentido de perceber alguns aspetos que possam colidir ou até complementar as medidas que já foram objeto de decisão, tomadas no âmbito da CIM, exatamente sobre o mesmo assunto. -----

Carlos Afonso de Moura Teixeira, do PSD. Começou por cumprimentar todos os presentes na pessoa do senhor Presidente da Mesa e, quanto à moção em apreço, referiu que o PSD nada tem a opor, pois tem feito sempre aqui um apelo à descentralização. Deste modo, todas as medidas que ajudem os flavienses a encontrar melhores condições de vida na mobilidade, serão apoiadas. -----

O senhor Presidente da Câmara, Dr. **Nuno Vaz Ribeiro**, usou da palavra para esclarecer algumas questões suscitadas pela moção apresentada pela CDU, o qual, após cumprimentar todos os presentes na Assembleia, referiu que o documento em debate, na sua perspetiva, denota grande falta de informação e desconhecimento da realidade local, uma vez que esta medida terá sido pensada, ao nível do Comité Central do PCP, para todo o território nacional, não tendo em atenção a especificidade de cada concelho e as medidas, quanto a esta matéria, entretanto aprovadas. Disse ainda que a moção a debate não teve em conta as medidas já tomadas, neste território, relativamente ao Programa de Apoio à Redução Tarifária do Transporte Público “PART”, no âmbito da CIM, pelo que denota falta de estudo e avaliação da realidade local. -----
Que a moção quando recomenda que a decisão seja tomada pela Câmara Municipal,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

Largo de Camões – 5400 - 150 Chaves
Telefone: 276340500 Fax: 276327724 – E-mail: assembleia.municipal@chaves.pt

Ata n.º 3 - 30/04/2019

esquece um elemento essencial, que é o facto da competência para aprovar medidas no âmbito do PART ter sido transferida para a CIM do Alto Tâmega, por deliberação desta Assembleia Municipal. Que, se, eventualmente, os órgãos do município, em particular a Assembleia Municipal, quisesse tomar deliberações nesta matéria era necessário, de forma prévia, avocar novamente essa competência, mas também avaliar da possibilidade legal de as decisões a tomar poderem ter efeito útil no ano civil em curso ou apenas no ano seguinte. Esta era a primeira questão de enquadramento que na sua perspectiva torna inconsequente e inútil a proposta que foi aqui apresentada pelo PCP. Mas ainda que esta questão de legitimidade, quanto a esta tomada de decisão, porventura, não devesse ser suscitada, seria importante que a proposta fizesse uma avaliação acerca do universo de potenciais beneficiários desta medida, bem como do respetivo impacto financeiro anula. Ou seja, o PCP sabe quantos utilizadores tem a rede do Alto Tâmega, no seu conjunto, e em cada um dos seus concelhos? Sabe quantas utilizações diárias/mensais/anuais são feitas dessas redes, individualmente e no global? Conhece o PCP o custo médio dessas utilizações? -----

O Presidente da Câmara, Nuno Vaz, disse que, sem ter informação adequada, tomar posição relativamente a uma matéria, que tanto pode custar 10 mil euros, como 100 mil euros ou 10 milhões euros, seria, na sua perspectiva, irresponsável. Que estamos, ainda, no início da aplicação do programa PART, meritório com certeza, com um grande cunho social, com um impacto financeiro relevante nas famílias que se radicam ou residem sobretudo nas áreas metropolitanas do Porto e de Lisboa, mas também para todas as áreas servidas por uma rede de transportes públicos estruturada/densa, que efetivamente assegure a mobilidade a uma grande parte dos cidadãos, coisa que não acontece, como todos sabemos, nas zonas mais do interior, onde a relevância da medida é bastante menor, que precisa de mais e melhor informação, que possibilite decisões sensatas e equilibradas, social e financeiramente. Que, por isso, atempadamente, enquanto Presidente da CIM do Alto Tâmega, fez considerações críticas, relativamente a esta medida, no que diz respeito à sua aplicabilidade e utilidade nos territórios de interior. Que nas zonas de maior densidade populacional, existe conhecimento e informação, acerca da estrutura da rede e dos utilizadores da mesma, pois existem entidades de transportes, que têm essa informação, sendo possível, por isso, tomar boas decisões para os cidadãos. -----

Que a moção deveria ter levado em consideração a dotação financeira existente para a CIM do Alto Tâmega, que se encontra prevista no anexo da portaria, que aprovou o PART, a qual se concretiza em 208.476 euros, anuais, é valor manifestamente inferior para a mitigação dos custos de mobilidade deste território. -----

Que dada a insuficiência de recursos financeiros alocados à CIM do Alto Tâmega, e ao município em particular, não é sustentável aprovar uma proposta como é aquela que consta da moção a debate, pois isso seria pedir aos municípios que subsidiassem ainda mais o transporte público de passageiros, quando essa responsabilidade deve caber ao estado central, sendo que o município de Chaves, por causa dos transportes urbanos de Chaves (TUC), assume anualmente compensação financeira que ronda os 140 mil euros. -----

Disse não ser exigível, nem aceitável, que os municípios peçam aos respetivos cidadãos que, com os seus impostos, suportem ainda mais este custo dos transportes públicos de passageiros. -----

Que, se os proponentes da moção tivessem feito o estudo preparatório exigível teriam chegado à conclusão de que já há uma decisão, tomada pelo órgão executivo da CIM do Alto Tâmega, no uso de competência delegada pelos municípios, para, no ano civil



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

Largo de Camões – 5400 - 150 Chaves

Telefone: 276340500 Fax: 276327724 – E-mail: assembleia.municipal@chaves.pt

Ata n.º 3 - 30/04/2019

de 2019, apoiar utilizadores do transporte público terrestre, concretizada nos alunos que frequentem o ensino obrigatório, ou seja até ao décimo segundo ano. Que existem alunos que frequentam a escolaridade obrigatória, beneficiários do escalões A, ou B, a quem são atribuídas determinadas participações financeiras para efeitos de transporte, mas que há outros alunos que não têm qualquer apoio, e, como estão na escolaridade obrigatória, faz sentido que possam também ser apoiados financeiramente. E, que foi essa a motivação da decisão tomada pela CIM, com alguma cautela, porquanto não existe informação suficientemente rigorosa que permita perceber qual é o impacto financeiro da mesma. Que, nesse contexto, o apoio aprovado foi de dezasseis euros, no máximo, por criança. Que essa situação pode ser objeto de reponderação no caso de, até ao final do ano em curso, ser construída informação mais substantiva, mais rigorosa, que nos permita perceber se a decisão a tomar para o próximo ano (2020), deve ser também focada na comunidade estudantil ou, se porventura, pode identificar outros grupos da população, designadamente seniores, ou, eventualmente, aqueles que estão em situação de dependência grave, em termos económicos. “Na minha perspetiva esta moção é meritória quanto aos objetivos e finalidades, mas não está bem estruturada, nem fundamentada. Por isso, estaríamos a prestar um mau serviço se, porventura, viesse a ser aprovada”. -----

O membro da Assembleia Municipal, **Maria José Gomes Teles Grilo** da CDU, no uso da palavra, disse saber bem que não estamos na Comunidade Intermunicipal, mas sim na Assembleia Municipal de Chaves. Portanto, o que se propõe é incumbir a Câmara Municipal de promover os procedimentos necessários para garantir que no território do seu Município e na Comunidade Intermunicipal o preço máximo passe a ser esse, que consta na proposta. Aquele estudo de que o senhor Presidente falou, de não saber quanta gente quer os transportes públicos, como é conhecido, em Chaves, nem há transportes públicos, uma vez que o serviço de transporte é feito por uma empresa privada. Ora, o que se pretende é, de acordo com o dinheiro que for disponibilizado, que a Câmara comece e promova os procedimentos necessários, que podem começar por ser um estudo. -----

O senhor Presidente da Câmara, **Nuno Vaz Ribeiro** usou da palavra para esclarecer esta questão. -----

Começou por reafirmar que não há um estudo, mas sim uma deliberação tomada pelos órgãos competentes da CIM, competência que esta que lhe foi transferida por deliberação desta Assembleia Municipal. Depois disso, o órgão executivo da CIM, no exercício das competências delegadas que lhe foram transferidas por todas as Assembleias Municipais da Comunidade Intermunicipal do Alto Tâmega, tomou uma deliberação que foi comunicada, à tutela, no mês de abril. “Disse, e reafirmo, que é uma deliberação que visa apoiar os utilizadores dos transportes públicos terrestres, nomeadamente os alunos em idade escolar até ao 12º ano, sejam aqueles situados no escalão B, a quem é atribuída uma participação não integral, e a todos aqueles que não tenham nenhuma participação. Referi também que, em resultado da implementação desta decisão, veremos se há informação suficiente para, em função daquilo que são as dotações financeiras, temos capacidade para estender esta decisão a outros grupos da população, designadamente com mais de 65 anos e, porventura, às comunidades que têm mais dificuldades económico-financeiras. Mas é preciso que se diga que essa decisão tem que ser tomada no âmbito da CIM, e tem que ser tomada por maioria. E, portanto, nesse contexto, qualquer posição que inevitavelmente seja considerada por uma Assembleia Municipal, para ter validade, tem que ser naturalmente acompanhada pelos demais municípios. Foi, portanto, isto que anteriormente afirmei.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

Largo de Camões – 5400 - 150 Chaves
Telefone: 276340500 Fax: 276327724 – E-mail: assembleia.municipal@chaves.pt

Ata n.º 3 - 30/04/2019

Penso ter sido suficientemente claro. Disse também que a CDU, deveria provavelmente ter pensado e preparado melhor a proposta, não se limitando a fazer a apresentação de um documento, que foi feito no Comité Central”.

Posta à votação, a Moção foi rejeitada por trinta e dois votos contra, vinte e sete abstenções e três votos a favor.

Apresentaram declaração de voto os seguintes membros da Assembleia Municipal: ---

Gonçalo André Nascimento Alves do **CDS-PP**. Após cumprimentar todos os membros da Assembleia, fez a seguinte declaração: “A minha declaração de voto é no sentido de que, embora, concordemos com o princípio referido pela CDU, não achamos que este deva ser o Órgão em que tal assunto deva ser discutido, por isso não podemos votar a favor de algo, que depois não terá o seu seguimento útil”.

Brigite Raquel Bazenga Vieira Tomás Gonçalves, do **PS**: “Em representação do grupo municipal do Partido Socialista apresento a declaração de voto contra, pelas seguintes razões: começámos por pedir esclarecimentos aos proponentes da Moção, designadamente à CDU, relativamente àquilo que já tinham sido as discussões efetuadas e as decisões tomadas no âmbito da CIM, que é a entidade competente nestas matérias, de modo a percebermos se a moção poderia complementar ou acrescentar qualquer coisa, àquilo que já tinham sido as decisões tomadas. Face ao silêncio na resposta às questões suscitadas, e verificada a colisão de competências e direitos, temos que perceber que, por mais que estejamos imbuídos dos bons princípios, estamos também imbuídos da legalidade e, portanto, este é um órgão, a CIM é uma outra entidade e houve transferência de competências já deliberadas. E não descurando, também, aquelas que foram as explicações apresentadas pelo senhor Presidente da Câmara, que nos trouxe a conhecer que há um caminho que já foi iniciado, decisões que já foram tomadas, do nosso ponto de vista meritórias, e uma porta aberta para que em 2020 e anos subsequentes, possamos melhorar estes princípios e estas práticas, razão pela qual o Partido Socialista não aprovou a moção apresentada”.

Carlos Afonso de Moura Teixeira, do **PSD**. **Apresentou a sua declaração de voto, referindo que** “O grupo municipal do PPD/PSD, nós revemo-nos nos princípios da mobilidade, mais e melhor mobilidade, maior ambição e envolvimento do poder local, nesses princípios da mobilidade. A questão das competências de órgãos e entidades diferentes, fez-nos abster relativamente à moção, mas mantemos concordância quanto aos princípios e quanto aos valores.”

Ainda no período de antes da Ordem do Dia, fizeram intervenções os seguintes membros da Assembleia Municipal: ---

Maria Isabel Teixeira Carvalho da Cunha, do **PSD**. Começou por cumprimentar todos os presentes na pessoa do senhor Presidente da Mesa e, seguidamente fez uma intervenção sobre estruturas existentes, embalses, na serra do Brunheiro, perguntando ao senhor Presidente da Câmara, se tinha conhecimento da sua existência. Referiu que estes embalses (3) foram construídos com o objetivo de poderem abastecer camiões cisterna dos bombeiros e, também, o helicóptero de apoio a incêndios;

Que, neste momento, estes embalses se encontram abandonados e cobertos de mato. Deixou o alerta para, com o aproximar da época de incêndios, a urgência de alterar esta situação e que se cuide de algo que poderá fazer a diferença numa situação de emergência. Como ilustração das suas afirmações, entregou ao senhor Presidente da Mesa, fotografias, para as fazer chegar a todos os grupos partidários representados nesta Assembleia, bem como à Câmara Municipal.

Rogério Alberto Amorim Reis Moura, do **PS**. Após cumprimentar todos os presentes na pessoa do senhor Presidente da Assembleia Municipal, fez uma intervenção sobre o



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

Largo de Camões – 5400 - 150 Chaves

Telefone: 276340500 Fax: 276327724 – E-mail: assembleia.municipal@chaves.pt

Ata n.º 3 - 30/04/2019

Museu de Arte Contemporânea Nadir Afonso (MACNA), classificando-o como um espaço cultural ímpar, no país, e instalado num edifício projetado com a chancela de excelência do afamado arquiteto Siza Vieira. Administrado pela Câmara Municipal de Chaves, exhibe em permanência obras do pintor Nadir Afonso e apresenta, ainda, outras obras de arte contemporânea em regime de exposições temporárias. Mais referiu que “convém fazer alguma história para que se possa refletir sobre o futuro do MACNA, podemos conhecer hoje em pormenor não só as vicissitudes que a construção teve, mas também as fontes do financiamento e as várias mudanças e alterações que foram necessárias. É importante que se perceba que este investimento custou ao Município de Chaves 3 milhões 688 mil euros, através de fundos próprios, porque o investimento total foi de 8 milhões 48 mil euros. No momento, em que a candidatura foi apresentada devia ter havido um compromisso de natureza jurídica, que garantisse efetivamente que havia um projeto comum para o futuro. Relembre-se que começou por ser a sede de uma associação, a Fundação Nadir Afonso, todavia, a gestão da mesma não ficou assegurada pela respetiva Fundação e acabou por ser assumida pela Câmara Municipal, com custos anuais na ordem dos 700 mil euros. Ora, a fundação que era para o ser, não o é, nem nunca o foi. E os custos que eram para ser suportados pela tal Fundação, também não o são. Isso não aconteceu, e isso é que é censurável e condenável. Também é condenável que esta informação tenha sido sonogada pelo Executivo municipal anterior. Lembro só, que numa Assembleia Municipal do ano passado, o grupo municipal do PSD, veio aqui perguntar ao senhor Presidente da Câmara atual, o que é que estava a pensar fazer em relação ao MACNA. Lembro só, também, que foi o Executivo municipal anterior que deixou este legado, ruinoso, mais um para o Presidente atual, resolver. E, deste modo, ficou a Câmara Municipal de Chaves, e, por conseguinte, os flavienses, com o ónus de construir um luxuoso Edifício, no valor exato, que hoje finalmente se conhece, aproximadamente 8 milhões de euros para albergar, uma coleção privada. O município paga a manutenção, paga aos funcionários, paga a segurança, e assegura os riscos dessa mesma coleção através dos seus seguros, mais um berbicacho para o atual Executivo resolver, mais uma herança ruinososa. Mas com tempo e dedicação tudo se vai resolvendo. Este mês, a Ministra da Cultura, divulgou uma excelente notícia para Chaves e para o Alto Tâmega. Após alguns meses de intenso trabalho, por parte do atual Executivo municipal, o Museu de Arte Contemporânea Nadir Afonso, irá receber o novo Polo, do Museu Nacional de Arte Contemporânea do Chiado. Esta decisão do governo, que muito nos orgulha, coloca Chaves e o MACNA, na elite nacional e internacional dos equipamentos de Arte Contemporânea dando a relevância e a visibilidade necessárias para se alcançar a almejada sustentabilidade do MACNA, num processo descentralizador de cultura nacional, com base na confiança. No atual Executivo municipal assim se governa, em prol da cultura e dos flavienses, com rigor e transparência. Parabéns, pois, senhor Presidente da Câmara em seu nome, felicito também o seu executivo”. -----

Eurico Luís Pereira Anes de Azevedo, do PSD. Cumprimentou todos os elementos da Assembleia e de seguida referiu-se a um Centro de Fisioterapia e de Reabilitação, existente na cidade há vários anos, aonde semanalmente tem necessidade de se dirigir, na condição de Pai, tal como outras pessoas. Verifica que, após a realização de algumas obras, não existe um único estacionamento para deficientes, sendo da mais elementar justiça, que sejam repostos esses lugares porque, de facto, cria um constrangimento no estacionamento. Por essa razão veem-se obrigados a estacionar na rotunda, sujeitando-se a ser multados, caso as autoridades policiais assim o entendam. De seguida, referiu-se a outra situação, que tem a ver com as aldeias e com a iluminação pública,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

Largo de Camões – 5400 - 150 Chaves

Telefone: 276340500 Fax: 276327724 – E-mail: assembleia.municipal@chaves.pt

Ata n.º 3 - 30/04/2019

verificando-se atrasos significativos na reposição das lâmpadas, e todos sabemos que é muito importante a iluminação nas ruas das aldeias, visto que, cada vez mais, as pessoas fazem caminhadas à noite. É importante reforçar o papel dos Presidentes de Junta uma vez que são eles os interlocutores a quem é reportada essa situação, tornando mais célere a reposição das lâmpadas. Para finalizar, como utilizador assíduo da A24, por razões de trabalho, dirigiu-se ao senhor Presidente da Câmara, dizendo que, lamentavelmente, continua a haver uma falha na iluminação dos acessos à mesma autoestrada. Uma vez que já foi feita uma referência a essa situação, pelo presidente da Câmara de Vila Real, seria importante um reforço da Câmara de Chaves, em termos políticos. -----

Gonçalo André Nascimento Alves do **CDS-PP**. Dirigindo-se ao senhor Presidente da Câmara, começou por referir alguns compromissos do programa eleitoral, nomeadamente: -----

1º - Candidatura da Ponte Romana a património da humanidade – quando vai ser submetida a candidatura ao Comité do património mundial. -----

2º – Requalificar e recuperar o rio Tâmega de forma a permitir a sua utilização para fins balneares - quando é que os flavienses poderão usufruir do rio Tâmega para fins balneares; e se já existe projeto. -----

Na sessão extraordinária de janeiro, a Câmara Municipal decidiu aceitar a transferência de competências para os órgãos municipais no domínio das praias marítimas, fluviais e lacustres. A alínea B do ponto número um, do artigo 3º do decreto-lei 97/2018, atribui as seguintes competências às Câmaras Municipais: - proceder à manutenção, conservação e gestão designadamente das infraestruturas de saneamento básico, abastecimento de água, energia e comunicações de emergência, equipamento e apoios de praia, equipamentos de apoio à circulação pedonal e rodoviária incluindo estacionamento, acessos e meios de atravessamento das águas que fiquem nas margens de uma praia. Pergunta: as praias fluviais como a de Segirei, terão acesso à água, energia e comunicações de emergência no atendimento básico na próxima época balnear? -----

3º - Requalificar o Ribelas e construir um corredor pedonal - quando começam os trabalhos de requalificação e construção do corredor pedonal do Ribelas. -----

4º- Promover parcerias para a realização de circuitos específicos que possam funcionar de forma complementar, novas dinâmicas e criando escala entre eles. Considerando esta promessa, e a moção aprovada por unanimidade há quase um ano, subordinada ao tema dos percursos pedestres apresentada, nesta casa, pelo CDS/PP – quando é que será criada a referida rede; quando é que os flavienses poderão usufruir da ciclovía Chaves – Vidago; quais os circuitos, que já foram criados, quais as parcerias estabelecidas para a sua dinamização e quais os resultados práticos dessas parcerias. E já agora, oitava pergunta, e não inteiramente relacionada – se vai aproveitar as eleições legislativas, para cumprir o seu compromisso eleitoral perante os habitantes da Madalena, quanto ao referendo e abertura da ponte romana ao tráfego automóvel. -----

Francisco António Taveira Ferreira, do **PSD**. Começou por cumprimentar todos os presentes na sala da Assembleia e, de seguida, levantou várias questões, propondo várias sugestões, “motivado pela melhoria da imagem do Município e do bem-estar da população presente e residente no Alto Tâmega, em especial do Município de Chaves”:

1 - Quilometro zero - Ícone importante da estrada nacional 2 e de Chaves – Atualmente faz marketing em especial nos amantes das motos. As selfs e fotos da área mostram uma ruína e muitos autocolantes e dísticos no próprio marco. Tem conhecimento de



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

Largo de Camões – 5400 - 150 Chaves

Telefone: 276340500 Fax: 276327724 – E-mail: assembleia.municipal@chaves.pt

Ata n.º 3 - 30/04/2019

dificuldade em obter passaportes – Burocracia? falta de sensibilidade? obstrução? Dizem que os passaportes são pagos, qual a razão para os limitar? -----
Sugestões: melhorar o aspeto, colocando uma proteção visual na ruína, com uma representação de monumentos da cidade; colocar “outdoor” onde seja possível colocar dísticos, lembretes e recordações poupando o marco; colocar alguma sinalética que oriente para o Km zero. -----

2 - Representação do sistema solar- Sol e planetas -----

Sugestão – Criar o roteiro do sistema solar, promover a sensibilização e criação de sinalética para identificação dos locais. -----

3 - Área do polis- circuito de manutenção. Chaves tem uma excelente área de lazer. Verifiquei ausência de iluminação a sul da ponte General Carmona no dia 26.04.2019. Poupança ou avaria? -----

Sugestão- Colocação de sensores que acendam uma zona, perante a presença de pessoas. -----

4 - Caldas de Chaves – O senhor Presidente da Câmara apresentou, nesta Assembleia, fotos de áreas degradadas no balneário. -----

Sugestão: mande fotografar de novo as mesmas áreas e mostre como se encontram agora, para recuperação e benefício da imagem do balneário. -----

5 - Relatório da Saúde. Tomei conhecimento que senhor Presidente convocou os partidos e houve apresentação pública do projeto do Hospital privado. O senhor Presidente pode informar esta Assembleia das novidades, preferencialmente se forem positivas? -----

6 - Conselho estratégico para dinamizar turismo termal. Foi noticiado em maio de 2018 a criação deste conselho estratégico, que mobilizaria cerca de 30 entidades onde se falava de turismo termal, hotelaria, restauração, animação, eventos, saúde, educação, etc. Pode dar-nos notícia da evolução desta medida? -----

Maria José Gomes Teles Grilo, da **CDU**. Começou por referir que a sua intervenção iria incidir sobre uma construção que está no Monumento, que julga dizer respeito ao Continente, e que, realmente, é mais um elemento que desfeia a nossa cidade. Já não bastavam os imensos atropelos às características e à beleza de Chaves, que começaram na praça, com a construção daqueles edifícios e com as torres encostadas à muralha, continuaram com a entrada de Chaves, e depois foi o jardim das Freiras que, ultimamente, melhorou. O búnquer das termas, quer dizer houve um achado, realmente histórico e arqueológico de imenso valor, mas destruiu-se uma praça e está tudo dentro daquele búnquer. Agora, vemos tapar grande parte das muralhas do São Francisco, com uma construção que diz respeito ao Continente. Já tínhamos outra superfície de comércio local, junto da Auto Viação do Tâmega e também ligada ao Continente, que vai ser abafada pela nova superfície. Existe um protesto por parte da CDU, em relação à nova construção. Outro protesto, em relação às letras que formam a palavra “CHAVES”, no Jardim das Freiras, que devem ser colocadas noutra sítio. -----

O senhor Presidente da Câmara, **Nuno Vaz Ribeiro**, usou da palavra para esclarecer e responder às questões que lhe foram colocadas. Começou por fazer uma primeira consideração, relacionando o que se passou na última Assembleia Municipal e nesta também, onde alguns membros da Assembleia, nos cumprimentos habituais, não fazem referência à Câmara Municipal nem ao seu Presidente, apenas referem a Mesa da Assembleia, ficando-lhe a dúvida se se trata de mera coincidência ou é mesmo intencional. Pode ser uma economia de meios, mas pode eventualmente querer significar outra coisa. Uma vez só, não se repara, mas duas, três, quatro, começa-se a considerar que de facto é ostensiva, mas fica aqui a referência. Eu sei que é duro às



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

Largo de Camões – 5400 - 150 Chaves
Telefone: 276340500 Fax: 276327724 – E-mail- assembleia.municipal@chaves.pt

Ata n.º 3 - 30/04/2019

vezes ter que assumir algumas questões, mas enfim, também acho que há questões de dimensão institucional, que devem ser consideradas. -----

Começo, naturalmente, por agradecer um conjunto de contributos, que aqui foram apresentados e de aspetos que, porventura, poderão melhorar a ação Municipal. Contributos, desde logo, da professora Isabel Cunha, relativamente à questão que suscitou dos três embalses, existentes na Serra do Brunheiro. Não os conhecia, sinceramente, não sei se são propriedade do Município, da Junta de Freguesia ou de algum Conselho Diretivo, mas vamos saber, e depois daremos nota a esta Assembleia Municipal. Recolheremos a informação acerca de quem são os proprietários, quem fez a construção dos mesmos, e quando e quem assumiu a responsabilidade pela sua limpeza e manutenção. E, sobretudo, que tipo de uso tiveram naquilo que é a estratégia de combate aos incêndios florestais, representando assim um reforço na capacidade de combate aos incêndios, com a conseqüente maior disponibilidade de água. É provável que a existência destes embalses seja do conhecimento dos serviços técnicos de Proteção Civil mas, de facto, em termos pessoais eu desconhecia. -----

Depois, relativamente ao conselho Municipal da Juventude, nós não vamos fazer aquilo que fez o PSD, durante muitos anos que, ostensivamente, não quis instalar o conselho Municipal da Juventude. Vamos instalá-lo, aliás já foram dadas instruções aos serviços para que promovam todas as diligências necessárias no sentido de todas as associações poderem fazer a comunicação dos seus representantes, a fim de se poder instalar esse conselho Municipal. Trocava aqui impressões com o senhor vice-presidente, também responsável por esta área de intervenção municipal, que me disse ter dado já instruções para que o processo se conclua o mais rapidamente possível. Iremos perceber que tipo de questões processuais estarão a impedir a concretização deste conselho Municipal, mas fica o compromisso de que pretendemos instalá-lo. -----

Relativamente ao membro desta Assembleia, Rogério Moura do PS, as considerações que fez são excessivamente elogiosas, pois deve aguardar-se mais algum tempo para que percebamos efetivamente a dimensão da relevância da criação em Chaves, no MACNA, de um polo do Museu Nacional de Arte Contemporânea. Sabemos já que essa decisão possui grande relevância simbólica e de sinalização do MACNA, mas ainda estamos no processo de definição dos termos do protocolo que permita instanciar tal solução. Mas já podemos afirmar, mesmo que o protocolo que vai definir os termos, as condições e os compromissos subjacentes a esse relacionamento, não esteja fechado e formalizado, que há aqui um sinal do Governo, em particular do Ministério da Cultura, no sentido de criar aqui um ponto da rede a nível nacional que, com certeza, terá, pelo menos, duas vantagens muito relevantes. Primeira, é uma forma de identificar um equipamento da área cultural, de natureza municipal, como estando integrado numa rede nacional. A segunda é que o MACNA poderá contar com um conjunto de reservas que permitirão naturalmente concretizar um conjunto de exposições relevantes, a custos mais reduzidos do que aquelas que têm vindo a ser realizadas. -----

A criação no MACNA de um polo do Museu Nacional de Arte Contemporânea insere-se na estratégia desenhada por este Executivo para a dinamização e valorização daquele equipamento cultural, que se pretende que seja progressivamente sustentável, não sob o ponto de vista económico-financeiro, mas na perspectiva cultural, pedagógica, turística e de promoção do território e das pessoas. Nessa estratégia estamos também a trabalhar numa rede informal a nível daquilo que são os museus de arte contemporânea mais relevantes da região norte, para que possamos fazer uma gestão conjunta, no que diz respeito à promoção e à imagem destes equipamentos, e possamos, também, eventualmente, captar algum financiamento comunitário para fazer essa promoção,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

Largo de Camões – 5400 - 150 Chaves
Telefone: 276340500 Fax: 276327724 – E-mail- assembleia.municipal@chaves.pt

Ata n.º 3 - 30/04/2019

abrangendo um conjunto de 10 ou 12 equipamentos, que vão desde Bragança até Vila Nova de Gaia, passando por Braga. Deste modo poderemos ganhar mais visibilidade e sobretudo mais visitantes, que é isso que nós desejamos. -----

Relativamente a uma questão que foi colocada pelo membro da Assembleia Municipal do PSD, Eurico Azevedo, dizer que a questão que suscitou aqui sobre a falta de lugares de estacionamento para pessoas com mobilidade reduzida, diz respeito a uma vaga e não duas, porquanto era o que lá existia antes das obras, aliás como se pode concluir de registos fográficos, será reposta logo que possível, ou seja aquando da execução da sinalização horizontal e vertical prevista no contrato de empreitada. Como sabem, a rotunda do Monumento ainda não está concluída, falta levar mais uma carga de betuminoso. Nesse momento faremos, naturalmente, a criação de uma ou duas vagas de estacionamento para deficientes, sendo certo que já lá existem duas paragens para cargas e descargas. Entendemos que não é suficiente e aproveito para dizer também que vamos criar, também, um lugar de estacionamento para deficientes junto ao cemitério que, neste momento, não tem e, portanto, entendemos que aquela zona ficará coberta quanto a esse tipo de necessidade. Com certeza que, se estamos a fazer uma intervenção no âmbito do PAMUS, queremos melhorar a mobilidade e especialmente daqueles que têm mais limitações de mobilidade física. Dizer que, relativamente à questão da iluminação das nossas freguesias, não podemos deixar de ter em consideração que o Município de Chaves, gasta com a iluminação pública do concelho, cerca de 1 milhão e 900 mil euros, por ano. Como compreenderão este valor, por ano em iluminação pública, é uma fatura absolutamente insustentável para o Município, pelo que reafirmo aquilo que disse em Assembleias Municipais anteriores, que este executivo definiu, para este mandato, três grandes objetivos estratégicos, consubstanciados na eficiência financeira e organizacional, eficiência dos sistemas de água e saneamento e eficiência energética. Ora, é exactamente no âmbito da dimensão da eficiência energética que pretendemos dar resposta às necessidades de religação das luminárias e ao reforço de luminárias, se se mostrar necessário. -----

Mas como se consegue aumentar o número de luminárias com a redução da fatura energética? Consegue-se compaginando, naturalmente, dois tipos de intervenções, uma através de financiamento europeu, previsto no Pacto de Desenvolvimento do Alto Tâmega, que se concretiza através de instrumento financeiro e não de apoios a fundo perdido, e a segunda mediante uma solução de contratualização de serviços energéticos, designado por ESE. O primeiro processo, no que concerne à fase contratual, está quase concluído, no entanto encontra-se suspenso em resultado de propositura de ação de contencioso administrativo no TAF de Mirandela, por parte de um dos concorrentes. Aguardamos que o processo se conclua, para que nós possamos dar início ao trabalho de substituição de 6 a 7 mil luminárias. Com certeza que, também, já houve um processo anterior que fez com que a EDP, que tem a concessão da rede em baixa, fizesse a substituição de duas mil luminárias, sendo que alguns dos Presidentes de Junta que estão nesta sala, já tomaram consciência disso, porque na sua freguesia foram substituídas luminárias com leds. Ainda este ano também serão substituídas mais 1000 lâmpadas de led, em várias freguesias do concelho, mas, isso é absolutamente insuficiente para aquilo que será o nosso parque Municipal, que tem a ver entre 23 a 25 mil luminárias. E, portanto, como perceberão, ainda existe um trabalho muito relevante para fazer, estamos neste momento a estudar a solução mais adequada para que esse objetivo seja cumprido. Se nós tivéssemos recursos próprios, o que significa dizer que, se nós tivéssemos dinheiro, faríamos a substituição das leds a expensas nossas e nós teríamos certamente uma redução na casa dos quarenta por



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

Largo de Camões – 5400 - 150 Chaves
Telefone: 276340500 Fax: 276327724 – E-mail: assembleia.municipal@chaves.pt

Ata n.º 3 - 30/04/2019

cento, naquilo que é a energia ativa. Não é a facturação total, mas é a energia ativa que é uma parte do valor que está na fatura mas, com certeza, não tendo essa possibilidade temos que encontrar outras soluções e outros instrumentos. Estamos a trabalhar exatamente nessa solução para que possamos ainda este ano, provavelmente, trazer a esta Assembleia Municipal a solução que nos permitirá fazer essa redução. Mas isto não significa que nós não tenhamos, naturalmente, uma postura de exigência relativamente à entidade que, neste caso, é a EDP distribuição, relativamente à substituição das luminárias que se encontram apagadas, e estamos a falar daquelas que estão apagadas, não por uma decisão administrativa, porque como sabem o anterior Executivo municipal tomou uma decisão. Não me recordo agora em que ano, mas fez-se desligar no Concelho milhares de lâmpadas que, progressivamente, têm sido repostas, mas a verdade é que ainda continuamos com algumas luminárias que foram intencionalmente desligadas. Contudo, relativamente àquelas que, paulatinamente se vão estragando, estamos naturalmente conscientes que é um problema porque há aí uma deficiência de resposta que já motivou duas reuniões com o responsável do serviço a nível distrital, no sentido de que os prazos, que neste momento são de dois ou três meses, possam ser reduzidos. E, portanto, não descurando e não deixando de reconhecer que há aqui um problema que tem a ver sobretudo com a deficiente prestação de uma das obrigações que a EDP tem na substituição das lâmpadas, estamos, naturalmente, conscientes dele e, com certeza, continuaremos a fazer essas diligências no sentido de que haja uma melhoria desta prestação de serviços. Depois, o que dizer sobre a A24 e sobre a questão que foi aqui focada que tem a ver com a iluminação dos nós de acesso? Todos nós sabemos quem é que tomou essa decisão: Passos Coelho, PSD - é indesmentível, é factual, no entanto, também sabemos que pese embora, as diligências com um conjunto de autarcas, o Presidente da Câmara de Vila Real, tem feito as diligências e colocou um outdoor. Nós temos feito diligências e não gastamos dinheiro no outdoor, diligências no sentido de evidenciar a relevância e a importância, sob o ponto de vista da segurança rodoviária, no que diz respeito à iluminação dos acessos aos vários nós da A24. Relativamente a outras vias, a outras autoestradas, outras SCUTs, em que efetivamente nós percebemos que não existe iluminação nos nós de acesso, entendemos que é um problema que demora a ser resolvido, que não foi resolvido pelo anterior governo, que não encontramos ainda a vontade para ser resolvido por este governo e devemos dizê-lo de forma clara. Mas, de facto, existe uma questão que deve ser resolvida, ainda que isso represente, naturalmente, um incremento de custos, porque, quando foram retiradas da obrigação da concessão, houve consequentemente uma redução, daquilo que é a compensação nacional. E, nessa medida é preciso que se faça, novamente, essa negociação, estaremos na linha da frente e tive oportunidade de o dizer ao senhor Ministro da Economia que não é responsável por esta questão diretamente, mas para nós é muitíssimo importante que a próxima proposta eleitoral, tenha a identificação de um caminho e de um objetivo. E, esse caminho e objetivo tem que ser necessariamente, não apenas, a redução dos custos para os transitários de mercadorias nas SCUTs, mas, também, para os cidadãos em geral e, portanto, o que nós gostaríamos de ver na próxima proposta política, é um caminho no sentido de ser definida progressivamente uma redução crescente daquilo que é o custo de utilização neste caso das SCUTs, todas no seu conjunto, mas em causa particular da A24. -----

Depois, relativamente ao membro desta Assembleia Municipal, Gonçalo Alves, eu já tive a oportunidade de dizer ao PSD, que trago sempre comigo na minha pasta, o nosso programa eleitoral, eu não o desconheço, mas agradeço o seu recordatório.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

Largo de Camões – 5400 - 150 Chaves

Telefone: 276340500 Fax: 276327724 – E-mail: assembleia.municipal@chaves.pt

Ata n.º 3 - 30/04/2019

Provavelmente, está a fazer um bocadinho mais do que tem feito a juventude social-democrata ora põe, ora apaga, ora liga, ora desliga, nós conhecemo-lo bem e, portanto, não temos sobre isso nenhum problema. Eu, já percebi que há muita gente nervosa, preocupada que, depois de uns dias já pretendia que os projetos estivessem executados, depois de um ano já quer que esteja tudo cumprido, depois de um ano e 6 meses querem que esteja tudo concluído. Eu percebo esse nervosismo, mas, se alguém tinha que estar nervoso é quem prometeu e, portanto, estou sereno, e irei responder naturalmente às questões que me colocou sem nenhuma preocupação e dir-lhe-ei com certeza, aquilo que tiver para dizer. No que respeita à candidatura do património mundial, há-de ser apresentada, como sabe, e esses estudos não estão ainda concluídos, mas essa promessa existe, é uma promessa que nós já herdámos do PSD, com a qual concordamos, mas que nunca foi concretizada. -----

Relativamente, à reabilitação do rio Tâmega, houve intervenções da responsabilidade da APA, foram intervenções importantes no que diz respeito à limpeza das margens do rio. Estão a ser, neste momento, elaborados os projetos tendentes à adjudicação, daquilo que tem a ver com os dois projetos de minimização dos impactos das cheias. A componente da realização está a acontecer, falta-nos apenas a dimensão no que diz respeito àquilo que é, porventura, a utilização balnear. A seu tempo, quando nós tivermos oportunidade de discutir os documentos previsionais, veremos se isso se vai concretizar ou não, e nesse momento quando for no final do ciclo, cá estará para criticar, e cá estarei eu para defender e explicar isso aos cidadãos, de forma convicta. Como já percebeu, também aceitámos essa competência, porventura, também é um instrumento facilitador, veremos se efetivamente, quer na zona da Galinheira, quer na zona de Vidago, teremos ou não condições para concretizar essa solução. Vamos aguardar, pois com certeza, falaremos sobre esta matéria. Agradeço a leitura que fez dos diplomas, é sempre importante recordar o seu teor, mas relativamente à praia de Segirei não percebi a sua dedução, nem a sua conclusão. Não percebi a questão energética, nem as outras dimensões. Como sabe, não há nenhum compromisso nessa matéria, vejo que o senhor membro desta assembleia, quer exigir aquilo que é promessa, mas também aquilo que o não é. Como sabe, relativamente a Segirei não houve nenhum compromisso relativamente à praia, que não é praia, não está classificada como tal. Essa é a primeira nota que devo fazer, não está licenciada como praia, é uma zona de lazer que não tem praia e é nesse contexto que deve ser enquadrada. Depois, dizer-lhe que, relativamente aos seis percursos pedestres estão, neste momento, em processo de contratualização. Significa que, ainda este ano, teremos a oportunidade de os concretizar no território, agregando não só aquilo que era digamos o desenho e o escopo inicial, mas sobretudo, outras soluções, outro tipo de informação turística e patrimonial, através de alguns suportes tecnológicos que permitirão aos utilizadores destes espaços, não só, usufruírem da paisagem, mas também terem informação adicional, acerca do território que estão a percorrer. Depois dizer que também já existe, e isso é responsabilidade do anterior Executivo, e bem, a Ecovia, que vai desde Chaves a Verim. Trata-se, de facto, de uma estrutura muito importante e posso aqui anunciar que, ainda este ano, vamos lançar a empreitada relativa à Ecovia de Chaves a Vidago. Temos uma candidatura já aprovada, cujo valor de investimento andarà muito próximo dos 900 mil euros, com financiamento PROVER de 400 mil euros. Como vê, nesta dimensão, vamos fazer não só os percursos pedestres, mas também iremos dar início à parte administrativa, processual, de adjudicação da Ecovia que vai de Chaves a Vidago. Depois ficar-nos-á para concluir, o troço urbano de Vidago e de Vidago até Sabroso, para que toda esta Ecovia possa estar concluída que, como sabem, do lado de Vila Pouca, já está realizada.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

Largo de Camões – 5400 - 150 Chaves

Telefone: 276340500 Fax: 276327724 – E-mail- assembleia.municipal@chaves.pt

Ata n.º 3 - 30/04/2019

Depois dizer-lhe e, aqui fazer uma censura, que se estivesse mais atento e lesse com mais detalhe, algumas questões, perceberia que nós não podemos realizar referendos municipais, nem conjuntamente com eleições legislativas, nem entre eleições e, portanto, significa que o referendo só poderá ser feito depois das eleições legislativas. Já estamos a trabalhar nesse processo, para que se possa fazer entre o final do ano de 2019 e início do ano de 2020, esses são os prazos. Naturalmente, que já fizemos alguns contactos com a Comissão Nacional de Eleições e, com isto, parece-me que não há nenhuma questão que tenha deixado de abordar. -----

Relativamente ao Ribelas, como sabem, também sofreu uma intervenção de limpeza. Curiosamente, se nós hoje passarmos lá, parece que não houve nenhuma intervenção, mas houve uma intervenção importante. Como sabem existe um conjunto de limitações relativamente à utilização de produtos químicos e, por conseguinte, significa que a natureza regenera-se, e nas áreas de intervenção, quer nos espaços, quer nas linhas de água, ao fim de alguns meses, naturalmente o que acontece é que há um crescimento da vegetação. É natural, e dizia outro dia um ambientalista, isso é bom sinal, estaria preocupado é se o rio e os afluentes não tivessem vegetação, isso sim é que seria nota de preocupação. Se eles não tivessem vegetação é porque não tinham vida e, portanto, quando vocês criticam a circunstância de os rios, dos cursos de água, terem vegetação, deviam criticar sim, mas com considerações positivas. Porque isso é um sinal que existe vida, vitalidade, e que de facto o processo natural se faz com normalidade. Relativamente, ao percurso pedonal, esse estudo foi mandado fazer, estamos neste momento, com algumas dificuldades, porque existem alguns pontos do Ribelas que estão ocupados por construções. Esse é um aspeto que estamos a estudar, no sentido de o podermos ultrapassar. Provavelmente terá de passar por uma solução minimalista, porque de facto alguns proprietários não respeitaram a linha de afastamento, relativamente ao Ribelas, e fizeram construção até ao limite. Este facto impede de, em determinadas partes, concretizar a ideia de fazer um percurso pedonal. Relativamente ao membro desta Assembleia Municipal, Francisco Taveira, dizer-lhe o seguinte: primeiro - a informação que colheu, ou foi intencionalmente errada, ou há um absoluto desconhecimento, porque existem suficientes passaportes, e penso que a senhora vereadora e deputada já confirmou isso mesmo, quando recolheu o dela, que há suficientes passaportes da N2, disponíveis para quem os queira, e gratuitos. E nós incentivamos, porque se os 2000 que temos, neste momento, em carteira não forem suficientes, faremos a impressão de mais. Porque o que nós queremos são mais utilizadores, queremos mais e mais pessoas interessadas pela N2, porque isso é muito bom sinal, significa que tem atração, e que tem dinamismo e que há muitos cidadãos, nacionais e estrangeiros a fazerem esse trajeto. Depois, dizer-lhe que relativamente à questão do edifício e da imagem que eventualmente o mesmo possa projetar, estamos a falar de um edifício privado, e mesmo que nós queiramos colocar qualquer estrutura, uma tela, por exemplo, temos que ter autorização do respetivo proprietário. Portanto, é de facto um problema, porque o enquadramento não é o adequado, do ponto de vista paisagístico e arquitetónico. Mas se calhar mais responsabilidades do que a Câmara tem o proprietário porque, como sabem, os proprietários têm o dever de conservação e o que se denota dali é que esse dever de conservação, está incumprido há muitos anos. Por isso, se há alguém que merece censura, provavelmente, em primeiro lugar é o proprietário, que não cumpriu as suas obrigações; segundo a entidade administrativa que não fiscalizou o cumprimento dessa obrigação. E nós, aí, temos uma pequena parte de responsabilidade, dado o período de exercício deste mandato e, com certeza, era algo que não é de hoje, é de há muitos anos. Sendo essa uma preocupação recente,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

Largo de Camões – 5400 - 150 Chaves

Telefone: 276340500 Fax: 276327724 – E-mail- assembleia.municipal@chaves.pt

Ata n.º 3 - 30/04/2019

noto que já devia ter sido feita em momento anterior. Fica apenas o registo, mas também penso que seja já do seu conhecimento a situação dessa construção que, curiosamente, até era usada pelo mandatário do PSD que, lamento, esteja na situação em que se encontra. Mas, enfim, teremos nós que tomar uma decisão, que poderá passar inclusivamente pela aquisição, por parte de um proprietário desse edifício, que lhe possa dar uma outra função, uma outra utilização. Tenho conhecimento, que tem havido algumas manifestações de interesse, esperemos que se possam concretizar e que efetivamente também ali possa acontecer o que está a acontecer noutros locais da cidade, que é reabilitação de edifícios, de modo a cumprirem as funções patrimonial e social. Depois, dizer, relativamente ao marco, que às sugestões que apresentou, eu podia acrescentar mais 10 ou 15, mas como entendemos nós que deve ser algo feito em colaboração e conjugadamente com a participação dos cidadãos, o que nós vamos fazer é um concurso de ideias para que a população, os nossos criativos, enfim, quem assim o entender, possa apresentar, sobre esta matéria as suas sugestões. Mas não só ideias, ideias que sejam exequíveis e que não impliquem, como, por exemplo, já ouvi a aquisição desse edifício. Porque, o que nós pretendemos, e conhecidas que são as limitações financeiras deste Município, e daquilo que são as prioridades estratégicas enunciadas, para este mandato 2017/2021, não podemos acomodar investimentos de relevante valor financeiro. E, portanto, abriremos essa discussão, não só aos membros desta Assembleia Municipal, que poderão, naturalmente, apresentar ideias mas também aos cidadãos em geral que terão oportunidade, naturalmente, de apresentar soluções, que possam, porventura, melhorar aquilo que é o aspeto visual e atratividade do quilómetro zero, que é tão simbólico para este trajeto, que tem ganho dimensão, relevância, e já é utilizado, não só pelos amantes das motas, mas também das bicicletas e das vespas, também das auto caravanas e curiosamente, também, como percurso pedestre, que tem sido o último desafio. Trata-se, de facto, de um produto turístico que tem um grande potencial de crescimento e que conta com uma Associação, na qual o Município de Chaves participa. Mas também tem aqui um empenho e um compromisso entusiasta da senhora Secretária do Turismo, Ana Mendes Godinho, que assumiu, de facto, este, como sendo um dos produtos turísticos com mais potencial de crescimento e que certamente ajudará a atrair mais pessoas para o interior, para todos os territórios do interior, para todos os municípios do interior e, naturalmente, para Chaves. Depois quanto à questão da sinalética, para identificar a N2 e o marco, estou meio dividido, não sei se devemos fazer essa sinalética, ou não. Porque a circunstância de termos essas pessoas a deambular pela cidade seria bom, porque também aproveitam para conhecer a cidade e, eventualmente, perdendo-se, podem encontrar recantos importantes, descobrir espaços da cidade, que de outra forma não o fariam. Sou daqueles que defende que nós temos que facilitar a entrada das pessoas na cidade e dificultar a sua saída. E, portanto, é nessa lógica que temos que avançar. Quanto à questão dos sistemas solares, curiosamente, não estava muito alertado para este aspeto, mas um cidadão desta comunidade, o engenheiro Paulo Coimbra, teve a amabilidade de me apresentar um documento sobre o assunto. E na sequência disso, tivemos uma conversa em que identificou o sistema solar, que existe no concelho, a sua relevância e pertinência e um conjunto de sugestões, algumas das quais estão em execução e outras não-de ser concretizadas. Uma delas tem a ver, exatamente, com a possibilidade de se fazerem percursos, não só do sistema solar, mas também, de observação das estrelas e, de facto, eu percebi que existem aqui alguns amantes desta temática, a quem o Município de Chaves dará também espaço, oportunidade e apoio e, com certeza, que faremos as intervenções de âmbito limitado, que sejam necessárias. Foi esse o



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

Largo de Camões – 5400 - 150 Chaves

Telefone: 276340500 Fax: 276327724 – E-mail: assembleia.municipal@chaves.pt

Ata n.º 3 - 30/04/2019

compromisso assumido, com o engenheiro Paulo Coimbra que, de facto, é a pessoa mais entusiasta sobre esta matéria. Sobre a questão da iluminação, não houve nenhuma decisão administrativa, no sentido de interromper a iluminação noturna, em nenhum espaço do Polis, relativamente àquilo que era a situação pré-existente. Os sistemas elétricos de nossas casas, mas também os públicos têm, naturalmente, algumas avarias e é frequente, percebermos que existem algumas luminárias, ou alguns segmentos da iluminação pública, que transitoriamente estão desligados. E quando assim é, o que nós sugerimos a todos os cidadãos é que façam essa interação com os serviços do Município, seja na página do município, seja ao telefone, e que reportem essa situação para que nós possamos, o mais rapidamente, intervir, porque entre o momento do conhecimento daquilo que é uma situação desconforme desta natureza, e o momento de reação e de correção, pode haver aí um desfasamento que, naturalmente, não interessa ao Município de Chaves. Temos interesse, sim, que os nossos cidadãos, usufruam desse espaço central, que é zona Pólis, tão querida por todos os flavienses e não só, é também um marco distintivo de uma determinada governação autárquica. E, com certeza, que queremos que os cidadãos flavienses possam usufruir e, sobretudo, tenham práticas saudáveis, com muito exercício físico. Agora, as intervenções que, por exemplo, passem pela substituição dos sistemas, temos de fazer sempre a avaliação daquilo que é o custo-benefício, relativamente àquilo que é o custo da intervenção de introduzir uma solução que tem a ver com esses sensores, e aquilo que é, naturalmente, o custo que decorre da circunstância de, por exemplo, ter a iluminação ligada nesse período todo. Se perceberem, no orçamento para 2019 há uma verba que eu não me recordo em concreto de 40 ou 50 mil euros, para fazer requalificação de algumas das estruturas do Pólis que, de facto, estão carenciadas e a questão elétrica também é, porque só a substituição dos holofotes e de outras estruturas elétricas que aí se encontram, custam 40 mil euros. Temos que, provavelmente, alterar a mentalidade, que é a obrigação de os cidadãos zelarem, todos sem exceção, por aquilo que são bens públicos, que é espaço público porque, se assim não for, é naturalmente, o dinheiro de todos que estará em causa. -----

Relativamente ao hospital privado, o conhecimento que tenho do projeto, não só no que diz respeito ao cronograma, mas sobretudo, aquilo que tem a ver com o plano estratégico, com a carteira de serviços que pretende disponibilizar à população do Alto Tâmega, foi dito na apresentação pública. Não tenho mais nenhuma informação, mas como compreenderão Portugal é, felizmente, um país livre, democrático, que acredita na iniciativa e nessa perspetiva, trata-se de uma intenção de um grupo privado, em concretizar uma solução de disponibilização de prestação de serviços, a uma comunidade. Primeiro, o Município legalmente não teria, nenhum instrumento para o impedir; segundo, entendemos nós que no mercado desta natureza, é importante que haja vários tipos de resposta, e depois sejam os cidadãos eles próprios a fazerem a sua opção, relativamente àquilo que é a melhor decisão, para aquilo que são as suas necessidades, e mais compatível com seu estilo de vida. Dito isto, tive a oportunidade de dizer, no momento da apresentação do hospital privado de Chaves, que isto vem ainda reforçar a necessidade de continuarmos a exigir um serviço público de qualidade, um serviço nacional de saúde exigente, capaz, para que seja, progressivamente, mais capaz de prestar serviços àqueles que deles carecem e que não tenham, verdadeiramente, outra opção de poderem deslocar-se a unidades privadas. Como sabem, no concelho de Chaves, existe diariamente um transporte privado, que leva um conjunto de cidadãos a unidades privadas. Entendemos, nós, que esta solução do hospital privado poderá debelar essa necessidade e, portanto, traduzir-se num maior



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

Largo de Camões – 5400 - 150 Chaves

Telefone: 276340500 Fax: 276327724 – E-mail- assembleia.municipal@chaves.pt

Ata n.º 3 - 30/04/2019

investimento, na criação de emprego, mas também, naquilo que é o aumento do tipo e da natureza dos serviços de saúde. Mas isso lança, também, um desafio, naturalmente, ao serviço nacional de saúde. Todos nós sabemos das dificuldades que a unidade hospitalar de Chaves tem enfrentado, dos desafios que continua a enfrentar e da dificuldade que tem sido, ainda que reconhecidamente tenha havido algum investimento, de recursos humanos, no último ano e meio. Mas é conhecida a incapacidade que tem havido de prestar serviços de saúde, de forma abrangente, às comunidades que deles carecem. Estamos a falar sobretudo de uma população idosa do Alto Tâmega, que tem problemas de mobilidade e que tem, também, limitações de carácter financeiro e económico para, em muitos casos, poder aceder a outras respostas de saúde. Há uma exigência grande, existe nesta matéria um consenso, muito amplo nesta Assembleia Municipal, atrevo-me a dizer que existe um consenso, bastante amplo na comunidade flaviense, mas também, naquilo que é a comunidade do Alto Tâmega e, portanto, teremos todos de nos mobilizar para fazer as exigências, não as exigências que não possam ser concretizadas, mas sim exigências no sentido de que o hospital possa ter uma melhor resposta, no que diz respeito a um conjunto de especialidades médicas; possa ter uma resposta maior nas especialidades cirúrgicas; melhoria daquilo que é, naturalmente, a urgência; fazer-se a requalificação, há muito prometida e nunca concretizada, dos blocos operatórios e, também, sobre tudo que possam ser criados outros serviços de outra relevância no hospital, como seja o incremento da cirurgia de ambulatório. Mas também uma unidade de convalescença, e quiçá mais relevante no que diz respeito a cuidados. São estas as exigências que temos em cima da mesa. ---- Fechámos no dia 24, ao final do dia, aquilo que era o meu compromisso de ouvir todos os partidos representados na Assembleia Municipal, todos os grupos profissionais que prestam serviço no hospital, a Associação dos Amigos do Hospital e outras entidades, para que agora, congregando essa informação, possa, junto da senhora Ministra da Saúde, com a qual tenho uma audiência marcada para o dia 8 de maio possamos, naturalmente, conhecer primeiro aquilo que é a sua proposta para a próxima equipa de gestão. Como sabem a equipa de gestão do centro hospitalar está neste momento em gestão corrente, por isso gostaríamos de conhecer, não as pessoas, mas sobretudo conhecer o projeto, o que é que se pretende, efetivamente, fazer com esta nova equipa. E qual é a visão para o conjunto do centro hospitalar. Porque o centro hospitalar não é apenas a unidade hospitalar de Vila Real, é também a unidade hospitalar de Chaves, e de Lamego. É assim que tem que ser visto nessa gestão conjunta. Outro aspeto, naturalmente, são questões mais de pormenor, mas ainda assim importantes como são o reforço dos assistentes operacionais, o reforço dos assistentes técnicos, os problemas com algumas especialidades médicas que não têm consultas externas em Chaves, a questão da pediatria, que houve uma evolução e uma regressão, que é manifestamente inaceitável e, portanto, temos aqui um desafio grande. Esse desafio grande, é um desafio nesta fase, ainda de negociação. Depois, eventualmente, se o feedback, que porventura tenha, não seja suficientemente satisfatório ou a seguir, efetivamente, aquilo que sejam os compromissos não se concretizarem, esta Assembleia, a comunidade Flaviense, o Alto Tâmega decidirão quais são os instrumentos e as formas de melhor fazerem valer os seus direitos, e aí não devemos pôr limites a nenhum, desde que seja, naturalmente, dentro do estado de direito democrático e que sejam, naturalmente, legais. Aí, podemos avançar com todas as soluções e, acreditem, que estarei na linha da frente dessa luta, porque é essencial termos serviços de qualidade, não só por questões de segurança, mas sobretudo por uma questão de dignidade, para uma população tão relevante que nós temos, nos nossos concelhos, e ainda bem que tem



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

Largo de Camões – 5400 - 150 Chaves
Telefone: 276340500 Fax: 276327724 – E-mail- assembleia.municipal@chaves.pt

Ata n.º 3 - 30/04/2019

cada vez mais, uma esperança de vida mais elevada. Mas, isso significa que, há novos desafios de saúde, que têm que ser respondidos pela saúde. -----

Relativamente às Termas, presumo que tenha sido feito o registo fotográfico, aquando da paragem técnica, em janeiro de 2019 e, portanto, se este registo fotográfico foi feito, naturalmente, teremos todo o prazer em disponibilizá-lo, no sentido de uma lógica de transparência que queremos, naturalmente, implementar. Se existir, será trazido a esta Assembleia Municipal, assim como foi o outro, sendo certo que a motivação era diferente. É preciso contextualizar esta questão e digamos essa disponibilização, só foi apresentada, em resultado de um conjunto de intervenções do membro da Assembleia Municipal, que hoje não se encontra aqui presente, e que foi uma forma de resposta a uma interpelação, e não com outro intuito. Porque todos os que se encontram nesta sala e os flavienses em geral, querem, naturalmente, que nós tenhamos umas Termas, cada vez mais capazes e com maior qualidade. E, sobretudo, que nós possamos fazer o que é essencial, que é podermos prestar cada vez mais cuidados de saúde à comunidade, que possamos dar outra relevância a esta unidade termal, porque todos nós desejamos que seja progressivamente sustentável. -----

Penso que só fica por responder a questão que foi suscitada pelo membro desta Assembleia, Maria José Teles Grilo do PCP, acerca da questão da construção da unidade do “Bonjour” no Monumento. Sobre isso, tenho estados de alma, mas depois tenho os estados de responsabilidade. O meu estado de alma é, se nós vivêssemos num mundo ideal, nós poderíamos decidir e impor ao privado que não fizesse nenhuma intervenção ali, que mantivesse aquele solo que é privado como um espaço de jardim, para que nós pudéssemos apreciar a zona da muralha. Isso seria aquilo que eu desejaria. Mas, como nós estamos e vivemos num estado real, e num estado de direito, não podemos desconsiderar que estamos a falar dum terreno que é privado, que estava urbanizado. O Município de Chaves tinha, naturalmente, que se reger por um instrumento fundamental que se chama Plano Diretor Municipal e, também, por outro instrumento que, é o Alvará de Loteamento. Neste contexto, percebendo as questões de enquadramento urbanístico, o Município de Chaves, o Presidente da Câmara, não pode tomar as decisões que entender, pois na Administração Pública, figura um princípio que é o princípio da legalidade. E, de acordo com este princípio, as decisões, têm que ter como fundamento a Lei, mas também, como limite. E nesta medida, naturalmente, o Município, os órgãos do Município podiam tomar uma de duas decisões, ou entendiam que aquele espaço, que aquele terreno, era fundamental por questões sobretudo visuais, de acesso visual à muralha e aí permito-me considerar que, por exemplo, já temos construído na Avenida dos Aliados, todas aquelas construções, que também impedem, quem lá passa, de ver a muralha. Quem vai na rua em direção à Escola Dr. Júlio Martins, tem construções que impedem de ver a muralha. Mas ainda assim, podíamos chegar à conclusão que era importante ver bem uma parte da muralha. A seguir a decisão que o Município tinha que tomar, era de expropriação. Alguém se atreve a iniciar um processo de expropriação, por exemplo, de um terreno que fica situado naquela zona? Eu atrevo-me a dizer que qualquer decisão que o Município tomasse de expropriação daquele solo, representaria seguramente mais de um milhão ou um milhão e meio de euros, e, portanto, significa que esta solução não serve, primeiro porque a Câmara Municipal não tem essa disponibilidade financeira, e segundo, porque na avaliação que fizemos, existem outras prioridades, relativamente a esta. Por isso optámos por decidir com base nos instrumentos de gestão urbanística, fazendo a apreciação do projeto, e a verdade é que a Câmara Municipal, com um voto de abstenção do vice-presidente, decidiu aprovar o projeto. E, portanto, é o projeto que ali,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

Largo de Camões – 5400 - 150 Chaves

Telefone: 276340500 Fax: 276327724 – E-mail: assembleia.municipal@chaves.pt

Ata n.º 3 - 30/04/2019

porventura, podemos alguns de nós achar que podia ser melhorado na parte arquitetónica e, poderiam, eventualmente, ser colocadas algumas exigências na parte estética, mas só isso, não mais do que isso. E, portanto, esta é a realidade dos factos, é com ela que temos que ser confrontados. Porventura, num estado dirigista, autoritário, em que o estado comanda tudo e planifica tudo, naturalmente em Chaves, haveria apenas um supermercado, haveria uma farmácia e, portanto, não havia iniciativa privada, não havia concorrência, não é isso que nós defendemos. -----

Carlos Afonso de Moura Teixeira, do **PSD**. Começou por referir que, em momento algum, o grupo municipal de PPD/PSD, quis desconsiderar o senhor Presidente da Câmara, relativamente aos cumprimentos. “Faço-o por uma questão de economia de tempo, pois foi esse o apelo do senhor Presidente da Assembleia. Entendo que na pessoa do presidente da Assembleia, estamos todos representados, pois nunca é demais lembrar que a Mesa teve maior votação, que o número de membros do Partido Socialista. Entendemos que o Presidente da Mesa, além de ser Presidente de todos os membros aqui presentes, é também o legítimo representante desta Assembleia. Todavia, senhor Presidente da Câmara, em momento algum, da nossa parte, houve qualquer intenção de desconsideração institucional, disso todos estamos cientes. Queremos que esteja motivado, queremos que seja ambicioso, porque o seu sucesso é o sucesso da nossa terra, é o sucesso de todos nós. Portanto, estamos todos perfeitamente conscientes do seu papel, e da importância do seu sucesso. Entendemos que a Mesa seria a depositária dos cumprimentos institucionais. Não sendo esse o entendimento geral, teremos o cuidado de na próxima intervenção, fazer de modo diferente, estendendo ao senhor Presidente da Câmara e aos senhores Vereadores os nossos cumprimentos. -----

Relativamente às questões colocadas pelo membro desta Assembleia Municipal, Francisco Taveira, do PSD, não teve resposta da sua parte, a questão relativa ao conselho estratégico das Termas, que foi anunciado faz agora um ano, com grande pompa e circunstância. Queremos saber o ponto de situação sobre esta iniciativa e qual o sucesso que a mesma trouxe para a nossa terra. -----

Quanto à intervenção do deputado municipal, Rogério Moura, do PS, relativamente ao MACNA, para que conste, fazemos questão de afirmar que temos imenso orgulho na infraestrutura do museu Nadir Afonso. É uma infraestrutura que tem mais-valia para a nossa terra, para a hotelaria, para a restauração. Ter um equipamento, uma infraestrutura daquele tipo e daquele género, com aquela qualidade, é um atrativo. E sendo um atrativo, são mais dormidas, mais refeições, mais compras e mais movimento. Ficamos agora agradados, com a intervenção, do membro da Assembleia Municipal, Rogério Moura, que diz que, realmente, agora é que vai ser o paradigma do sucesso, associados ao Pólo do Chiado, esperamos bem que sim. Todavia, tive o cuidado de consultar aqui alguns apontamentos relativamente ao Museu do Chiado, e para não criar aqui grandes falhas de memória, gostaria de ler o seguinte: o MACNA é uma obra que orgulha o PSD e coloca Chaves no mapa dos melhores equipamentos culturais, nacionais e internacionais. Temos recebido imensos visitantes e turistas na nossa terra para visitar o MACNA, tendo o MACNA, como principal âncora congratulamo-nos com a promessa de maior democratização e descentralização da cultura, se o governo cumprir. Bem-haja, é bom para nós, é bom para a nossa terra. Mas atendendo à notícia do jornal Expresso do dia 28 de abril, o Museu do Chiado perdeu em 2018, 37,7% dos visitantes, tendo menos 33 mil e 200, que em 2017. Assim o protocolo que está a ser negociado entre o Município e a Secretaria de Estado da Cultura, no sentido de o MACNA ser um Pólo do Museu, é para dinamizar e rentabilizar o MACNA, ou para salvar



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

Largo de Camões – 5400 - 150 Chaves

Telefone: 276340500 Fax: 276327724 – E-mail- assembleia.municipal@chaves.pt

Ata n.º 3 - 30/04/2019

o museu do Chiado da perda de atratividade e visitantes? É que se for, é Chaves a ajudar Lisboa e isso é bom. E, só é possível, porque temos o MACNA.” -----
Gonçalo André Nascimento Alves do **CDS-PP**. Comentou algumas respostas que lhe foram dadas pelo senhor Presidente da Câmara, relativamente a questões por si colocadas, nomeadamente “à candidatura da ponte romana a património mundial, onde não existe nada de novo, tal como à utilização do rio Tâmega para fins balneares.” E pergunta porque é que, a Câmara Municipal, aceitou as competências relativas às praias fluviais, lacustres, etc., quando não fazia intenção de fazer usufruto dessas competências, podendo passar essas competências para o ano a seguir. “Relativamente ao Ribelas, também já percebemos que não há nada de concreto e novo para acrescentar. Por isso, no conjunto destas promessas eleitorais do senhor Presidente da Câmara e do seu partido, vimos que não há nada de novo a acrescentar e nada de novo em concreto para notificar esta Assembleia, tendo em conta que já estamos quase a meio do mandato. Depois, senhor Presidente, segundo os dados, de 2016, da Pordata, Chaves era o décimo município da região norte com mais dormidas e alojamentos turísticos, sendo que, no entanto, a estada média, nos alojamentos turísticos em Chaves, corresponde a 1,8 noites, ou seja, o vigésimo terceiro lugar empatado com destinos turísticos verdadeiramente exóticos, como Paços de Ferreira, Lousada, Vila Verde ou São João da Madeira, que também estão no mesmo nível. A minha questão, também era relativamente ao conselho estratégico de dinamização do turismo de base termal. E já agora saúdo a pergunta que foi feita. Também, gostaria de saber, dado que sei que aquele conselho está a recolher dados estatísticos da atividade económica relativa ao turismo e hotelaria neste Concelho, o que é que tem sido feito com esses dados? Quando é que podemos analisar esses dados, tornando-os numa ferramenta importante para a dinamização do turismo neste Concelho”. -----
Rogério Alberto Amorim Reis Moura, do **PS**, no uso da palavra, disse que respondendo ao seu colega Carlos Afonso, nunca esteve em causa a obra do Museu, nem a obra do Nadir Afonso, como é óbvio. O que esteve sempre em causa foi a sustentabilidade dele, ou melhor, a falta de sustentabilidade. -----
O senhor Presidente da Câmara, **Nuno Vaz Ribeiro** usou da palavra para esclarecer e responder a questões que, entretanto, lhe foram colocadas. A primeira nota de registo interessante é que de facto o PSD, ficou sem tema e sem assunto e cedeu o tempo ao CDS. Registo para memória futura, que é interessante a dinâmica criada. Mas, enfim, respondendo mais concretamente às questões, em particular, que me foram sendo suscitadas, devo dizer que sobre as considerações que foram feitas sobre o MACNA, e sobre a sua importância, acho que o PSD continua a não perceber o essencial. Nunca, ninguém, censurou o facto, em primeiro, de se perpetuar a memória do mestre Nadir Afonso. E, portanto, dar-lhe uma dignidade a este ilustre criador, pintor e arquiteto, isso nunca esteve em causa, é consensual. Como nunca esteve em causa o mérito, a excecionalidade de Siza Vieira. O que esteve sempre em causa, e que parece que continuam a não querer perceber, é a sua sustentabilidade económica. É que se fez algum sentido gastar mais de 8 milhões de euros no MACNA e, se faz sentido, se é sustentável e se o Município tem capacidade financeira para suportar 700 mil euros todos os anos. Isso é que está em causa. Então, alguém faz um investimento desta natureza e não celebra um contrato firme, de gestão, na forma jurídica? A gestão devia ser da responsabilidade da família Nadir Afonso e da Fundação, e não do Município. O que nós censuramos, e criticamos, nunca foi a obra, a importância, a grandeza do mestre Nadir Afonso, nada disso. Também, não foi a qualidade, a excecionalidade do projeto, nada disso. O que nós estamos a falar é da incapacidade de ter um plano, ter



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

Largo de Camões – 5400 - 150 Chaves
Telefone: 276340500 Fax: 276327724 – E-mail: assembleia.municipal@chaves.pt

Ata n.º 3 - 30/04/2019

um projeto, ou um plano de negócios, isso é que é o problema decisivo. O que nós estamos a procurar fazer agora, é minimizar esses efeitos, não é resolvê-los, porque *tudo o que nasce torto, tarde ou nunca se endireita*. Estamos a tentar encontrar soluções que minimizem, que diminuam, a fatura financeira para o Município, e ao mesmo tempo que permita dar relevância, a este equipamento, seja através da criação das redes informais dos Museus de Arte Contemporânea do Norte, seja através da sinalização de um ponto da rede do Museu Nacional, em Chaves. Agora, é curioso como é que uma boa notícia passa a má, isto é, quando queremos ver uma má realidade, olhamos para ela. O que nós queremos fazer, no essencial, é muito simples e foi explicado. É importante que o MACNA seja um ponto da rede do Museu Nacional e, ao mesmo tempo, que nós possamos dispor das reservas, das peças, que estão nas Caves do Museu do Chiado, para que possamos fazer, as exposições que atualmente nos custam 40 ou 50 mil euros, para que custem menos, essa é que é a nossa ambição. Nessa lógica, o que nós queremos é diminuir os custos. E conseguir, também, que este equipamento cultural venha a ter um Diretor artístico, que não tem ainda, nem nunca teve. Então, faz algum sentido, abrir o Museu e não o dotar, logo à partida, para a sua inauguração, com alguém que faça a direção artística e técnica? E, portanto, vir com esse discurso é absolutamente inaceitável e revela, na minha perspetiva, falta de correção intelectual. -----

Quanto ao conselho estratégico das Termas, é importante dizer que tem uma grande vantagem, que é de pôr no mesmo espaço, intervenientes de áreas diversas, a conversar, a discutir os temas que são essenciais. Um dos problemas, que o nosso Concelho tem, é a falta de atratividade, de afirmação e a impossibilidade de crescimento, naquilo que é sua oferta turística. Tem a ver com a estruturação do produto. Nós, não podemos continuar a ter as termas a venderem as termas, os hotéis a venderem os hotéis, as nossas empresas de informação turística a venderem sectorialmente. Temos que fazer um pacote, temos que conseguir que todos estes serviços, que são importantes para o território sejam vendidos em pacotes, nos circuitos de promoção turística, têm que ser vendidos nesses espaços, porque, senão continuaremos a não ter capacidade de atracção. A ideia de pôr a falar no Concelho, com o nome mais ou menos pomposo, o que se pretende é, sobretudo, pôr a falar quem faz, quem trabalha na área, os donos dos restaurantes, os donos dos hotéis, os responsáveis pelas termas, as Direções das escolas, dos Centros de Saúde, da Escola Profissional, da Escola Superior de Enfermagem, enfim, quem está integrado nesta comunidade, e que possa ajudar a construir ideias e propostas, bem como melhorar esta iniciativa. Há uma coisa que se conseguiu, isso é inevitável, sabem que com o resultado destas ideias foi possível concretizar, no âmbito da CIM, um projeto que se chama Aquavalor. É que, curiosamente, essa ideia do conselho estratégico já gerou, uma nova entidade, que passou para outro âmbito, e que resultou na aprovação de uma candidatura, de cerca de 2,3 milhões de euros, financiada a 85% no âmbito da Aquavalor, que é uma associação criada pela CIM, com parceiros privados, com outras instituições, e também com as termas, naturalmente. Aliás as termas são associadas da Aquavalor. Nós fazemos o essencial, e o essencial é fazer um observatório, ter melhores dados para tomar decisões qu, não existem, mas é também fazer investigação. Mas, é também, fazer formação, ter mais capacidade de atracção de conhecimento e de inovação, para que possamos fazer da água um elemento central do território do Alto Tâmega. A água é importante no Alto Tâmega e, principalmente, para Chaves, seja nas termas, para os tratamentos, para os cuidados e para os serviços de bem-estar. É importante, também, para a Geotermia e, neste âmbito da Geotermia, vamos ter uma



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

Largo de Camões – 5400 - 150 Chaves

Telefone: 276340500 Fax: 276327724 – E-mail- assembleia.municipal@chaves.pt

Ata n.º 3 - 30/04/2019

candidatura de mais 800 mil euros. Quando o membro desta Assembleia Municipal, Gonçalo Alves, referia que não há novidades, já lhe referi duas: aprovação do Aquavalor, e do projeto de Geotermia, mas virão ainda mais. Esse nervosismo, certamente, que se vai apagar à medida que perceber que essa intempestividade da intervenção, não faz sentido. Mas estava a referir a importância da água, enquanto elemento importante na saúde, no bem-estar, na geotermia, na agricultura e nos desportos de natureza. É importante, que nós possamos fazer essa diferenciação, é decisivo. Portanto, essa discussão que está a acontecer no conselho estratégico, vai continuar, não se pretende transformar o mundo, pretende-se, sim, fazer uma coisa essencial que é aproximar todos aqueles que têm um interesse comum. O interesse comum de quem tem alojamento, para vender ou para quem tem restauração para vender, ou de quem tem produtos locais para vender. É que nós pensamos todos de forma colaborativa, em melhorar a nossa capacidade de vender, e isso só se faz, juntando os esforços, juntando as vontades e juntando capacidades, trabalhando em conjunto. É essa a grande vantagem do conselho estratégico, de base termal, é essa a grande virtude, na minha perspetiva. Porque, até então, cada um andava para seu lado. A nossa expectativa é que nós possamos, ainda, ser mais assertivos, mais capazes, para que possamos melhorar, naturalmente, e possamos resolver um problema essencial. É, claro que Chaves, é um importante destino, no que diz respeito ao alojamento, é verdade. Mas, temos, aqui um problema, porque os dados que nós temos são de 2016 e, portanto, perspetivar as tendências, quando as informações estatísticas, são de 2016 e, nós estamos em 2019, já não é muito útil. Mas não vamos ser nós, Câmara Municipal, nem este Conselho Municipal, que vai criar informação estatística, isso é impossível. Primeiro, não está disponível, não está acessível, não pode ser validada tecnicamente e, portanto, isso é para construir, internamente, soluções, não é, naturalmente, para substituir a informação estatística oficial. Agora, essa preocupação, foi comunicada a uma estrutura regional que tem por missão fazer a gestão e a promoção do turismo, que é o Turismo Porto e Norte. O que nós lhe pedimos, foi que junto do INE, tentasse encontrar soluções que nos permitissem ter o conhecimento mais atempado, daquilo que são as dinâmicas turísticas e económicas, traduzidas naturalmente, em informação estatística, para que nós possamos projetar o futuro. Claro que o registo, relativamente, ao número de dormidas é muito interessante porque nós não podemos esquecer que Chaves e o Alto Tâmega, são um destino do interior. Claro que não estamos satisfeitos, sobretudo com a permanência média. Não estamos satisfeitos e é, exatamente aí, que temos que trabalhar muito, mas só conseguimos melhorar, se estruturarmos o produto e, se nós conseguirmos colocá-lo nos circuitos de comercialização, e, ao mesmo tempo, garantir que o destino não é apenas Chaves, porque, se assim for, provavelmente, o que acontecerá é que, nós não teremos mais que um, dois, três dias para a permanência dos turistas em Chaves. É por esse caminho que temos que avançar e, naturalmente, agradeço esse recordatório que já conhecíamos, mas, que certamente nos pode ajudar no caminho do futuro. ----- Quanto às letras colocadas no jardim, questão levantada pelo membro desta Assembleia, Maria José Telles Grilo, quero dizer-lhe que se trata de uma opção da Câmara e, portanto, tem a ver com uma estética curiosa. Eu acho, que são bonitas. Também é nossa intenção, não ter só aquelas letras em espaços centrais, que permitam aos nossos turistas e aos nossos cidadãos, fotografarem e fazerem selfies com elas. Também, anuncio, já aqui, que é nossa intenção, pôr na rotunda de acesso à cidade, na primeira rotunda, em letras enormes “Chaves” com o símbolo termal. Estou a dizer, que vamos fazer, não estou a dizer, exatamente o momento em que o vamos fazer e,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

Largo de Camões – 5400 - 150 Chaves

Telefone: 276340500 Fax: 276327724 – E-mail- assembleia.municipal@chaves.pt

Ata n.º 3 - 30/04/2019

portanto, essa é a nossa intenção, e acho que é por aí que temos de caminhar, no sentido da afirmação. Por isso, tenho uma opinião inversa daquela que manifestou. --- O senhor Presidente da Assembleia Municipal, **Altamiro da Ressurreição Claro**, referiu que, antes de dar a palavra ao membro desta Assembleia Municipal, Carlos Afonso, iria fazer aqui, na presença das senhoras e senhores membros desta Assembleia Municipal, uma saudação muito especial a um grupo de alunos do segundo ano do curso Profissional de Técnico Auxiliar de Saúde, da Escola Secundária Dr. António Granjo, que estão aqui entre nós. É um gosto para nós tê-los aqui, porque esta é a Casa da Democracia do Concelho. Aqui estão representados todos os Partidos Políticos que obtiveram votação para tal, aqui vem a Câmara Municipal prestar Contas e pedir a aprovação dos documentos fundamentais para a gestão do nosso Concelho, designadamente as Contas do ano transato, dos orçamentos e dos planos para os anos seguintes. Portanto, esta é uma casa, como disse, da Democracia. E é bom que os jovens visitem esta Casa, tomem parte também e transmitam a mensagem do que é a Assembleia Municipal no nosso Concelho. Obrigado pela vossa presença. -----

Carlos Afonso de Moura Teixeira, do PSD, no uso da palavra disse. “Caros membros desta Assembleia, pedimos a palavra, precisamente porque as considerações do senhor Presidente da Câmara, denotam alguma incapacidade em aceitar a diversidade. Aquilo que o senhor Presidente da Câmara, se referiu a nós como a questão da declaração intelectual, considero-a irrelevante. Mas, é apenas pelo princípio, senhor Presidente. O PPD/PSD, define os temas que considera oportuno trazer, solicita os esclarecimentos que entende e, o senhor Presidente da Câmara, ou tem capacidade para responder, ou não responde. Não vai ser, certamente, a condicionar os seus representantes, acusando-os, dos termos e da atitude, no sentido de impedir o desempenho da função, que os flavienses nos confiaram, que foi de oposição. Estamos na oposição, temos um mandato, temos o direito e vamos exercê-lo e não vamos sucumbir a qualquer tipo de condicionamento. Posto isto e, relativamente ao MACNA, insisto: vai ser Chaves, onde existe precisamente o Museu, a ajudar o Museu em Lisboa, a melhorar o seu desempenho e isso é um motivo de orgulho para nós flavienses. Porque, depois da forma como o senhor Presidente o disse, e da forma como vai ser transcrito em ata, estas coisas contam. O que nós viemos aqui dizer é que *existe um Museu em Lisboa que perdeu 33 mil visitantes e vai melhorar os seus números graças à possibilidade de criar um Pólo em Chaves, onde, certamente, haverá atratividade maior* e é isso que deve constar em ata”. -----

No uso da palavra o senhor Presidente da Câmara, **Nuno Vaz Ribeiro** esclareceu e respondeu a outras questões que, entretanto, lhe foram colocadas. “Quero, primeiro, voltando um bocadinho atrás, porque enfim, na ânsia, de responder às interpelações todas, esqueci-me, de uma coisa particular. Percebi essa meia culpa que veio aqui fazer o membro desta Assembleia Municipal, sobre a questão dos cumprimentos. Mas, eu recorro que Câmara e a Assembleia, são órgãos distintos, e nessa perspetiva, queria dizer que quando cumprimenta o senhor Presidente da Mesa, não cumprimenta a Câmara. Porque, o Município tem dois órgãos fundamentais, tem o órgão que é a Assembleia Municipal e, tem o órgão Câmara Municipal e, portanto, essa redundância não faz sentido, nem tem nenhum acolhimento na lei de funcionamento das autarquias locais. Por conseguinte, na minha perspetiva, e fiz essa referência, curiosamente sentiu, e deu o toque dessa referência. Porque, já o tinha feito em outras Assembleias anteriores, fê-lo de forma continuada e, portanto, isso não é, senão, e nós percebemos a dor, enfim, essas questões ainda não estão completamente consolidadas e, portanto, levam algum tempo. Nós percebemos isso. De qualquer das formas entendemos, que



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

Largo de Camões – 5400 - 150 Chaves

Telefone: 276340500 Fax: 276327724 – E-mail: assembleia.municipal@chaves.pt

Ata n.º 3 - 30/04/2019

são órgãos distintos. Uma coisa é a Assembleia Municipal, por isso é que a Câmara Municipal e o Presidente da Câmara, não podem votar neste órgão. E, portanto, como são órgãos distintos a Câmara Municipal vem aqui prestar contas através do seu Presidente. É nessa dimensão, que deve ser considerada e a referência foi só por isso. Não é pelo Nuno Vaz, mas pela instituição Câmara Municipal. Depois, devo dizer-lhe que continuo a não perceber, as considerações que fez. Porque, se há o direito de criticar também há o dever de ser criticado. E, portanto, temos uma forma, quem faz críticas, também tem que aceitar que lhe possam ser devolvidas críticas. O facto de ser, e de prestar contas, enquanto Presidente da Câmara não me inibe de prestar os esclarecimentos que foram suscitados. Relativamente, às questões de insuficiência no que diz respeito, àquelas que me colocou, parece-me que foram todas respondidas, mas se porventura ficou alguma, estou aqui disponível para o fazer. Depois, dizer que nesta dialética, a diversidade e a democracia fazem com que nós possamos criticar, ser criticados e, portanto, essa é a grande diferença. Mas, por ventura, dezasseis anos de governação autárquica, terão retirado essa capacidade de ouvir as críticas que às vezes são devidas e, portanto, fica essa nota. Por último, quanto ao MACNA, o facto de ser um Pólo em Chaves do Museu de Arte Contemporânea do Chiado, os registos das entradas ficarão no MACNA, não ficarão no Museu de Arte Contemporânea, não percebo de que forma é que os registos do MACNA em Chaves, vão melhorar os registos das entradas no Museu de Arte Contemporânea do Chiado. Não percebi essa lógica, não percebi essa referência, continuo a não conseguir entender. Isto só serve para quê? Só serve para desvalorizar esta decisão que, para mim, é importante de criar em Chaves um Pólo do Museu de Arte Contemporânea, enfim, mas ficam as palavras, com quem as profere. -----

Carlos Afonso de Moura Teixeira, do **PSD**, no uso da palavra, disse: “Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Excelentíssima Mesa, aquilo que nós, aqui fizemos, quanto aos cumprimentos, e para que fique bem claro, foi por uma questão de economia de esforço e de tempo. Cumprimentar a Mesa e a partir da Mesa, estender a toda a Assembleia. Se o senhor Presidente, considera que estivemos mal, que estivemos errados, que não reagimos da melhor forma, ou que não estivemos da melhor forma, faça favor de o dizer. Reconsiderarei, farei uma intervenção e a seguir corrigirei, nos devidos termos”. -----

O senhor Presidente da Assembleia Municipal, **Altamiro da Ressurreição Claro**, correspondendo à solicitação apresentada, fez um pequeno esclarecimento regimental. “O Senhor membro da Assembleia, Carlos Afonso, vem chamar-me ao debate e vou dizer-lhe francamente o que penso. Acho que é de bom-tom, qualquer membro da Assembleia cumprimentar todos os órgãos que se encontram presentes na mesma. Decorre da Lei, que eu aqui não represento a Câmara. Juntamente com a Mesa, representamos a Assembleia, que nos deu a confiança, através do seu voto. A Câmara Municipal, está aqui para prestar contas e, portanto, nós não temos esse mandato de representação, por parte da Câmara. Portanto, acho que isto é um mal-entendido que, com certeza, será ultrapassado e o que eu sugiro, senhor membro desta Assembleia, o senhor é um homem cordato, é que, futuramente, cumprimente o senhor Presidente da Câmara e os Vereadores da mesma, porque constituem um órgão sufragado pelos cidadãos e pelos eleitores do Concelho. É isto que eu tenho a dizer. Obrigado”. -----

O membro da Assembleia Municipal, **Carlos Afonso de Moura Teixeira**, do **PSD**, no uso da palavra, disse. “Senhor Presidente, agradeço. Peço, desculpas a todos os membros desta Assembleia, por não me ter dirigido corretamente ao Executivo Municipal. Peço, que seja considerado a tempo, e que os cumprimentos sejam



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

Largo de Camões – 5400 - 150 Chaves
Telefone: 276340500 Fax: 276327724 – E-mail- assembleia.municipal@chaves.pt

Ata n.º 3 - 30/04/2019

estendidos ao senhor Presidente da Câmara, aos senhores Vereadores e as minhas desculpas pelo sucedido. Não voltará a acontecer. Muito obrigado.” -----

PERÍODO DA ORDEM DO DIA-----

PONTO 1 – Aprovação de ata da sessão anterior. -----

A ata número dois, referente à sessão ordinária realizada no passado dia 27 de fevereiro de 2019, foi colocada à discussão, dispensando-se a sua leitura, em virtude de ter sido distribuída a todos os membros desta Assembleia. Sete membros desta Assembleia não participaram na votação, pelo facto de não terem estado presentes na sessão a que a ata se refere. -----

Após pequenas correções introduzidas pelo senhor Presidente da Câmara, a ata foi posta à votação e foi aprovada por unanimidade. -----

O Presidente da Câmara, **Nuno Vaz Ribeiro**, usou da palavra para esclarecer e efetuar as devidas correções. -----

Renovou os cumprimentos aos presentes e fez uma referência particular à turma de alunos da Escola Secundária Dr. António Granjo, que se encontrava presente. “Sejam bem-vindos. Espero, que possam estar aqui neste espaço algum tempo e, sobretudo, que possam contagiar outros colegas, para que percebam um pouco do funcionamento deste órgão importante para o Município, que é a Assembleia Municipal, e que percebam também, as dialéticas que vão acontecendo neste espaço. Será importante, para todos vós, formarem uma convicção acerca do processo de discussão, de decisão e da importância deste órgão, que foi, como sabem, uma conquista de abril. Uma conquista, que temos que valorizar sempre e envidar esforços no sentido do reforço dessa valorização, de modo a que possamos ter capacidade de tomar decisões sobre mais dimensões da nossa vida, da nossa organização em sociedade, em comunidade, decisões que sejam mais céleres e, sobretudo, que sejam cada vez mais justas.” -----

Depois, relativamente à ata, são duas ou três situações que, verdadeiramente, não sei dizer, se fui eu que na intervenção que fiz, cometi algum lapso, ou se foi na transcrição para a ata. Assim, na página 17, mais ou menos a meio, quando se refere a ampliação da rede de calor, não são 10 edifícios, mas sim três; depois, na página seguinte (18), quando se fala do Aquavalor, o financiamento não é a 100%, mas sim 85%; na página 20, logo no início, quando falamos dos Cursos Técnicos Superiores Profissionais, a designação abreviada é CTSP e não STEPS; ainda na mesma página, quando se refere: “a Câmara Municipal e a Escola Superior de Enfermagem, à qual se associou também o IP”, não é IP, mas sim IPB. -----

PONTO 2 - Informação prestada pelo senhor Presidente da Câmara-----

Nos termos regulamentares a informação foi apresentada previamente, por escrito. ----

O Presidente da Câmara Municipal, **Nuno Vaz Ribeiro**, fez uma introdução inicial referindo que se esta Assembleia, assim o entender, o dispensará da apresentação, uma vez que a informação foi disponibilizada aos líderes das respetivas bancadas municipais. Mas, naturalmente, que está disponível, para prestar os esclarecimentos e informação suplementar que, eventualmente, venha a ser suscitada pelos membros da Assembleia. -----

Intervieram os seguintes membros da Assembleia: -----

Carlos Afonso de Moura Teixeira, do **PSD**. Colocou algumas questões e solicitou esclarecimentos: no levantamento relativo ao conjunto de processos e à fase processual, temos uma ação de 228 euros e 86 cêntimos, uma ação administrativa de impugnação de Cláudia Sofia Rego Martins. Agora em 2019, a ação pela mesma autora



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

Largo de Camões – 5400 - 150 Chaves

Telefone: 276340500 Fax: 276327724 – E-mail: assembleia.municipal@chaves.pt

Ata n.º 3 - 30/04/2019

é de 30 mil euros e 1 cêntimo. De que é que se trata, sendo a mesma pessoa? Qual a diferença de um processo para outro, de 228,86 euros para 30 mil euros? -----

Maria José Gomes Teles Grilo da **CDU**. Na sua intervenção, solicitou vários esclarecimentos, nomeadamente: ressaltam aqui 3 dias, que foi o dia 12 de março em reunião com o Presidente da Administração do Centro Hospitalar de Trás-os-Montes e Alto Douro e com um senhor chamado João Oliveira. Portanto, fala aqui em questões relativas à prestação de cuidados de Saúde da Unidade Hospitalar de Chaves. Pois bem, pergunto o que é que resultou dessa conversa. Depois, temos aqui, uma outra atividade relacionada, também, com a saúde que foi a sessão pública de apresentação do Hospital Privado em Chaves. Devo dizer que acredito, que o senhor Presidente seja tão defensor do Serviço Nacional de Saúde como eu. Tenho de dizer, também, que a CDU, não está contra investimentos privados. Mas é preciso ver se os investimentos privados, colidem ou não, com a maioria das pessoas que vão usufruir desses cuidados. Só quero fazer este reparo. Depois, há aqui ainda um acordo de regularização da dívida com as Águas do Norte, se for possível, gostaria de obter algum esclarecimento sobre o que foi feito neste acordo, e quantos anos são necessários para pagar a dívida. Devo dizer, que as dívidas a curto prazo cresceram, continuamente, durante estes 4 meses, digamos, já estão em 8 milhões 214 mil euros. Ao mesmo tempo, as taxas de realização da receita e da despesa de capital, os valores que estão aí projetam, anualmente, umas taxas que andam à volta dos 19%. Depois, falar nas obras, a obra do Centro Cívico, calculo que seja a obra do edifício Maria Rita, que está apenas em 39%, em 5 meses e o prazo era de 6 meses. Está muito atrasada. Também, referenciava, por não começar o Centro de Convívio do Largo do Terreiro da Cavalaria, a obra 35, que não sei porquê lhe chamam Centro de Convívio. E, se vai haver ali uma construção à semelhança do projeto que já houve, ou se apenas fica aquilo tudo, tipo largo, jardins, e com visão até ao monumento. -----

Gonçalo André Nascimento Alves do **CDS-PP**, no uso da palavra pediu esclarecimentos sobre a atividade do Presidente considerada relevante, começando pela reunião com a Secretária de Estado da Cultura, que lhe suscitou algumas dúvidas, nomeadamente: Esta iniciativa, prevê alocação de quaisquer verbas do orçamento de estado? Em que posição ficará a colaboração entre a Autarquia e Serralves? Este Pólo permite o estabelecimento de parcerias, com outras instituições de cultura? E qual é o ponto de situação, sobre o processo de renegociação entre a Câmara e a Fundação Nadir Afonso. -----

Relativamente, à reunião com o Ministro Adjunto e da Economia, referente à criação da zona de acolhimento empresarial transfronteiriça. O que é que pressupõe esse acolhimento empresarial? Implica algum tipo de benefícios fiscais associados às empresas que forem acolhidas? E qual o nível de comprometimento do senhor Ministro? O Presidente da Câmara, **Nuno Vaz Ribeiro** usou da palavra para esclarecer e responder às questões que lhe foram colocadas. -----

Muito bem. Vou tentar responder a todas as questões. Algumas foram interpelações, outras foram considerações, outras foram devaneios, mas, enfim, o espaço é tão suficientemente aberto e lato, que permite essas considerações todas. Dizer que, relativamente, às questões de esclarecimento que foram colocadas sobre os dois processos da Cláudia Martins, eles explicam-se muito facilmente. São dois processos que têm exatamente as mesmas partes: o Município de Chaves e esta trabalhadora do Município de Chaves. O primeiro valor de 200 e poucos euros, tem a ver com uma decisão tomada de uma multa, penso que foi no início de mandato, na sequência de um processo disciplinar, que estava em curso e que a trabalhadora impugnou e, portanto,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

Largo de Camões – 5400 - 150 Chaves

Telefone: 276340500 Fax: 276327724 – E-mail- assembleia.municipal@chaves.pt

Ata n.º 3 - 30/04/2019

o valor da ação é o valor correspondente aquilo que foi a multa aplicada. Já o outro processo tem a ver, naturalmente, com a incidência económica da ação. Mas, tratando-se de uma ação relativa a uma impugnação, de uma decisão, de um processo disciplinar automaticamente o valor do processo tem que ser 30 mil e 1 euro e, portanto, esta é a explicação. Porque esta trabalhadora foi objeto de uma primeira sanção disciplinar de multa e mais recentemente foi objeto de uma outra sanção de uma outra natureza que foi tomada em deliberação de Câmara por unanimidade e que a trabalhadora exercendo, naturalmente, os seus direitos impugnou e neste momento estão pendentes no tribunal administrativo e fiscal de Mirandela, duas ações. Com âmbitos diferentes e com valores também diferentes aguardamos, naturalmente, a decisão, sendo certo que é uma situação que merece alguma preocupação, porque a trabalhadora recusa-se a trabalhar. Trata-se de uma situação bem conhecida, dos vários dirigentes municipais dos últimos 7 ou 8 anos e, portanto, merece alguma preocupação e com certeza terá que ter uma evolução. -----

Relativamente às questões que foram colocadas, pela representante do PCP, quanto à sessão pública do novo Hospital Privado, quem teve a disponibilidade e vontade de estar presente, percebeu o projeto, percebeu aquilo que são os objetivos, também conheceu, qual é a minha opinião sobre esta matéria. Bastaria, também, ler o jornal local, para perceber que fui claro e qual foi o nosso posicionamento, da necessidade continuar a defender o Serviço Nacional de Saúde. Introduzo aqui uma novidade que é eu só acredito na afirmação do Serviço Nacional de Saúde, quando um governo tiver a capacidade de pôr a regra da exclusividade nos trabalhadores, que nele prestam serviço, até lá são paliativos. E, portanto, qualquer decisão que tenha a ver com a afirmação, com o reforço, com a capacitação do Serviço Nacional de Saúde tem que passar, inevitavelmente, pela exclusividade dos profissionais afetos ao Serviço Nacional de Saúde. É a minha visão, é a minha opinião. Pensei no passado, penso hoje, não sei se irei mudar algum dia, mas é aquilo que eu acho sobre esta matéria. Poderemos ter uma discussão sobre isso, e quais são as razões que me levam a pensar desta forma. Depois, relativamente, ao acordo sobre as Águas do Norte, acho que esta Assembleia, já passou dezenas de horas a falar sobre isto e teremos, ainda, oportunidade de voltar a falar, mas tem a ver com o incumprimento reiterado por parte da Câmara Municipal do anterior executivo, relativamente, a uma fatura da água que tinha a ver com as Águas do Norte, desde 2011, que se cifrou em 5,6 milhões de euros e, que nós quisemos pôr fim a esse processo. Não só começar a pagar tempestivamente a horas, aquilo que eram as obrigações geradas, no nosso mandato, como também normalizar a situação passada, e fazer um acordo e começar a cumprir esse mesmo acordo. Posso dar nota, que este acordo, tal como estava enunciado nos seus considerados, nos seus postulados, e que está vertido no respetivo texto de acordo, estava sujeito a visto do Tribunal de Contas. Essa diligência processual foi cumprida. Hoje 30 de abril de 2019, estamos em condições de começar a cumprir, este acordo. Vai representar, em termos de estimativa o encargo de juros, só neste ano, entre os 300 e os 400 mil euros. Esperemos, que seja menos e, portanto, já estão a ver a dimensão deste problema. Nós ainda, revisitaremos, este assunto. Teremos a oportunidade de perceber, qual foi o impacto negativo financeiro, que estas não decisões implicaram. Depois, relativamente, às dívidas de curto prazo, olhe a resposta está aí. A resposta é fácil, se nós tínhamos uma relevante dívida que não estava registada nas contas, designadamente os 5.6 milhões de euros não existiam. Na contabilidade da Câmara Municipal de Chaves até 2017, a dívida das Águas não existia, mas a partir do momento em que foi registada, essa dívida aumentou consideravelmente, a correspondente dívida de curto prazo. O



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

Largo de Camões – 5400 - 150 Chaves

Telefone: 276340500 Fax: 276327724 – E-mail: assembleia.municipal@chaves.pt

Ata n.º 3 - 30/04/2019

que nós esperamos, agora, logo que o acordo com as Águas esteja em execução, é transformar essa dívida de curto prazo, em dívida de médio e longo prazo. De acordo com aquilo que era a norma habilitacional da lei permitia-nos, fazer um acordo até 25 anos, nós fizemos por 20 anos. E, portanto, para 2019 nós vamos dividir os encargos resultantes, desse acordo, por esse período dos 20 anos e em cada ano só será representado como dívida de curto prazo, aquilo que seja a responsabilidade desse ano. Começaremos já a cumprir este ano e, provavelmente, para não dizer com toda a certeza, o valor da dívida de curto prazo, no final de 2019, será substancialmente menor. Quanto ao centro cívico, a questão do prazo de execução e da taxa de execução, ou da realização da obra, tem a ver, com o facto de a obra ter estado suspensa, por obrigatoriedade de realização de sondagens e trabalhos arqueológicos. E, como teve suspensão, o período da suspensão não conta para o prazo da obra. Significa isso, que não há grande desfasamento. A dimensão do atraso será de dois meses, não é uma preocupação porque, com certeza permitirá ainda assim, naturalmente, cumprir o contrato de financiamento de fundos comunitários. O Centro Cívico, que aparece com uma taxa de 5% de execução, vai ficar sempre em 5%. Aquele que vai ser feito aparece aí com outra identificação, já não é Centro Cívico, mas é a intervenção na Praça do Terreiro de Cavalaria. -----

Ao membro desta Assembleia Gonçalo Alves, do CDS-PP, para dizer o seguinte: quanto à questão do Pólo eu não sei se tive a oportunidade de dizer aqui, ou se disse na comunicação social, ou se foi em reunião de Câmara que, neste momento, está em curso o processo da definição do protocolo, dos termos e das condições. E, todas as questões que colocou e algumas delas são pertinentes, estão a ser discutidas e vão ser, naturalmente, objeto de negociação e depois de decisão final, para que, efetivamente, esta colaboração possa ter um documento balizador, orientador. Esse protocolo, naturalmente, será trazido a esta Assembleia Municipal. Sobre, a questão daquilo que está aí identificado, como sendo uma preocupação deste atual Executivo, e que foi levado ao senhor Ministro, não é porque exista projeto de uma área empresarial transfronteiriça, que não existe. Existe a intenção, existe a vontade, que foi comunicada ao senhor Ministro de que era importante, numa lógica de afirmação do interior e, de um conjunto de cidades e concelhos que têm que ter uma outra atenção, por parte da Administração Central e que tem que haver aí um investimento público. Nós fomos desafiar o senhor Ministro a ajudar-nos a pensar num instrumento financeiro, que não existe, mas que permita por exemplo que uma Euro Cidade ou que o conjunto de dois Municípios de Países vizinhos - Portugal/Espanha, possam ter uma coisa que na minha, perspetiva, faz todo sentido que é ter uma área de acolhimento empresarial transfronteiriço. Esse foi um dos objetos da conversa com o senhor Ministro e traduz uma preocupação, que nós gostaríamos que fosse acolhida pelo poder central, no sentido de podemos caminhar para essa solução. -----

Sobre Serralves, o acordo que existe com Serralves, não colide, nem prejudica nada do que está em vigor, porque é um acordo de parceria que se traduz numa responsabilidade financeira de 25 mil euros por ano e que, da avaliação que nós fazemos, ainda continua a ter relevância, a sua manutenção e naturalmente, logo que o MACNA, tenha uma direção artística e técnica, que nos possa ajudar, a pensar melhor, veremos se a parceria é para manter. Porque, verdadeiramente, nem o Presidente da Câmara, nem nenhum Vereador, são especialistas nesta área. E, portanto, também queremos perceber se efetivamente nesta matéria as soluções que existem contratualizadas, são as adequadas ou não. Mas, terá que ser feita a avaliação técnica.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

Largo de Camões – 5400 - 150 Chaves

Telefone: 276340500 Fax: 276327724 – E-mail: assembleia.municipal@chaves.pt

Ata n.º 3 - 30/04/2019

Depois, com base nas avaliações técnicas que fizerem, tomaremos as melhores decisões políticas. -----

Volto um pouco atrás para poder referir aqui, dois aspetos que não respondi à representante do PCP, Maria José Teles Grilo, e que tem a ver com as reuniões que tive com o Presidente do Conselho de Administração, naquela lógica da audição que eu há bocadinho explicitiei, que ouvi os profissionais, que ouvi a Liga dos Amigos do Hospital, as Associações, os Partidos, mas também quis ouvir o Conselho de Administração, sobre a avaliação que eles fazem e, daquilo que tem sido o seu trabalho. Naturalmente, ouvi-los para que, também, pudesse ter informação direta sobre aquilo que são os principais desafios do futuro e aquilo que são as exigências prementes da Unidade Hospitalar. E, quanto ao Centro Hospitalar, foi sendo dito que não continuarão na sua gestão e, portanto, dessa gestão significa que fica o registo. Mas, naturalmente, não terão nenhuma capacidade de intervenção para o futuro. -----
Penso que não há mais nenhuma questão. -----

PONTO 3 - Prestação de Contas relativa ao exercício económico de 2018. Informação nº13/DGF/2019. -----

O senhor Presidente da Câmara, **Dr. Nuno Vaz Ribeiro**, procedeu à apresentação das Contas relativas ao exercício económico de 2019: -----

“Reconheço que tenho, aqui, alguma hesitação, pois tenho um documento de 47 páginas, vou procurar fazer uma síntese. Muito bem, em vez das considerações que tinha pensado fazer, porventura, faço só uma leitura das conclusões. Ainda assim, depois, na sequência do debate, teremos oportunidade de discutir, mais em pormenor, algumas questões. Vou começar por uma referência e considerações feitas na reunião de Câmara, acrescentando-lhe mais 2 ou 3 aspetos. Trata-se do Relatório e Prestação de Contas do exercício de 2018, como responsabilidade primeira do Executivo municipal liderado por mim porque, o referente ao ano de 2017 deve ser imputado a quem geriu os destinos autárquicos durante 9 meses e 23 dias. Este Relatório permite, ainda não no grau que desejamos, evidenciar o caminho da consolidação das políticas municipais. O Município de Chaves tem vindo a ganhar o crédito e a confiança do mercado, das instituições financeiras e dos agentes económicos, mas, particularmente, dos clientes e dos fornecedores, o que tem permitido alcançar melhor desempenho financeiro do Município visível, sobretudo, nas operações de substituição das responsabilidades bancárias. Contas certas fazem bons negócios e criam parcerias sólidas e, reciprocamente profícuas, mas, sobretudo, garantem um clima de verdade e de transparência, essenciais para a dinâmica e fortalecimento do mercado local, em especial dos operadores económicos de menor dimensão. Das prioridades enunciadas na estratégia aprovada para o mandato 2017 - 2021, ganham tradução logo no primeiro verdadeiro exercício, porque não deve surpreender ninguém que os itens que maiores recursos municipais consomem, sejam o da coesão social, do ambiente, da qualidade de vida, urbanismo mobilidade e transportes, educação e promoção da atividade económica. É necessário e desejável um maior esforço financeiro em matéria de investimento municipal, designadamente nos domínios do desenvolvimento local, do turismo, dos transportes e mobilidade. Mas, compromissos assumidos pelos anteriores gestores autárquicos exigem que lhe continuemos a afetar recursos financeiros substantivos, é essa a situação desproporcionada pelos serviços operacionais do Município, em reconhecimento da insuficiência dos recursos próprios para responder às necessidades das respetivas comunidades locais, em valor superior a 761 mil euros. As associações desportivas, culturais e sociais mereceram também uma atenção particular



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

Largo de Camões – 5400 - 150 Chaves

Telefone: 276340500 Fax: 276327724 – E-mail: assembleia.municipal@chaves.pt

Ata n.º 3 - 30/04/2019

ao nível dos apoios financeiros concedidos, concretizada em quase 850 mil euros como forma de reconhecimento, ainda que manifestamente insuficiente. Do relevante papel que têm vindo a desempenhar junto dos respetivos beneficiários que são, afinal, os nossos concidadãos, estes resultados positivos ao nível da receita alcançados, mesmo depois deste Executivo ter desagradado os impostos, aos flavienses, nomeadamente o IMI que agora, no ano de 2019, se situa muito próximo do mínimo legal, ou seja 0.325; e de ter mantido o preço de serviços essenciais como o da água e do lixo que, no último ano, tiveram um crescimento negativo. Outro dos aspetos que merece referência particular, é que foi possível, em resultado de decisão governamental e da diminuição do endividamento total do Município para valor inferior ao limiar legal, suspender o plano de saneamento financeiro em que o Município de Chaves tinha sido colocado, pelo anterior Executivo Municipal, situação que afetava a imagem do Município. A taxa de execução do orçamento da receita líquida foi de 80.18%, correspondente a 40.704 milhões de euros, superior em 7.5% face ao ano anterior, o que denota rigor e critério aquando da elaboração dos documentos previsionais. Mas, também notável capacidade de execução, mormente na dimensão dos recursos externos, leia-se Fundos Europeus, onde foi possível captar cerca de 5,5 milhões de euros. A análise do exercício 2018, permite concluir que a dívida total a terceiros, empreiteiros, fornecedores, prestadores de serviços e entidades bancárias, registou um decréscimo de 5. 577. 322, 93 cêntimos, o que representa uma redução de 14.64%, relativamente ao período homólogo anterior, sendo 4. 057 mil euros a médio e longo prazo e 1. 520 mil a curto prazo. A dívida total sofreu também uma relevante diminuição concretizada em 5. 560 mil euros, o que significa uma redução de 15.28%. Ganha ainda maior significado, se tivermos em conta que essa redução da dívida total incorpora já, o reconhecimento em 2017, da dívida às Águas do Norte, relativamente a faturas de água e saneamento, contraída nos mandatos de 2009 a 2013 e de 2013 a 2017, no valor de 5.6 milhões de euros. A poupança, corrente que resulta da diferença entre a receita corrente e despesa corrente situou-se nos 8. 387 mil euros, o que permite acomodar o valor de amortizações anuais superiores a 3 milhões de euros, financiar investimento municipal, em mais de 5 milhões de euros, designadamente, nos domínios sociais, da educação, da habitação, das infraestruturas e vias municipais. Em resultado da poupança corrente, e de um incremento da receita de capital em 185%, relativamente ao exercício anterior, especialmente resultante de Fundos Europeus, não acontecendo como em exercícios anteriores, em que o aumento da receita capital foi conseguido, sobretudo, através do aumento da dívida. Quem não se lembra do PAEL e do Plano de Saneamento Financeiro? E, por isso, foi possível, realizar mais despesa de capital, em 47%, no valor de 14.869 milhões de euros. Neste exercício foi ainda possível diminuir em 52% a despesa com juros e outros encargos, em menos 527 mil euros que no exercício anterior. Esse bom desempenho das finanças municipais permitiu ainda aumentar a capacidade de endividamento do Município de Chaves, que em finais de 2018, em termos de margem utilizável se materializa em 2. 330 mil euros, situação que permitirá contribuir para a concretização de projetos, há muito desejados pelos flavienses, como sejam a piscina coberta e o pavilhão multiusos. Na ótica patrimonial o resultado positivo do exercício, no montante de 5. 722 mil euros é sinal claro da melhoria substancial do equilíbrio financeiro do Município de Chaves. O desempenho da atividade Municipal durante o ano de 2018, foi francamente positivo, tendo ficado evidenciado o acerto da estratégia adotada de reponderação das prioridades municipais, na estabilização crescente da despesa pública e no esforço de honrar cada ação de receita municipal, sem que tenham sido adotadas medidas que tenham causado impacto negativo nos rendimentos da população do Concelho. O



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

Largo de Camões – 5400 - 150 Chaves

Telefone: 276340500 Fax: 276327724 – E-mail- assembleia.municipal@chaves.pt

Ata n.º 3 - 30/04/2019

Quadro Comunitário Portugal 20/20, evidenciou melhoria no nível de execução do ano em análise, sendo que no ano em curso terá um impulso significativo, com a aprovação de múltiplas candidaturas. Temos, também, a registar a substituição, em condições financeiras mais favoráveis para o Município, da dívida contraída na construção do mercado abastecedor de Chaves. Também houve a normalização das relações contratuais com a empresa Águas do Norte, que permitirá poupar milhões de euros. Temos também a registar a suspensão do Plano de Saneamento Financeiro, a que se encontrava vinculado o Município de Chaves, em virtude de o nível de endividamento ter sido reduzido para valor inferior ao limite legal, como atrás já foi referido. Temos também que registar, como já antes disse, a taxa de execução do orçamento da receita líquida em 87,18%, a diminuição do passivo em 4. 163 milhões, diminuição de dívidas a terceiros. Termino para dizer que se pode afirmar que o Município de Chaves enriqueceu o seu Património, diminuiu o seu passivo, a dívida a terceiros, prestou serviços de qualidade aos cidadãos e realizou obra significativa, mas sobretudo, ganhou a liberdade para investir naquilo que, eleitoralmente, foi sufragado pelos flavienses e que muito me orgulho de poder cumprir, enquanto Presidente da Câmara Municipal de Chaves. -----

Seguiram-se as intervenções dos seguintes membros da Assembleia Municipal: -----

Maria José Gomes Teles Grilo, da **CDU**. Começou por referir que iria falar sobre as Contas, na vertente da gestão financeira, mas também da gestão política do Executivo Municipal. Olhando para as contas, vemos que as receitas correntes são de 30. 717 mil euros, com uma execução de quase 93%. As de capital, 8. 847 mil euros, com execução de 71%. A execução financeira total foi então, e isso é muito importante, de 87,2%, superior a 85%, e está bem. Quanto às despesas, o valor é só de 22. 251 mil euros, uma execução financeira de 88,45%. As de capital foi só 14. 870 mil euros, o que dá 69,9%. Realmente houve transferência, foi transferida uma parte para despesas de capital, o que no nosso entender, está correto. Estas contas em si e os valores, indicam duas coisas: que as previsões foram corretas e que houve um saldo positivo muito meritório. Portanto, já tinha havido, no outro executivo, mas este é maior 5. 723 mil euros. A dívida total tem de se assinalar, realmente, diminuiu 5. 560 mil euros, relativamente à anterior, mas continua a ser muito grande, porque é de 32 milhões e meio. Desses 32 milhões e meio, 19 milhões são dívidas a médio e longo prazo e 13. 300 e tal mil euros, são a curto prazo. Temos que ter atenção a isso. Este valor, ou seja, a diminuição da dívida implica uma pequena margem para mais investimento de que falou aqui o senhor Presidente, cerca de 2,3 milhões de euros. Falou numa obra, que acho que é a maior obra que pode ser feita, a da Piscina coberta, porque a atual está em más condições, já ultrapassou o seu limite de vida e espero que essa obra seja feita. Mas há uma consequência deste endividamento, que são os grandes gastos com os encargos, juros e outros compromissos que julgo somam, 10 milhões este ano segundo o que percebi, e que prejudicam o investimento que se traduz no bem-estar dos cidadãos. Agora vamos falar na gestão política deste executivo camarário, que se salda por algum descontentamento dos flavienses. Ouço-os, não ouço só os eleitores da CDU. O Executivo Camarário não pode invocar a dívida, e muito menos o seu desconhecimento, para se desculpar de não ter feito quase nada, relativamente às obras prometidas para o ano de 2018. Com efeito, as obras nas ruas são sempre incómodas para os moradores e para o trânsito, e têm tido um ritmo absolutamente impossível. O Centro de convívio, no Jardim Maria Rita, está muito atrasado e a requalificação do Terreiro de Cavalaria ainda não começou. Há, no entanto, investimentos relativamente pequenos que contribuíram muito para o bem-estar dos flavienses e visitantes. A



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

Largo de Camões – 5400 - 150 Chaves
Telefone: 276340500 Fax: 276327724 – E-mail- assembleia.municipal@chaves.pt

Ata n.º 3 - 30/04/2019

limpeza no centro histórico melhorou, mas também nos bairros periféricos que são os que estão mais limpos. Com exceção do bairro do Cino chaves, que não está limpo, nem bem tratado. A limpeza não tem só a ver com as ruas, também tem a ver com os contentores e com a limpeza dos mesmos. Além disso, também, a iluminação pública, aonde há um investimento pequeno, mas que é fundamental. Os jardins estão maltratados, as termas, as piscinas, os estacionamento não têm merecido a atenção e o empenhamento, por parte da Câmara. A empresa municipal dos equipamentos do município de Chaves, que tem a ver com o dia-a-dia do cidadão, pela apresentação dos resultados, a gente vê como é que isto corre mal e, como é que isto realmente não contribui para o bem-estar dos cidadãos, de uma maneira geral. Volto às contas mais uma vez, a empresa tem 7 equipamentos, e deu um prejuízo de 37. 500 euros. No Balneário termal, melhor as Caldas de Chaves, o prejuízo é de 103. 894 euros, isto é completamente incompreensível, menos tratamentos termais, e menor procura, são justificações que estão nos relatórios, mas não justificam nada. Vamos aos tratamentos termais, é invocada a questão das comparticipações da ADSE, isso tem pouco a ver. É bom que pensem e comparem como a nossa concorrente de São Pedro do Sul. Quanto a esses 603 euros do balneário de Vidago é o valor que menos me choca, porque é pedagógico, isto é, serve, essencialmente, como lugar das aulas práticas da Escola Profissional, mas evidentemente também lá se fazem tratamentos termais, embora tenha havido constrangimentos no fornecimento de água. Gostava de ser informada sobre piscina que lá está, se a água vem da rede ou da empresa “Águas de Vidago”, que estão concessionadas à UNICER. As piscinas do Rebentão apresentam um prejuízo de 19 mil euros, prestam serviço à população residente e não residente e é um bom serviço, mas há sempre que melhorar o rendimento, principalmente, na oferta do bar. Parque de campismo, prejuízo de 1. 443 Euros, não se percebe muito bem porquê. Houve mais campistas, mais dormidas e o que é preciso, no nosso entender, é complementar este parque com outro na cidade, porque, cada vez se veem mais caravanas estacionadas na cidade, normalmente perto do rio, no Tabolado e São Roque. Deixo a sugestão. Também é necessário melhorar os acessos às piscinas do Rebentão. A quinta biológica dá prejuízo, mas há-de sempre dar, porque é uma escola, 11. 121euros. O parque de estacionamento, no centro histórico, dá ainda prejuízo de cerca de 1. 700 euros, não se percebe muito bem. Os rendimentos do parque de estacionamento, aumentaram em 5 mil euros; os gastos com o pessoal, aumentaram 6. 300 e tal euros. Mas de qualquer maneira esta empresa tem de dar lucro, ou pelo menos, não dar prejuízo. Afinal, dos sete equipamentos, só um é que deu lucro, foram os parcómetros, com um saldo positivo de 116. 355 euros. Agora faltam-me só analisar, e é um pormenor, os recursos humanos. Analisando os recursos humanos da empresa municipal, constata-se que o número médio de trabalhadores ao longo de 2018, foi de 66; o número de trabalhadores no final do mesmo ano, foi de 37. Enquanto, que o número anterior era de acordo com o que já existia no Executivo anterior, agora aqui, apareceram mais 2, e o gasto com o pessoal foi de 967 mil euros, inclui todos os equipamentos, menos 1500 euros do que em 2017. Mas, o que acontece aqui, e é estranho, é que as remunerações dos órgãos de gerência aumentaram de 30 mil euros para 44. 870 euros e, por isso, fazer referencia que a remuneração por trabalhador aumentou, para mim é incorreto, na generalidade não aumentou nada. Com o aumento dos órgãos de gerência é evidente que os 66 trabalhadores, enfim, não tiveram grande porção, realmente. Agora, perguntar o seguinte, nas termas trabalham 4 médicos, não seriam suficientes 2 no máximo para aqui, e para Vidago, já que Vidago fica a 10 minutos ou um quarto de hora. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

Largo de Camões – 5400 - 150 Chaves
Telefone: 276340500 Fax: 276327724 – E-mail- assembleia.municipal@chaves.pt

Ata n.º 3 - 30/04/2019

Carlos Afonso de Moura Teixeira, do **PSD**. Começou por se referir à dívida e à redução da mesma, dizendo que “A dívida reduziu não tanto pela ação, ou decisões do Executivo, mas pela maior arrecadação da receita que o previsto. Resulta da maior arrecadação de receitas, porque os flavienses pagaram mais taxas, multas e outras penalidades, do que o valor previsto, cerca de 200 mil euros; mais impostos diretos que os previstos, cerca de 800 mil euros. Ora isto representa um milhão de euros. Também há a referir a verba de 1. 800 mil euros, resultante da cobrança à MEO, na sequência de uma ação judicial despoletada em 2013, pelo Executivo PSD, página 189 do Relatório. Neste caso, temos cerca de 2 milhões de euros que o Executivo recebeu sem qualquer intervenção. Também no FEF, Fundo de Equilíbrio Financeiro, verificamos um acréscimo de 700 mil euros, conforme página 190 do Relatório. Ora, todos os estes valores funcionaram como atenuantes da dívida e puderam ser canalizados para efetuar pagamentos, sem recurso a endividamento. Em suma, a redução da dívida não foi mérito deste Executivo, ela acontece por todos os fatores conjugados, que não dependeram propriamente da estratégia prevista de redução da dívida. Ainda quanto à questão dos impostos indiretos, e em termos de pedido de esclarecimento, é dito que a maior subida da receita corrente incide na rubrica, impostos indiretos, que aumenta 816, 98%, face ao exercício anterior, página 186 do Relatório. Porque estranhámos esta dimensão, gostaríamos de saber, que verbas são estas que o Município espera a arrecadar ou arrecadou, donde provêm e até quando se vão receber. Relativamente aos macro indicadores, o PPD/PSD vê com preocupação que 53%, da despesa total que é, digamos assim, uma relação entre as receitas cobradas localmente e a despesa total, é de 53%, mais do dobro de 2017. Adicionalmente e para complementar, este indicador e aqui o indicador merece a nossa preocupação, as receitas cobradas localmente representam 48% da receita local, são os flavienses com os seus impostos e taxas municipais que estão a suportar esta filosofia. Adicionalmente, gostaríamos de manifestar, a nossa preocupação, pelo acréscimo no que respeita à execução orçamental, constante na página 184, um acréscimo de 6.72. Quanto às despesas correntes, um acréscimo de 12.8, quanto às receitas correntes brutas, e aqui está a nossa motivação essencial para o voto contra das presentes Contas. É que da análise dos resultados que nos são aqui apresentados, as receitas correntes refletem um acréscimo 12,87%, sendo que a taxa, digamos assim, são impostos diretos mais 114%; taxas, multas e outras penalidades mais 142%; outras receitas correntes sobre as quais temos a perceção que são cobradas, essencialmente, aos munícipes e aos flavienses, mais 391,73%. Estas contas merecem a nossa oposição, terão o nosso voto contra, eu irei fazer chegar o nosso comentário, para que fique escrito, à Mesa da Assembleia”. --

Gonçalo André Nascimento Alves, do **CDS-PP**. No uso da palavra, procedeu à análise das Contas e solicitou vários esclarecimentos: “Senhor Presidente, começando pelo balanço, revelamos satisfação pelo aumento do ativo e dos fundos próprios e uma redução de 5% do passivo. Também o reforço do resultado líquido, face os exercícios anteriores, revela um esforço na melhoria do equilíbrio financeiro da autarquia, facto pelo qual devemos saudar o Executivo. Ao analisar os dados sobre o endividamento saudamos, também, a redução de 15%, tomando em consideração a incorporação da dívida às Águas do Norte. Relativamente ao cumprimento do orçamento de 2018, a execução da receita situa-se nos 87,2%, uma forte subida face a 2017, que ficou pelos 79,7%. Relativamente, à execução em termos absolutos situa-se à volta dos 750 mil euros e cumprindo a Lei 73/2013 de 3 de setembro, que obriga as Autarquias a cumprir os 85% das receitas orçamentados. No que concerne, especificamente, ao grande alicerce das receitas, as receitas correntes, estas apresentam mais 92,8% e um



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

Largo de Camões – 5400 - 150 Chaves

Telefone: 276340500 Fax: 276327724 – E-mail: assembleia.municipal@chaves.pt

Ata n.º 3 - 30/04/2019

aumento de 1 milhão de euros, face a 2017, em termos absolutos. A execução, orçamental da despesa situa-se nos 79,41, acima do ano passado que ficou nos 76,73%, facto que é bastante positivo, ainda para mais, quando analisamos, e eu convido todos a analisarem os dados do Conselho de Finanças Públicas, a execução média das autarquias, em 2017, foi de 75%. No entanto, não podemos ignorar exemplos como o do Porto que, relativamente a 2018, executou 85%, do seu orçamento. São estes exemplos que devemos seguir e que nos devem motivar na gestão pública dos recursos. Não podemos deixar de considerar preocupante a derrapagem brutal no prazo médio de pagamento a fornecedores, em mais de 100 dias, está atualmente em 129. Esperemos que seja por razões meramente pontuais, justificadas pela incorporação da dívida às Águas do Norte e, que, no exercício de 2019 a situação se reverta ou, pelo menos de certa forma, fique reduzida. No que concerne ao PPI vemos com apreensão que, perante uma execução total de 2/3 do orçamento, os valores assumidos nas rubricas das funções sociais, como a ação social e cultura. Por outro lado, é com bons olhos, que constatamos a grande execução das rubricas referentes à água e saneamento, que cronicamente costumavam ficar pela metade. Aproveito para questionar o senhor Presidente para saber quando é que esta Assembleia Municipal terá em posse o relatório sobre a situação dos temas de água e saneamento em baixa. Relatório que esta Casa exigiu ao Executivo municipal, por via da aprovação unânime da moção apresentada pelo CDS, em abril de 2018 e que, deveria ter sido entregue na sessão ordinária de fevereiro deste ano. Também, temos dúvidas em relação aos ajustes diretos, enunciados no Relatório de gestão. Verificando a informação disponibilizada no documento e ao triangular com o portal base, e as normas de controle interno, perguntamos se o artigo 49º das normas de controlo interno, referentes à garantia de concorrência, só existe para encher a página, ou se cai tudo no ponto 3 do referido artigo, quando tem todas as exceções e mais algumas, e assim poderíamos iluminar o articulado anterior. Questionamos, sobre este assunto, porque, em lado nenhum encontramos referências. As outras entidades ou as três entidades, deveriam ser convidadas, ou pedidos orçamentos nos diferentes ajustes diretos, exigidos pelo referido artigo 49. Não se sabe quem mais previamente foi sondado no caso da contratualização, por exemplo, da Pavigreen, da kpmgGoldenergy ou da Saudater. Já agora, pedimos encarecidamente, as respostas solicitadas. Outra dúvida, e neste âmbito é a sua resposta, à vereadora Manuela Tender do PSD, em setembro de 2018, e cito: “relativamente, ao cancelamento do festival Corcovado Fest, a sua realização foi exclusivamente privada. O promotor do espetáculo e responsável pela sua organização é de âmbito exclusivamente privado e, não havendo entre este e a Autarquia, nenhuma relação contratual tendo como objeto a matéria em apreciação, poderá haver a possibilidade legal de apurar responsabilidades, junto da entidade promotora, como consequência direta e necessária, associada ao cancelamento do festival”. Tendo sido extraída a conclusão, de que não havia matéria de facto ou de direito justificadora da ação, ou por omissão de imputação, de quaisquer responsabilidades junto da empresa promotora, a Autarquia, e saliento esta parte da sua intervenção, nunca quis assumir qualquer responsabilidade na organização do evento e na sua promoção, nunca tendo sido interveniente ativo nesta iniciativa. No entanto, verificamos que a Autarquia chegou a lançar um ajuste direto com a seguinte descrição: *Aquisição de serviços para apoio na logística da organização do festival Corcovado Fest*, que mais tarde foi revogada. - É com certa consternação que vejo a degradação dos resultados financeiros da empresa municipal e, tal facto, agrava-se quando verificamos que é o terceiro resultado negativo consecutivo. Esta situação tem consequências, nomeadamente as que estão



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

Largo de Camões – 5400 - 150 Chaves
Telefone: 276340500 Fax: 276327724 – E-mail: assembleia.municipal@chaves.pt

Ata n.º 3 - 30/04/2019

versadas no ponto número um do Artigo 62º da lei 50 de 2012, relativa, ao Regime Jurídico da atividade empresarial local e das participações locais. É preciso assegurar a sustentabilidade, económica e financeira da EGEMC, nomeadamente quando a única unidade de negócio que dá lucro, são os parquímetros. Senhor Presidente, não basta escolher um conjunto de indicadores financeiros que mais lhe agradam e mais seguem a sua retórica, para no Relatório e Contas daquela entidade, dizer que está tudo bem. É, como o agente da polícia que, perante um acidente de automóvel na via pública, manda o tráfico circular. Por fim, dada a evolução positiva face aos exercícios anteriores, e tendo em consideração que as incongruências não são assim tão relevantes quanto isso, na nossa perspetiva, o CDS votará a favor das Contas. -----

Fátima Liliana Fontes Correia, do **PS**. Após cumprimentar todos os presentes, procedeu a uma análise das Contas “Em primeiro lugar dirijo uma palavra de reconhecimento ao Executivo que, apesar da conjuntura financeira herdada, pela sua ação diária, conseguiu desenvolver políticas públicas de proximidade, visando a melhoria do bem-estar e da qualidade de vida dos nossos concidadãos, promovendo, de forma inequívoca, a coesão de todo o território do concelho, intervindo, e julgo ninguém ter dúvidas disso, nas áreas da educação, da solidariedade social, da cultura, do desporto, da qualificação e modernização do espaço e equipamentos públicos, das infraestruturas coletivas, da regeneração urbana e da promoção do turismo. -----

Os documentos de prestação de contas agora em análise evidenciam a realização do Plano e do Orçamento aprovados, nos termos da Lei, pelos órgãos municipais. Um plano e um orçamento rigoroso, suficientemente prudentes e fundamentados, ambiciosos e satisfatoriamente cumpridos, nos quais destacamos: -----

1. As taxas de execução de 87,2% no orçamento da receita, superior em 7,5% face ao exercício anterior, e 79,41 % no orçamento da despesa revelando um acréscimo de 2,68% face ao ano anterior. -----

2. A existência de um valor de 8.387.835,24€ de poupança corrente no ano de 2018, permitindo não só uso de receita corrente para cobertura de despesa de capital, de acordo com aquilo que são os bons princípios contabilísticos; mas também financiar investimento municipal, em mais de cinco milhões de euros, designadamente nos domínios sociais, da educação, da habitação, das infraestruturas e das vias municipais. 3. O resultado líquido, positivo, de mais de cinco milhões e setecentos mil euros, superior em 76,75%, face ao exercício anterior. -----

4. A redução da dívida total, concretizada em € 5.560.894,62, o que significou -15,28%, relativamente a período homólogo anterior. -----

5. O apoio financeiro às freguesias em matéria de competência própria das mesmas, para além do apoio material e logístico propiciado pelos serviços operacionais do município, em reconhecimento da insuficiência dos respetivos recursos próprios para responder às necessidades das respetivas comunidades locais, em valor superior a 761 mil euros. Mesmo com todo este esforço, o Município conseguiu, nas Grandes Opções do Plano, atingir uma taxa de execução totalizou 74,15% nas Funções Gerais, 74,01% nas Funções Sociais e 62,62% nas Funções Económicas, sendo relevante destacar a rubrica *Habitação e Serviços Coletivos*, que apresenta uma execução de 2.614.853,97€ e representa 36,34% da despesa executada do PPI, verificando-se um acréscimo do montante executado, de 9,69% face ao ano anterior; -----

Não é só com grandes obras que se melhora a qualidade de vida e o bem-estar das populações. O dia-a-dia é feito destas pequenas coisas. E estas pequenas coisas custam muitos recursos e o Executivo municipal tem colocado o seu trabalho ao serviço destes interesses. Mas relembro mais uma vez, que a sustentabilidade e a



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

Largo de Camões – 5400 - 150 Chaves

Telefone: 276340500 Fax: 276327724 – E-mail: assembleia.municipal@chaves.pt

Ata n.º 3 - 30/04/2019

responsabilidade orçamental são determinantes e essenciais para se continuar a prosseguir uma política de investimento público, que qualifique o conjunto do nosso território e promova a coesão social. É nossa obrigação reconhecer o trabalho desenvolvido, o empenho, a dedicação e o esforço, deste Executivo Municipal e de todos os seus colaboradores pelo que, claramente, votaremos a favor esta Prestação de Contas de 2018.” -----

O Presidente da Câmara, **Nuno Vaz Ribeiro**, usou da palavra para esclarecer e responder às questões colocadas. -----

“Só duas ou três considerações prévias: eu estava à espera de ver o PSD reconhecer o esforço, relativamente àquilo que é o rigor, a verdade, a transparência que esta Prestação de Contas, traduz, sendo esse, efetivamente, um desejo que todos os munícipes têm, e que foi sempre perseguido, por nós; que efetivamente os documentos financeiros e económicos de gestão, nas dimensões orçamentais, patrimoniais e económicas, sejam verdadeiros, rigorosos, criteriosos e transparentes. Eu pensava hoje ver aqui uma manifestação, pelo menos um registo positivo, que viessem dizer aqui que, efetivamente, hoje nós temos uma Prestação de Contas, em que não há um gato escondido com rabo de fora, que não temos dívidas que não estão registadas. Se olharem para o Relatório com atenção, perceberão que aquilo que são dívidas dos munícipes, estão lá registadas; aquilo que são riscos que o Município tem, estão registadas em provisões; e aquilo que são eventualmente responsabilidades que não são tão intensas, estão nas chamadas responsabilidades contingentes. O único elemento que efetivamente, não está, nas Contas tem a ver com o risco que decorre do contencioso com o Emparque, dos 3.3 milhões de euros que o Município de Chaves, porventura, venha a ser obrigado a pagar, por causa da decisão de não fazer o parque de estacionamento das Freiras. Veremos o que é que vai acontecer. Esse processo está no Supremo. No conjunto da informação financeira, no que diz respeito às responsabilidades do Município, acho que este é o documento, em muitos anos, mais verdadeiro, mais criterioso e mais transparente. Qual é a dívida que aqui se encontra escondida, isso não podia ser dito no passado e, portanto, nós temos de falar verdade, olhos nos olhos, ainda que a verdade doa e há coisas no Relatório que nos doem, que nós gostaríamos que fossem diferentes. Claro que sim, mas quem esconde os problemas não tem vontade de os resolver. E nós temos que dizer, aqui nesta Casa, de viva voz, convictamente, que fazer política é falar verdade. Não nos escondemos atrás de falácias e, portanto, o que nós temos hoje aqui é um documento que pode ser escalpelizado, pode ser apreciado, em todas as suas dimensões e se, verdadeiramente, for encontrado algum aspeto que não seja verdadeiro, que não seja rigoroso, que não seja criterioso, eu peço a colaboração dos presentes para que possa ser melhorado e para que em 2019 /2020, quando nós estivermos aqui a discutir as próximas Contas, isso não aconteça. É um contributo que dão à verdade, à transparência e à boa gestão. Porque, o que aconteceu no passado, foi fazer de conta que não existiam dívidas. Nós teremos a oportunidade de trazer a esta Assembleia, aquilo que foi, no passado, a decisão desastrosa de não pagar a água. Veremos, quanto é que isso significou em termos de juros, de forma criteriosa, no período de 2011 a 2017. Depois, veremos se, essa ideia de esconder, de escamotear, pôr de baixo do tapete as responsabilidades, se é bom critério de decisão, ou é mau. E, é verdade que esta Prestação de Contas, ainda tem herança do passado, isso não se esconde. Porque, quando nós recebemos uma herança recebemos ativos e recebemos também dívidas e, portanto, assumimos tudo e com a intenção de resolver tudo o que esteja para resolver. E são muitas as coisas para serem resolvidas. E, já perceberam que há um caminho de verdade, que



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

Largo de Camões – 5400 - 150 Chaves
Telefone: 276340500 Fax: 276327724 – E-mail- assembleia.municipal@chaves.pt

Ata n.º 3 - 30/04/2019

incorpora a dívida das águas, a dívida das expropriações, a dívida do Marc, e, ainda assim, conseguimos um resultado notável, uma redução da dívida de mais de 5 milhões de euros. Acho que isto é assinalável. Estava à espera de ver essa referência, e não a vi. E, portanto, os meus parabéns ao CDS, que fez algumas críticas, com umas concordo e de outras discordo, mas, no essencial, quem faz uma análise económico-financeira de um documento com rigor, percebe que há lá indicadores positivos e há indicadores negativos, é verdade. Mas, aqueles que são apresentados na perspetiva da dívida e do endividamento, são positivos. Como são, também, no que diz respeito às taxas de execução da receita e da despesa, tal como das Grandes Opções do Plano. Estava à espera que viessem dizer que, por exemplo, nas Grandes Opções do Plano, há um incremento muito importante, e a sua incidência é, sobretudo, nas áreas relevantes da economia e do social. Por exemplo só em 2018, no social e na economia, tivemos mais de 3 milhões de euros. Estava à espera dessa menção, mas não ouvi. E, portanto, a política não é o vale tudo, não é o faz de conta e não é dizer o pior, para tentar mascarar a realidade. Dizer, também, sobre esta matéria que estas Contas, para nós, são as primeiras, são Contas de verdade, de transparência, mas são verdadeiramente as primeiras. E é verdade que esta posição do PSD, de votar contra, enfim, não tem coerência, não tem fundamento, nem evidência, em que se estruture e já veremos, quanto aos fundamentos da mesma. Ainda, assim, é mais compreensiva do que aquela que foi expressa aqui em 2018, quando votaram contra uma Conta própria, que é uma falta de coerência inadmissível. Mas, enfim, é assim que se faz política infelizmente. Com considerações, inverdadeiras, tendenciosas e mal fundamentadas como as que aqui foram apresentadas. Mas vamos escarpelizar, algumas questões que aqui foram apresentadas. -----

Relativamente à intervenção, do membro desta Assembleia Municipal, Maria José Teles Grilo, que fez um conjunto de considerações sobre a receita corrente, sobre a receita de capital, sobre a despesa total, sobre a despesa corrente, sobre a despesa de capital, não vou falar sobre isso, sobre a questão das previsões. É verdade que a taxa de execução, revela um critério no que diz respeito, à definição dos documentos previsionais, e o saldo é positivo. Também, posso dizer que a nossa ambição não é ter saldos de exercício positivos, mas se isso significar equilíbrio, então é bom. Dizer, também, que não está certa, quanto à análise dos encargos. O valor que referiu dos encargos, se nós não os traduzirmos, dizem apenas respeito a juros e outros encargos. Passamos, por exemplo, de juros e encargos em 2014, de 1. 800 mil, para 2. 815 mil euros, em 2015; em 2018 tivemos apenas 476 mil. Se há matéria em que houve uma evolução, francamente positiva foi exatamente neste domínio, porque nós em 2018, tivemos de juros e outros encargos, 476 mil euros e isso é muito bom, comparado com os de 2017, que foram 1.004. É, também, bom com os de 2016, que foram 1.069, mas então é excessivamente bom com 2015, em que tivemos 2. 800 mil euros. Isto é que é boa gestão? Isto é que é critério? Isto é que vai ajudar os flavienses? O nosso compromisso, é que em 2020, relativamente ao exercício de 2019, nós possamos melhorar, ainda, nesta dimensão. Eu recorde, que nós temos três desafios estratégicos: eficiência financeira e organizacional; eficiência dos sistemas e eficiência energética. Já se percebeu claramente, que estamos a fazer um investimento relevante na água e no saneamento. É um caminho longo, cujos resultados não serão tão evidentes e tão rápidos como nós esperaríamos. De qualquer das formas é preciso ser feito, é preciso recuperar caminho e tempo perdido no passado. Depois dizer que, quanto às questões políticas não vou, naturalmente, fazer grandes considerações sobre isso, porque é a posição do PCP, e a nossa opinião é contrária àquela que aqui apresentou. Acredito



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

Largo de Camões – 5400 - 150 Chaves

Telefone: 276340500 Fax: 276327724 – E-mail: assembleia.municipal@chaves.pt

Ata n.º 3 - 30/04/2019

que os flavienses, naturalmente, com algumas críticas e com razões de críticas, sobretudo, no que diz respeito à parte dos jardins e da limpeza urbana, temos caminho para percorrer. É verdade e, nós hoje temos a consciência perfeita, que o Município de Chaves não tem recursos humanos, nem equipamentos suficientes, para fazer uma limpeza urbana capaz, apesar do investimento que já fizemos. Temos que encontrar soluções alternativas e estamos a trabalhar nelas, no sentido de melhorar uma das nossas bandeiras e prioridades. Não vou dizer aqui hoje, como alguém dizia no passado, que está tudo bem. Não, não está tudo bem. Este ano fizemos um protocolo com a junta de freguesia Santa Maria Maior, no âmbito da limpeza, estando várias ações a decorrer no território que são financiadas pelo Município de Chaves. Vamos, também, fazer ainda durante o mês de maio, o mais tardar no mês de junho, várias contratualizações: para os jardins; para a limpeza urbana, e isto apesar de no ano em curso, estarmos a terminar o procedimento para recrutamento de 10 trabalhadores, para essa área entre os jardins e água. De seguida iremos contratar mais 5, embora saibamos que são em número insuficiente. Pois, se disser que nós tínhamos na limpeza urbana 17 trabalhadores é quase inacreditável, mas é isso que temos e significa que estamos perante um problema grave, que carece de investimento financeiro relevante. Mas, nós só conseguimos fazer esses investimentos se gerarmos as poupanças suficientes. Portanto, os 540 mil euros que poupámos em juros, em 2018, têm um bom destino, já se percebeu qual, é este exatamente. Esta é, efetivamente, uma área que nós precisamos de melhorar, temos essa consciência, mas, também temos consciência de que não temos os recursos, os meios suficientes, que nos permitam estar no patamar, que gostaríamos de estar, nesta área. Mas essa é a nossa ambição. Ainda assim, temos que reconhecer que esta Câmara, no ano 2018, desenvolveu um esforço de limpeza, é verdade, centrado mais na parte turística, mas houve, um esforço continuado que vai ser intensificado e ampliado. -----

Depois, dizer relativamente à EGEMC, que eu até pensei que nós íamos hoje só discutir as contas das EGMEC, dado o ênfase que teve em várias intervenções. E lembro que a Empresa Municipal representa uma parte pouco significativa, da atividade Municipal, apenas 1.3 milhões de euros, naquilo que são os quarenta e tal milhões do orçamento do Município. Mas, ainda assim, gostaria de fazer aqui duas considerações. É que olhar apenas para os documentos e para o ano de 2018, é não ter em consideração, qual tem sido a realidade pretérita. Tomo a liberdade de relembrar a esta Assembleia aquilo têm sido os fluxos financeiros do Orçamento Municipal para orçamento da empresa, e não indo muito lá atrás eu gostaria, de fazer aqui três ou quatro referências: no ano de 2010, foram transferidos 140 mil euros; no ano de 2011 - 55 mil euros; no ano de 2012 - 255 mil euros; no ano de 2013 - 224 mil euros; no ano de 2014 - 174 mil euros; no ano de 2015 - 170 mil euros; no ano 2017 - 100 mil euros; e no ano de 2018 foram transferidos 29 mil euros. O importante, não é apenas, focarmo-nos, naquilo que é o resultado do exercício da empresa, mas sim perceber que tipo de fluxos e de apoios financeiros o Município lhe concedeu. Se olharmos para esta evolução, ainda que a empresa apresente resultados negativos, esta é claramente, uma evolução positiva. Por isso, não comungo e não concordo com a sua visão, relativamente, a algumas análises que fez sobre a EGEMC. E relativamente às análises sectoriais que fez, devo notar que é preciso ter em consideração, nas várias áreas, desde as piscinas até ao balneário pedagógico e, também, ao Parque de estacionamento, que há um esforço crescente no sentido, daquilo que é uma imputação correta, dos respetivos custos e proveitos, a cada uma das áreas funcionais. Nós gostaríamos muito que a dimensão que tem a ver com o bem-estar, mas também com a cura, aumentasse. É verdade que em 2018, a nossa



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

Largo de Camões – 5400 - 150 Chaves
Telefone: 276340500 Fax: 276327724 – E-mail: assembleia.municipal@chaves.pt

Ata n.º 3 - 30/04/2019

expectativa era que houvesse um aumento, estava alicerçado até aos meses de junho e julho. Depois teve uma diminuição, e nós entendemos que uma das razões principais, foi o anúncio não concretizado, da comparticipação por parte do Serviço Nacional de Saúde. Essa é a avaliação que fazemos. Veremos, se no ano de 2019, com o programa de comparticipação em vigor, desde há 15 dias, se efetivamente essa é uma causa, ou se as causas são mais profundas. É um facto que nos últimos anos se tem verificado uma tendência progressiva de diminuição da frequência termal, porque não se consegue captar novos públicos e os frequentadores, mais antigos, mais idosos, têm mais dificuldades de deslocação, e também vão falecendo. Se esta tendência se mantiver, teremos que, naturalmente, incrementar estratégias diferentes, no sentido de poder ganhar novos públicos, que poderão ser, porventura, internacionais. Porque, basicamente os nossos utilizadores são nacionais e haverá muito trabalho a fazer, mas, sem nunca esconder o problema, porque a intenção é encontrar soluções. Depois, dizer que Empresa Municipal quando se fala da gerência, ou melhor, do Conselho de Administração, este é composto por três pessoas: por mim próprio, enquanto Presidente do Conselho de Administração, que não aufero qualquer remuneração, nem sequer senha de presença; pelo Dr. Luís Fontes, que também participa, sob a forma *pro bono* integralmente. A única pessoa que aufero remuneração é a Dra. Fátima Correia, aqui presente, remuneração correspondente a chefe de Divisão da Câmara Municipal. Significa isto que, mais transparência de que esta, não pode haver. É verdade que houve um incremento das despesas com o pessoal, pois houve, relativo ao aumento do salário mínimo nacional. Portanto, essas são as principais razões e não a da gestão, ou da Administração, como aqui se quis dizer. Depois, dizer que não basta nós querermos comparar-nos, aos balneários de São Pedro do Sul. Era preciso ter investido os milhões de euros que eles investiram e, portanto, olhar apenas para os rankings, e para aquilo que é o volume de negócios de São Pedro do Sul e de Chaves, é esquecer uma realidade dos últimos 10 anos. É verdade que temos que seguir o nosso caminho, mas sem termos a habilidade de comparar o incomparável e, naturalmente, que essa via não me parece aceitável. Depois, dizer que o balneário pedagógico de Vidago continua a ser um grande desafio. Primeiro porque o edifício onde foi construído, ainda não é municipal; segundo, porque este balneário não tem água própria, ou seja, a concessão está, como já disse, feita à UNICER; e terceiro porque é, verdadeiramente, um balneário pedagógico, foi assim concebido e, portanto, há-de ser um balneário que gerará sempre grandes custos. Também é preciso dizer que este ano, já foram executadas obras na ordem dos 100 mil euros, de reparações de uma empreitada que é nova, relativa a obras de correção muitíssimo relevantes. Dizer, também, que relativamente a este balneário que é muito importante para Vidago, foram tomadas duas decisões importantes. Primeiro, terminámos, no ano de 2019, com as duas Direções Clínicas existentes, Chaves e Vidago, que funcionavam como se fossem autónomas. Neste momento, há apenas uma Direção Clínica que é responsável pelos balneários da EGEMC, quer de Vidago, quer de Chaves, e isto não tem a ver apenas com questões financeiras, mas também. É aconselhável uma gestão conjunta e, sobretudo, percebendo que o balneário de Vidago deve ser complementar, relativamente a Chaves, em alguns tratamentos. Mas tem outra vocação mais pedagógica e mais científica que, por ventura, fará sentido ligá-lo com a Aquavalor, o tal centro tecnológico da água, mas isso é um caminho, um processo que foi conceptualizado e está em desenvolvimento. Neste momento temos um projeto que é preciso executar, é preciso fazer caminho e estes projetos não se concretizam de um momento para o outro. E, portanto, fica aqui essa indicação. Depois dizer também que o balneário pedagógico de Vidago, abrirá no dia 8 ou no dia 9 de maio



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

Largo de Camões – 5400 - 150 Chaves

Telefone: 276340500 Fax: 276327724 – E-mail: assembleia.municipal@chaves.pt

Ata n.º 3 - 30/04/2019

com água termal, não da rede. Portanto, os dias 8 e 9, serão dias abertos à comunidade de todos os cidadãos, que queiram conhecer a balneário, que queiram usufruir dos seus tratamentos, naturalmente, de acordo com a disponibilidade que exista, no momento. No dia 11 haverá uma caminhada para todos os que nela quiserem participar, seguida de uma palestra sobre alimentação saudável. Portanto, fica aqui o convite a todos, para que possam também ajudar a dar outra notoriedade e outra importância a este balneário. -----

Quanto às considerações que foram feitas pelo membro desta Assembleia Municipal, Carlos Afonso, do PSD eu já fiz as minhas considerações de alguma forma, evidenciando aquilo que é a minha visão sobre esta matéria. Mas, devo dizer-lhe o seguinte: a execução, a boa execução quer da receita, quer da despesa, naturalmente, em particular aquilo que tem a ver com a receita corrente e a despesa corrente, como sabem todos, para além de ser mais previsível tem menor elasticidade, repetem-se, e há sempre uma tendência de incremento. Todos os anos há um incremento seja pelo aumento do salário mínimo, seja pelo aumento dos salários, seja por aquilo que tem a ver com o aumento do custo de um conjunto de serviços, desde a água ao saneamento, à recolha de lixo, à iluminação pública, ao transporte, ou seja, um conjunto de serviços que o Município tem que garantir aos seus cidadãos. Há, uma tendência natural crescente. Mas, de qualquer das formas ela vem alinhada com aquilo que era a previsão e, portanto, nessa medida significa que houve um critério e que houve rigor na elaboração dos documentos. Não se fez como no passado. Depois, dizer também que esta Prestação de Contas evidenciou não só essa verdade, esse rigor, essa transparência, mas, também, evidenciou outra coisa que é a sustentabilidade. Nós, neste orçamento, não temos receitas extraordinárias, não temos venda de património, não temos venda de ações, não temos a assunção de remunerações de participações sociais. Este é o orçamento de rigor, de verdade e é um rigor de normalidade. O único valor que aqui está registado e até nem está registado como extraordinário, pode ser de facto 1.8 milhões de euros de taxas de ocupação do subsolo, que tem a ver com o pagamento da MEO, e que nós temos dúvidas que se possa repetir. Esperamos bem que sim, pois se assim for, conseguiremos arrecadar os 16 ou 17 milhões de euros que temos liquidados e reclamadas a um conjunto de entidades que ocupam o solo e subsolo municipal. Então sim, teríamos capacidade financeira para fazer os investimentos, há muito necessários e nunca concretizados, como é o pavilhão multiusos, como é a piscina coberta, a requalificação das nossas estradas, a intervenção naquilo que é a nossa rede de água e saneamento, e já vou em 30 milhões de euros, provavelmente. Mas nós temos que gerir com rigor, com critério, não podemos estar à espera daquilo que possa nunca acontecer e, nessa lógica, temos que interpretar que a receita de 1,8 milhões de euros que foi paga pela MEO, poderá não se repetir e, por isso, é que fizemos um esforço importante, no sentido da arrecadação da receita, mas também no critério e na priorização daquilo que foi a despesa, em particular da despesa de capital. Na área financeira reduzimos o que foi possível reduzir, em termos de juros porquê? Porque o dinheiro que se gasta em juros, 540 mil euros, que se dava aos bancos é muito importante para utilizar em outras funções nomeadamente, económicas, sociais, e na limpeza, onde foram absolutamente decisivas. Dizer que fizemos uma outra coisa, que apesar de termos decidido descer o IMI e, como sabem bem, o IMI é compromisso nosso descê-lo para a taxa mínima, nós já estamos avançados nesse processo. Neste momento a taxa é 0,325, e o que acontece é que, apesar de termos reduzido a taxa, como consequência do compromisso eleitoral, que estamos a cumprir, mesmo assim, a receita do IMI aumentou, mas aumentou não, porque os flavienses paguem mais, não,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

Largo de Camões – 5400 - 150 Chaves

Telefone: 276340500 Fax: 276327724 – E-mail- assembleia.municipal@chaves.pt

Ata n.º 3 - 30/04/2019

é porque há mais justiça social, porque quem não paga tem que pagar, porque quem pagava, deve pagar menos. Essa é a nossa ideia de justiça social, essa é a nossa ideia de boa gestão, o que está a acontecer na questão do IMI. É por aí que temos que continuar. Por isso, depreender daqui que os flavienses pagam mais impostos, acho que é altamente falacioso, não verdadeiro e que merece a minha crítica e censura. O que aconteceu foi um trabalho concertado com a Autoridade Aduaneira e Tributária, no sentido de identificar imóveis, terrenos que não estão no perímetro da identificação do Imposto Municipal e, porventura, isenções que são fraudulentas e, portanto, é por esta via que queremos continuar a caminhar, de forma a que em 2021, como é compromisso autárquico, termos a taxa mínima do IMI e, ainda assim, é nosso objetivo não ter redução da receita respetiva. Então, interrogo-me a forma como criticam o incremento do IMI, do IMT e das taxas decorrentes da área urbanística e pergunto: Isso é mau? Não será esse um sinal positivo? um sinal de vitalidade da economia? Houve mais transações, houve mais compras e vendas de imóveis, esse é um bom sinal. Então, não é um bom sinal, termos mais receitas e taxas decorrentes da área urbanística? É um bom sinal sim, por que isso significa que houve mais construções, mais reconstruções, mais obras, mais dinamismo, maior investimento e mais emprego. Curiosamente os bons indicadores são vistos ao contrário, é curioso, muito curioso. Também, o que dizer sobre alguns indicadores que foram aqui apresentados, porque a maior parte dos presentes não entendeu do que falamos, certamente. Há uma bateria de indicadores, são 14 ou 15, e destes 14 ou 15 escolheram dois, esqueceram-se dos outros 13, não sei porquê. Vou referir só alguns e pergunto porque é que não se falou do passivo, que diminuímos 4. 162 mil euros. Porque não se falou da dívida total e de uma diminuição de 5. 667 mil euros. Não se referiu, que a dívida a terceiros, a médio e longo prazo, representa menos 4. 057 mil euros. Porque é que não se referiu que nos empréstimos bancários, apesar de termos integrado a dívida do MARC, que foram 3,2 milhões de euros, diminuiu em 3. 306 mil euros. Porque é que não foi referido que as dívidas a curto prazo diminuíram 1. 500 mil euros. Porque é que não foi referido que nos juros e outros encargos tivemos menos 527 mil euros? Porque não foi referido que nas Freguesias, não transferimos apenas em ano de eleições, começámos a transferir no primeiro ano, mantivemos no segundo, havemos de manter no terceiro e também no quarto. Porque é que não se referem, efetivamente, que houve um incremento das associações sem fins lucrativos. E porque é que não se referiu também, efetivamente, a transferência do saldo corrente para capital, que corresponde a um investimento feito. E os empréstimos? O único empréstimo que nós fizemos não foi novo empréstimo, foi para substituir o empréstimo do MARC. Nós não fizemos novos empréstimos, apenas pagámos e deixo aqui uma nota, nós iremos poupar só na substituição desse empréstimo, 340 mil euros de juros por ano. Isso sim é boa gestão, porque o resto é faz-de-conta. Sobre, a questão das Grandes Opções do Plano, estava à espera de facto de um elogio à boa taxa de execução, quer na parte económica quer na parte social. Claro que também estava à espera como é óbvio que fosse identificado um conjunto de obras como o PCP, teve a oportunidade de identificar, que estão ainda com execução insuficiente. É verdade, temos mais para fazer, temos muito mais para fazer é um facto, mas o facto de haver problemas, de haver algumas inexecuções, a ideologia não nos deve deixar cegos, para não ver o que é evidente e o que se traduz nestas Contas. E, portanto, só para dizer, sinceramente, que na minha perspetiva, a ânsia de votar contra, não foi capaz de sequer arranjar argumentos sustentáveis, coerentes, que possam naturalmente sustentar esse sentido de voto. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

Largo de Camões – 5400 - 150 Chaves
Telefone: 276340500 Fax: 276327724 – E-mail: assembleia.municipal@chaves.pt

Ata n.º 3 - 30/04/2019

O membro da Assembleia Municipal **Carlos Afonso de Moura Teixeira**, do **PSD**, pediu a palavra para um esclarecimento, referindo que “ficou por esclarecer o motivo pelo qual o prazo médio de pagamento é de 129 dias, e a que se deve este aumento do prazo. Também referente às dívidas de terceiros está previsto receber 17 milhões de euros de impostos diretos, de facto a maior subida na receita corrente incide na rubrica impostos indiretos que aumenta em 816% face ao exercício anterior, conforme pág. 186 do Relatório. Que verbas são essas que o Município espera arrecadar? De onde provêm? Até quando se vão receber? São questões que gostaríamos de ver esclarecidas, além de nos explicar o motivo, pelo qual o prazo médio de pagamento é de 129 dias.” -----

O Presidente da Câmara, **Nuno Vaz Ribeiro** usou da palavra para esclarecer e responder às questões colocadas. “Agradeço a pergunta do prazo médio de pagamento, por ventura, se tivesse a capacidade fazer meã culpa, perceberiam que a única razão para que o prazo médio de pagamento tivesse aumentado, foi a assunção de uma responsabilidade, criada pelas gestões do PSD, que foram os 5,6 milhões às Águas do Norte. Se alguém tiver curiosidade, em saber como se constrói o PMP, que é o Prazo Médio de Pagamentos é um exercício interessante e para um matemático e um financeiro ainda maior. Mas como nós em nome da verdade, do rigor e da transparência da gestão, a primeira coisa que nós fizemos e que mereceu, por causa disso, a reprovação das contas de 2017, foi o reconhecimento de uma dívida, que ninguém percebia, porque não estava registada a não ser para aparecer bem nas fotografias e para que o exercício de 2016 fosse bom, e alguém se pudesse apresentar aos flavienses com o grande bom gestor municipal. E, portanto, o prazo médio de pagamento tem uma única explicação, a degradação. E, é verdade que estamos em relação a isso em incumprimento. Como, sabem o prazo médio de pagamento não deve ser superior a 90 dias após a data de vencimento. São 129 dias e deve-se exclusivamente à assunção dos valores que nós reconhecemos, ter de pagar as Águas do Norte. E, portanto, o meu compromisso fica aqui, e no final de 2019, na conta de 2019, teremos a oportunidade de ver, se isso é assim como eu digo ou se é de forma diferente. Como sabem já assinámos o acordo de regularização das dívidas com as Águas do Norte e já tive a oportunidade de explicar que isso ficará como dívida de curto prazo, passará para médio e longo prazo e, nessa altura, vamos melhorar substancialmente, este prazo médio de pagamentos. E com certeza, que ficará em níveis bastante inferiores, que não nos despromoverá relativamente a concelhos vizinhos. E, portanto, a explicação é muito simples, se tivesse feito o trabalho de casa ou tivesse perguntado a alguém, podia ter chegado a essa conclusão. Se calhar na sua bancada havia alguém que pudesse dar essa informação. Mas, ainda assim, estou disponível para fazer as explicações todas, embora esta a tivesse feito com algum critério. Relativamente, às receitas correntes a explicação é muito simples: no capítulo dos impostos indiretos o aumento exponencial, comparativamente com o período homólogo deve-se a que? A 1.8 milhões de euros, provenientes da MEO, eu tive oportunidade de o dizer há bocadinho. E, portanto, até disse, eu gostaria que esta receita se mantivesse nos exercícios futuros. Mas eu tenho muitas dúvidas que assim seja. O que lá está, e lendo o documento que foi distribuído, que são os mapas relativamente à receita corrente, percebe-se que o que lá está inscrito para o futuro são 17 milhões de euros e eu não consigo dizer-lhe: primeiro se algum dia o receberemos todo, não sei dizer, exatamente qual é o montante que nós possamos receber, nem os tempos, nem os timings em que isso possa acontecer. O valor corresponde a várias ações que existem contra a MEO, contra a Vodafone, contra a EDP, contra as Águas do Norte, pelo não pagamento das taxas de ocupação do subsolo, com as quais nós concordamos e que, a fazer fé naquilo que tem sido dito, é matéria



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

Largo de Camões – 5400 - 150 Chaves

Telefone: 276340500 Fax: 276327724 – E-mail: assembleia.municipal@chaves.pt

Ata n.º 3 - 30/04/2019

que vai ser objeto de disciplina por parte do governo e, portanto, fará o enquadramento desta matéria no futuro. Porque, hoje o Município, tanto pode exigir o pagamento de 1 euro por metro linear, como pode exigir 10, como 30 cêntimos, não há norma de enquadramento, isso será feito no futuro e esperamos que possa garantir para o Município de Chaves, enfim, uma expectativa maior do que o recebimento das liquidações que foram feitas. Mas também, nesse valor dos 17 milhões de euros, estão por exemplo, rendas que nunca cobrámos da habitação social, taxas de ocupação do subsolo, do terrado, enfim, todas as dívidas que não estão prescritas e que nós temos vindo a exigir aos clientes, estão aí nesse valor. Agora eu não me consigo comprometer com nenhuma data, nem sequer com o recebimento desses valores. -----

O membro da Assembleia Municipal **Gonçalo André Nascimento Alves**, do **CDS-PP**, pediu a palavra para solicitar esclarecimentos, referindo que “Relativamente à minha primeira intervenção vi que não respondeu às minhas questões sobre as normas de controlo interno e sobre os ajustes diretos. Relativamente ao balanço social, gostaria de fazer aqui uma ou duas considerações: existe um número verdadeiramente preocupante, 10.525 é o número de dias de ausência ao trabalho, durante o ano de 2018, por trabalhadores da Câmara, ou seja, em média cada trabalhador da Autarquia esteve ausente do seu serviço, 23,13 dias de trabalho. Em termos práticos na Autarquia Flaviense um mês útil de trabalho desaparece, com todos os custos e quebras de produtividade, que tal facto implica, sem contar com as férias. Que estratégias, a Autarquia tenciona implementar, no combate ao absentismo excessivo. E expurgando, estes dados do absentismo 78,2% desses 10.525 dias são faltas por doença e por acidentes de serviço, e tal corresponde a quase 20 dias de ausência do trabalhador. Outro facto que nos preocupa bastante é o profundo envelhecimento dos funcionários da Câmara, 108,13% dos funcionários da Câmara têm 40 ou mais anos, sendo que 22,63% dos trabalhadores, dentro de uma década estarão na reforma. Tal informação, torna a necessidade da renovação geracional, uma questão grave que é muito importante resolver. -----

O Presidente da Câmara, **Nuno Vaz Ribeiro** usou da palavra para esclarecer e responder às questões colocadas. -----

“Sim, de facto, não foi minha intenção, deixar de responder, agradeço essa repetição. Relativamente, às normas de controlo interno, enfim, não tenho, presente exatamente qual é a sua questão, vou tentar perceber qual foi a interpelação, e qual é a questão, que foi suscitada. Darei nota, à Mesa do aspeto particular, enfim, não identifico nenhum problema, nessa dimensão, mas com certeza, que levarei junto dos serviços financeiros do Município, o tal aspeto. Relativamente, aos ajustes diretos, nós cumprimos a regra da contratação pública. E, portanto, o que não está aí, nem podia estar, é a identificação das entidades consultadas. Mas, existe um princípio que é regra em qualquer aquisição, que é feita, nos serviços municipais. Em tudo o que seja acima de 500 euros, são feitas consultas informais, ao mercado. E, portanto, mormente quando se trata verdadeiramente de ajustes diretos, nós fazemos sempre consultas, a três entidades. E, curiosamente, alguns dos exemplos, que até lhe posso dar, quem foram as empresas consultadas, mas não vai constar naquele quadro. Porque, senão, tínhamos de fazer, dezenas ou centenas, de procedimentos de aquisição, tínhamos que fazer o relatório, não é possível. Mas se, eventualmente, tiver alguma curiosidade, sobre algum processo, de despesa, em concreto, se tiver mesmo, identifica, e nós comprometemo-nos, a dar-lhe algum feedback sobre se, efetivamente, o ajuste direto aí, se traduziu apenas numa consulta, a um, ou se foram, consultados dois, ou se foram consultados três, ou sobre, as razões de urgência, ou do critério de materialidade, que determinou essa decisão. E,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

Largo de Camões – 5400 - 150 Chaves

Telefone: 276340500 Fax: 276327724 – E-mail: assembleia.municipal@chaves.pt

Ata n.º 3 - 30/04/2019

portanto, sem nenhuma reserva, sem nenhuma dificuldade, se eventualmente, houver alguma suspeita, ou alguma questão, que possa ser suscitada, quer quanto à violação das regras da contratação pública, quer quanto à dúvida em concreto, sobre uma contratação pode, naturalmente, suscitar esse esclarecimento. Ser-lhe-á prestado. Quanto à questão do balanço social, não podia estar mais de acordo, consigo. É verdade. Mas, isto é a realidade daquilo que foram os últimos 10 ou 20 anos. É verdade porque, se olharmos para aquilo que é a caracterização a nível dos recursos humanos do Município e quando nós percebemos que temos essa taxa de ausência, que é brutal, e se reparou e se teve o cuidado de ver, vai perceber que é, sobretudo, nos trabalhadores da área operacional da Divisão de Recursos Operacionais, em que grande parte, não me atrevo a dizer, mas se calhar, 80%, das ausências, devem-se, a estes trabalhadores. A explicação, é muito simples, foram anos e anos de inexistência de contratações. Foram muitos anos, sem renovação do quadro de pessoal, sobretudo, nas áreas operacionais, dos jardineiros, da limpeza, dos picheleiros, enfim, daquelas áreas que, agora, dizemos que estamos mal, que toda a população critica na limpeza urbana, nos jardins, nas roturas. Esta situação, não foi uma situação gerada por nós, não, o que nós estamos a fazer agora é tentar resolver aquilo que foram anos de más decisões. É verdade que é difícil num ano só, fazer uma inversão. E, portanto, eu tive a oportunidade de dizer que nós este ano, contratámos 10 Assistentes Operacionais, para essa área, vamos contratar mais 5, e isso é insuficiente. Agora, o que fazer com serviços operacionais, que são manifestamente insuficientes e incapazes para cumprirem as suas missões. Se ao mesmo tempo temos trabalhadores com uma idade muito considerável e sabendo que o trabalho que eles desempenham é muito exigente fisicamente e não só, são pessoas que estão cansadas, estão debilitadas, pelo trabalho exigente, do ponto de vista físico que desenvolveram. A questão que nós colocamos é: então nós vamos numa atitude persecutória fazer com que estes trabalhadores não falem? Ou temos que olhar para a raiz do problema e, percebê-lo? E o problema na nossa perspetiva, com a contratação de serviços externos, e, ao mesmo tempo, fazer a renovação e o reforço destes quadros. É isso que nós temos a intenção de fazer. Agora, para isso é preciso ter recursos financeiros. Se perceberam, e se compararam as rubricas das despesas com pessoal de 2018, com as de 2019, perceberam claramente que o incremento das despesas com pessoal, é grande. Mas, é grande, porquê? Pelo aumento do salário mínimo, mas também, pelos incrementos remuneratórios, que há muito tempo estavam congelados. E, também, pelas novas contratações. Agora fazer a quadratura do ciclo, é que nós não conseguimos fazer. Muito menos num ano. E, portanto, não escamoteando, não escondendo, dizendo, que há um problema, há. Mas, que há um caminho, e que há um processo. E que nesse processo, nós estamos a tomar decisões coerentes, no sentido da resolução desses problemas que nós queremos efetivamente resolver. E, portanto, é isso, que eu tenho para dizer, sobre esta matéria e que provavelmente no próximo ano, não estará resolvido, no seguinte, também não, porque, muitos anos a reforçar as áreas técnicas e dos técnicos superiores e a desinvestir na área dos trabalhadores, deu nisto. -----

O membro da Assembleia Municipal, **Maria José Gomes Teles Grilo** da **CDU**, no uso da palavra, pediu um esclarecimento sobre “sobre um edifício que é da Câmara, onde esteve instalada uma IPSS que é Chaves Social. A parte de baixo é loja do cidadão a outra parte, em que houve imenso investimento da anterior Câmara, está tudo ao abandono não se vê lá ninguém, para além das carrinhas que estão lá a estragar-se. Sei que havia um comodato entre essa IPSS e a Câmara Municipal. Queria saber se



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

Largo de Camões – 5400 - 150 Chaves

Telefone: 276340500 Fax: 276327724 – E-mail- assembleia.municipal@chaves.pt

Ata n.º 3 - 30/04/2019

existe alguma forma de resolver este assunto e o que está construído que seja posto ao serviço das pessoas”. -----

O Presidente da Câmara, **Nuno Vaz Ribeiro**, usou da palavra para esclarecimento desta questão. -----

“Sim, esta é mais uma das heranças difíceis para resolver, é verdade. Poderia enunciar alguns dos dossiers difíceis que estão para ser resolvidos, alguns já estão resolvidos. Resolvemos, a questão do antigo edifício do magistério. Aí, vai ser instalada a sede da Aquavalor, vai ter uma relevância eu diria, quase nacional, é nossa expectativa, comparando com aquilo que era o uso que tinha no passado. No caso concreto do edifício da Chaves Social, nós temos vindo a manter algumas reuniões com os órgãos sociais da Associação, mas a verdade é que ainda não foi possível recuperar o edifício, porque existe um comodato e, nos termos do comodato, há um conjunto de obrigações e nós não podemos pura e simplesmente incumprir o comodato. Portanto, estamos à espera que, na sequência de duas ou três reuniões que já tivemos, eles entreguem novamente na posse do Município este imóvel e, ao mesmo tempo, também decidam o que pretendem fazer sobre, designadamente, as viaturas, que são propriedade da Chaves Social e que a Câmara de Chaves não pode usar. A Câmara de Chaves, não aceitou as viaturas, porque isso iria representar um encargo e uma responsabilização financeira, que vai muito para além do valor das mesmas. Mas aguardamos que a Chaves Social, resolva os problemas internos que tem, designadamente as dívidas que tem para com os seus trabalhadores, que se resolvam nos termos da insolvência que já deu entrada no tribunal. Que resolvam a questão administrativa, financeira e patrimonial para que nós, a seguir, não corramos riscos. Porque o pior que nos podia acontecer era a Câmara de Chaves, no afã de tomar conta do edifício, ainda poder vir a ser responsabilizada por decisões que são de terceiros. A nossa intenção é, efetivamente, recuperar aquele edifício, dar-lhe relevância Municipal, mas falta aferir qual será o melhor uso que possa ter e que seja financiável. Porque, não nos podemos esquecer que todos nós gostaríamos de financiar os transportes, financiar os centros de convívio, financiar água a preço mais baixo, mas há um limite que é o da sustentabilidade. Portanto, nós tomaremos todas as decisões que sejam boas para os flavienses, mas sempre como limite garantirmos que consolidamos as contas e que não vamos cair, outra vez, em termos de pagar 2.8 milhões de euros de juros, porque isso é metade do valor necessário para construir uma piscina municipal. -----

Colocada à votação, a proposta foi aprovada por maioria, de acordo com a votação abaixo discriminada: -----

Votos a favor: Pelo Grupo Municipal do PS: Altamiro da Ressurreição Claro; Anselmo José Martins; Maria Aline Silva Ferreira Caetano; Brigitte Raquel Bazenga Vieira Tomás Gonçalves; Fernando Luíz Lopes Moreira; Nuno André M. Coelho Afonso; Fátima Liliana Fontes Correia; Júlio Eliseu dos Anjos Alves; Isabel Maria Ruivo Seixas Martins; Manuel Guerra Afonso; Domingos de Moura Alves; Maria Adalgisa P. F. Silva Babo; José Francisco de Resendes Carreira; Rui Miguel Alves Sousa Pinheiro; Cristina Maria Inocência Imaginário; Rogério Alberto Amorim Reis Moura; Maria Manuela Santos Rainho; Luiz Mário Alves Carneiro; Sandra Celina Fernandes Fonseca. -----

Pelo Grupo Municipal do CDS/PP; Gonçalo André Nascimento Alves. -----

Presidentes de Junta de Freguesia: Junta da Freguesia de Águas Frias Rogério Amaro Alves de Oliveira; Junta da Freguesia de Anelhe, Arlindo Santos Costa; Junta da Freguesia de Bustelo, José Fernandes M. Serralheiro; Junta da Freguesia de Calvão e Soutelinho da Raia, António Manuel Rua Reis; Junta da Freguesia de Curalha, Alfredo Augusto Dias Gaspar; Junta da Freguesia de Faiões, Octávio Rodrigues Bastos; Junta



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

Largo de Camões – 5400 - 150 Chaves

Telefone: 276340500 Fax: 276327724 – E-mail: assembleia.municipal@chaves.pt

Ata n.º 3 - 30/04/2019

da Freguesia de Madalena e Samaiões, João Manuel Almeida Pinto; Junta da Freguesia de Mairós, Adriano Vieira Rodrigues; Junta da Freguesia de Outeiro Seco, Carlos Alberto Batista Xavier; Junta da Freguesia de Paradela de Monforte, Gilberto Santos de Jesus; Junta da Freguesia de Planalto de Monforte (Oucidres e Bobadela), Luís Saraiva Garcia; Junta da Freguesia de Redondelo, Nelson Fernandes Costa; Junta da Freguesia de Sanfins da Castanheira, Rui Alberto Trinta Pintor; Junta da Freguesia de Santa Cruz/Trindade e Sanjurge, José António de Oliveira Carreira; Junta da Freguesia de Santo António de Monforte, Alcino do Nascimento Santos; Junta da Freguesia de Santo Estevão, Maria José Sena Barros; Junta da Freguesia de São Pedro de Agostém, Pedro Manuel Pereira Barroco; Junta da Freguesia de São Vicente da Raia, Mário José dos Anjos; Junta da Freguesia de Soutelo e Seara Velha, João Rua Banha; Junta da Freguesia de Travancas e Roriz, Filipe Maldonado Pinto; Junta da Freguesia de Vidago, Arcossó, Selhariz e Vilarinho das Paraneiras, Rui Manuel Branco Rodrigues; Junta da Freguesia de Vilar de Nantes, Luís António Gonçalves Costa; Junta da Freguesia de Vilarelho da Raia, António Carvalhal dos Reis; Junta da Freguesia de Vilela do Tâmega, Ramiro Figueiredo dos Santos; Junta da Freguesia de Vilela Seca, Maria Natália Guerra.

Votos contra: Pelo Grupo Municipal do PSD: Francisco António Taveira Ferreira; Maria Inês Pereira Dias; Nelson Paulo Gonçalves Montalvão; Maria Isabel Teixeira Carvalho da Cunha; António José dos Santos; Carlos Afonso de Moura Teixeira; Milena Sofia Vieira de Melo; Carlos Alberto Pinto Branco; Jaime Esteves de Abreu; Gilberto Gomes Alves; Higino Domingos Ferreira da Silva; Eurico Luís Pereira Anes de Azevedo. -----

Abstencções: Pelo Grupo Municipal da CDU; Paula Maria Morais Esteves; Maria José Gomes Teles Grilo. -----

Não participaram na discussão e votação do presente assunto, os membros deste órgão deliberativo, por não se encontrarem presentes, no momento da votação, os seguintes membros: João Miranda Rua; Manuel Pedro Oliveira Branco Teixeira; Anabela Maria Neves Martins; António Jorge Sousa Pinto Barros. -----

Presidentes de Junta de Freguesia: Fernando Alberto Barreira de Moura; João Ramos Duro; Cecília Maria Silva A. Alves; António José Lopes; António Lopes; António Eusébio Vieira Cardoso; João Manuel Teixeira Pereira Borges; Hugo Manuel Alves Silva; Eduardo dos Santos Carneiro; Jorge José Pereira de Carvalho; Pedro Miguel Rodrigues; Paulo Nuno de Jesus Pereira. -----

Sendo treze horas, foi interrompida a sessão para o almoço. -----
Os trabalhos foram, entretanto, retomados às catorze horas e trinta minutos. -----

PONTO 4 – 1ª Revisão aos Documentos Previsionais de 2019. Informação nº15/DGF/2019. -----

O Presidente da Câmara Municipal, **Nuno Vaz Ribeiro**, fez a intervenção inicial para apresentação e defesa da proposta do Executivo Municipal. -----

“Boa tarde, a todos. Na expectativa de que esta pausa para o almoço, tenha sido restabelecedora, vamos então dar continuidade e este assunto está, de alguma forma, interligado com o assunto anterior. O que neste momento temos para discussão, apreciação e, naturalmente, para deliberação, tem a ver com a primeira revisão aos documentos previsionais. Não vou ler as considerações técnicas em que se escora e se fundamenta a proposta. Mas, no essencial do que se trata, é de integrar nos documentos previsionais de 2019, aquilo que é vulgarmente chamado o saldo de gerência. E, portanto, o que nós pretendemos com esta proposta é reforçar, ou abrir novas rubricas no que diz respeito, quer às Grandes Opções do Plano, quer também quanto ao Orçamento, distribuindo os 3. 712 mil 236 euros e 17 cêntimos, pelas várias, rubricas,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

Largo de Camões – 5400 - 150 Chaves

Telefone: 276340500 Fax: 276327724 – E-mail: assembleia.municipal@chaves.pt

Ata n.º 3 - 30/04/2019

ações e projetos que estão aí, claramente identificados e quantificados, com o valor do reforço. Ainda é uma panóplia de ações muito significativa e, que veem reforçadas algumas dotações que tínhamos a consciência, aquando da elaboração dos documentos previsionais, que as dotações iniciais eram insuficientes. E, com esta alteração, o que se pretendeu, não foi aumentar o valor global do orçamento, mas sim sobretudo fazer com que determinadas ações, que tinham manifestamente valores insuficientes, verem reforçadas as suas dotações, para que nós possamos cumprir os objetivos, até ao final do ano. -----

Não se verificaram intervenções. -----

Colocada à votação, a proposta foi aprovada por unanimidade dos presentes, de acordo com a votação abaixo discriminada: -----

Votos a favor: Pelo Grupo Municipal do PS: Altamiro da Ressurreição Claro; Anselmo José Martins; Maria Aline Silva Ferreira Caetano; Brigitte Raquel Bazenga Vieira Tomás Gonçalves; Nuno André M. Coelho Afonso; Fátima Liliana Fontes Correia; Júlio Eliseu dos Anjos Alves; Manuel Guerra Afonso; Domingos de Moura Alves; Cristina Maria Inocêncio Imaginário; Rogério Alberto Amorim Reis Moura; Mário Alves Carneiro; Sandra Celina Fernandes Fonseca. -----

Pelo Grupo Municipal do CDS/PP; Gonçalo André Nascimento Alves. -----

Pelo Grupo Municipal do PSD: Francisco António Taveira Ferreira; Nelson Paulo Gonçalves Montalvão; Maria Isabel Teixeira Carvalho da Cunha; António José dos Santos; Carlos Afonso de Moura Teixeira; Milena Sofia Vieira de Melo; Carlos Alberto Pinto Branco; Anabela Maria Neves Martins; Jaime Esteves de Abreu; Gilberto Gomes Alves; Higino Domingos Ferreira da Silva; Eurico Luís Pereira Anes de Azevedo. -----

Pelo Grupo Municipal da CDU; Paula Maria Morais Esteves; Maria José Gomes Teles Grilo. -----

Presidentes de Junta de Freguesia: Curalha, Alfredo Augusto Dias Gaspar; Lama de Arcos, João Ramos Duro; Loivos e Póvoa de Agrações, Cecília Maria Silva A. Alves; Madalena e Samaiões, João Manuel Almeida Pinto; Mairós, Adriano Vieira Rodrigues; Moreiras, António José Lopes; Nogueira da Montanha, António Lopes; Oura, António Eusébio Vieira Cardoso; Outeiro Seco, Carlos Alberto Batista Xavier; Redondelo, Nelson Fernandes Costa; Sanfins da Castanheira, Rui Alberto Trinta Pintor; Santa Leocádia, João Manuel Teixeira Pereira Borges; Santa Maria Maior, Hugo Manuel Alves Silva; Santo António de Monforte, Alcino do Nascimento Santos; São Pedro de Agostém, Pedro Manuel Pereira Barroco; São Vicente da Raia, Mário José dos Anjos; Soutelo e Seara Velha, João Rua Banha; Travancas e Roriz, Filipe Maldonado Pinto; Vale de Anta, Jorge José Pereira de Carvalho; Vidago, Arcossó, Selhariz e Vilarinho das Paraneiras, Rui Manuel Branco Rodrigues; Vila Verde da Raia, Pedro Miguel Rodrigues; Vilar de Nantes, Luís António Gonçalves Costa; Vilarelho da Raia, António Carvalhal dos Reis; Vilela Seca, Maria Natália Guerra. -----

Não participaram na discussão e votação do presente assunto, os seguintes membros deste órgão deliberativo, por não se encontrarem presentes no momento da votação: Fernando Luís Lopes Moreira; Isabel Maria Ruivo Seixas Martins; Maria Adalgisa P. F. Silva Babo; José Francisco de Resendes Carreira; Rui Miguel Alves Sousa Pinheiro; Maria Manuela Santos Rainho; António Jorge Sousa Pinto Barros; Maria Inês Pereira Dias; João Miranda Rua; Manuel Pedro Oliveira Branco Teixeira; Anabela Maria Neves Martins. -----

Presidentes de Junta de Freguesia: Rogério Amaro Alves de Oliveira; Arlindo Santos Costa; José Fernandes M. Serralheiro; António Manuel Rua Reis; Fernando Alberto Barreira de Moura; Octávio Rodrigues Bastos; Luís Saraiva Garcia, Gilberto Santos de



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

Largo de Camões – 5400 - 150 Chaves

Telefone: 276340500 Fax: 276327724 – E-mail: assembleia.municipal@chaves.pt

Ata n.º 3 - 30/04/2019

Jesus; José António de Oliveira Carreira; Maria José Sena Barros; Eduardo dos Santos Carneiro; Paulo Nuno de Jesus Pereira; Ramiro Figueiredo dos Santos; -----

PONTO 5 - Autorização de concessão de apoio às Freguesias, por parte do Município de Chaves, em vista à realização de obras de importância local. Aprovação de matriz de protocolo disciplinador dos direitos e obrigações das partes signatárias. Proposta nº 25/GAP/2019. -----

O senhor Presidente da Câmara Municipal, **Nuno Vaz Ribeiro**, fez a intervenção inicial para apresentação e defesa da proposta do Executivo Municipal. -----

A proposta que se encontra materializada no documento, que foi distribuída pelos membros desta Assembleia Municipal, traduz o cumprimento do protocolo que foi desenhado e assumido no primeiro ano de mandato, que em cada ano de exercício municipal, comprometemo-nos a transferir para as Freguesias, no âmbito daquilo que são as suas competências próprias, um apoio financeiro no sentido de reforçar financeiramente a capacidade e permitir a concretização de ações, iniciativas que, naturalmente, tivessem a capacidade de melhorar o grau de satisfação das necessidades das respetivas comunidades locais. A proposta que aí se encontra, traduz um nível de compromisso financeiro idêntico, ao do ano de 2018, apenas com a nuance particular, relativamente à Junta de Santa Maria Maior, e tivemos oportunidade de explicar que será devidamente formalizada, até ao próximo mês de junho. Também, este ano, esta transferência tem a particularidade de integrar, no que diz respeito às Freguesias que viram alienados os antigos edifícios, que serviam de escolas primárias. De facto, os valores financeiros que aqui estão, são também a tradução do compromisso que o resultado da venda dessas escolas, seria transferido para as respetivas Freguesias, para que elas pudessem alocar o respetivo valor a obras de interesse municipal. Na lógica, o que se pretende no caso concreto de alienação de património desta natureza, não é maximizar a receita, não é transferir os recursos das freguesias para o município, mas, é sim, continuar aquilo que foi o propósito de antigamente, que os edifícios tiveram uma função muito relevante na parte da formação e da educação e hoje, perdendo essa importância e essa relevância, por falta de objeto, possam ser colocadas ao serviço do que for considerado mais essencial e prioritário para as Freguesias. E nós acreditamos no bom critério das Freguesias e por isso é que se encontra aqui expresso. Basicamente, é isso, que tem a proposta, tem a Matriz do protocolo, em tudo semelhante ao do ano passado e, depois, tem uma relação anexa, no qual estão identificados de forma discriminativa, os valores das transferências. -----

Intervieram neste ponto da ordem de trabalhos, os membros da Assembleia Municipal: Presidente de Junta da Freguesia de Madalena e Samaiões - **João Manuel Almeida Pinto**. -----

Na sua intervenção, após cumprimentar todos os presentes, começou por agradecer ao senhor Presidente da Câmara Municipal, o cumprimento dos protocolos de apoio às Juntas de Freguesia do concelho. “A celebração destes protocolos significa para as Juntas de Freguesia, reforçar a capacidade financeira, para que estas possam prosseguir os compromissos assumidos no seu Orçamento e desta forma melhorar a eficácia da sua ação e funcionamento. Só com esta articulação e colaboração, entre Município e Juntas de Freguesia, é possível satisfazer as necessidades de um povo que decidiu pela mudança, fruto de uma estagnação de 20 anos, que exige uma gestão racional e eficiente dos seus recursos financeiros. Vivem-se tempos de mudanças, de transparência e de sonhos. Depois de tantos anos, Chaves volta a sonhar, sim, a sonhar, porque o último grande sonho realizado nas últimas décadas foi o programa POLIS.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

Largo de Camões – 5400 - 150 Chaves

Telefone: 276340500 Fax: 276327724 – E-mail: assembleia.municipal@chaves.pt

Ata n.º 3 - 30/04/2019

Muito do que depois se fez foram pesadelos. Não existiu estratégia económica, não existiu ordenamento do território e o novo Executivo encontrou uma Câmara Municipal sem eira nem beira, sem recursos humanos e financeiros. Um verdadeiro desastre, com contratos desajustados e dívidas por pagar. -----

Agora acreditamos que estamos no rumo certo! -----

Estes protocolos são o reconhecimento do grande mérito que têm as Juntas de Freguesia na prossecução do interesse público, são o apoio que necessitam para o desenvolvimento e coesão do território, contribuindo desta forma para o interesse maior, que é o interesse comum de todos e para todos. -----

As Juntas de Freguesia, com este protocolo, vão poder garantir uma atuação mais eficiente, mais próxima das suas populações, para assim satisfazerem as necessidades do povo, no final, foi para esse fim que nós, Presidentes de Junta, fomos eleitos. Estamos cientes que, ainda assim, com este protocolo, não é possível fazer tudo, mas é sinónimo de clareza, de equidade e que existe um tratamento mais justo e proporcional, para e entre as Freguesias do Concelho. -----

O senhor Presidente da Câmara Municipal de Chaves, deu um exemplo de compromisso e de honra, ao assumir pelo seu 2º ano de mandato, o Protocolo de Investimento com as Juntas de Freguesia, ao contrário do anterior Executivo, que esperou pelo último ano, para cumprir o que havia prometido. -----

É, também este, o reflexo que levou as pessoas a acordarem e quiseram, também que Chaves acordasse. E após um ano e meio de mandato de empenho e dedicação, por parte do atual Executivo, é isso mesmo que está a acontecer. Chaves está a acordar, Chaves está no caminho certo. Chaves está com vida e vai ficar ainda mais”. -----

O membro da Assembleia Municipal, **Carlos Afonso de Moura Teixeira**, do PSD. Fez uma intervenção sobre este assunto, criticando alguns aspetos do Protocolo. -----

“Faz agora sensivelmente um ano, em 27 de julho de 2018, disse que o montante a transferir para as Juntas de Freguesias demonstrava falta de ambição, está escrito. Disse na altura, como digo agora, que este montante é claramente insuficiente para as Juntas de Freguesia. O PPD/PSD nota uma falta de critério, relativamente às Juntas de Freguesia, com várias aldeias. Denota, também, relativamente às diferentes Freguesias uma falta de atenção quanto aos movimentos a apoiar. Discordamos, claramente, deste exercício de agradecimento. Não o faremos nunca, embora tenhamos que reconhecer que 8 Freguesias viram o seu valor, acrescentado em 120 mil euros. Nem sequer, olhamos à cor partidária de cada uma delas. Mas, esperamos que este valor nunca diminua e, aí sim, a intervenção que acabou de fazer, se para o ano a sua Freguesia tiver o mesmo montante, então estaremos ainda mais satisfeitos do que estamos agora. E, apesar, da situação ter claramente demonstrado melhorias financeiras e económicas, o valor a transferir para as Juntas de Freguesia seja idêntico. Com isso não concordamos, faz um ano, não vamos concordar, agora novamente. Alertamos, ainda, que era necessário que nas futuras propostas, as Juntas de Freguesia com várias aldeias tenham que ter uma atenção especial, face à especificidade da gestão, que é mais complicada do que Freguesias com apenas uma aldeia. Todavia, e uma vez que os nossos Presidentes de Junta, não viram, nenhuma delas, o seu montante reduzido, relativamente ao ano passado e algumas, até viram o seu montante melhorado, vamos votar a favor”. -----

O senhor Presidente da Câmara, **Nuno Vaz Ribeiro**, esclareceu alguns aspectos sobre a intervenção do membro da Assembleia Carlos Afonso. -----

“Vejo que não conhece o passado, nem os critérios de distribuição dos montantes financeiros por cada uma das freguesias, pois são exatamente os mesmos que foram



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

Largo de Camões – 5400 - 150 Chaves

Telefone: 276340500 Fax: 276327724 – E-mail- assembleia.municipal@chaves.pt

Ata n.º 3 - 30/04/2019

utilizados pela gestão do PSD, nos dois últimos mandatos. Então só agora reconhece que afinal os critérios de cálculo das transferências para as freguesias, em função do território, do número de lugares, dos cidadãos, das infraestruturas que têm, das áreas agrícolas, não é adequado? Pergunto se em 16 anos não deu conta deste critério e acordou apenas no ano passado. Como é possível ter este discurso incoerente, infundamentado que o leva a considerar o critério bom quando é aplicado pelo PSD e mau quando utilizado por nós. Pois bem, percebo que o importante não é o critério em si mesmo, é quem o usa e, de facto, deixe-me fazer uma censura muito dura e dizer outra coisa muito importante, é claro e eu reconheço perante os senhores Presidente de Junta, que os montantes financeiros, são insuficientes. Gostaria de fazer muito mais. Mas é que eu não faço uma política de apologia da época eleitoral, que é fazer só apoios durante as eleições. Não, não faço isso, cada uma das senhoras e dos senhores Presidentes de Junta que estão aqui, e eu até gostava que fosse um Presidente de Junta do PSD a falar, para que pudesse traduzir exatamente o grau de compromisso e de seriedade, naquilo que temos tratado. Porque efetivamente nós temos que prometer aquilo que podemos cumprir, e no passado não foi assim, prometeu-se muito e fez-se pouco, também no domínio das freguesias. Não podemos deixar de registar, nas suas palavras, que nós agora, afinal, já tivemos um bom desempenho financeiro, mas de manhã, na Prestação de Contas, não foi assim classificado. É esta incoerência que não é aceitável, os mesmos dados em contextos diferentes, têm avaliações distintas e mérito diferentes, vai-me desculpar, mas ganha incoerência. Porque, com certeza, temos de ganhar naquilo que é do interesse deste Concelho e certamente aprenderemos em conjunto. Mas dizer, também mais, nós fizemos um compromisso com cada uma e cada um dos Presidentes de Junta que aqui estão. Dizer uma coisa muito simples: em cada ano, nos 4 anos de mandato, dar-lhes-emos, o mesmo valor porque, quando diz aqui que nós estamos a dar valores diferentes, é mentira. Desafio-o a provar o contrário. Porque os únicos valores que não estão alinhados com os do ano passado, são os valores da receita de venda de património, das escolas. Mas, apesar disso, se ler com atenção os documentos perceberá que até isso está identificado, basta haver uma leitura. Se preparar melhor o trabalho de casa perceberá que, claramente, cada rubrica e cada montante têm exatamente qual é a finalidade do escopo, mas também, qual é a fonte. E, portanto, percebia que não há valores menores nem valores maiores. É, verdade, que há um valor ligeiramente menor, que é o da Junta de Freguesia de Santa Maria Maior, mas tive oportunidade de o referir antes, é a única. E o senhor Presidente da Junta sabe porquê. Portanto, essa que é a clareza, não nos enganemos com falsas afirmações, tem que ser com factos e com números. Depois dizer outra coisa, quer recordar quanto é que gestão Autárquica do PSD deu, em 2013, para os Presidentes de Junta? É, que eu tenho aqui uma coluna que diz “Transferências para as Juntas de Freguesia e vejo (Zero) em 2013, e (Zero) em 2014. Depois, é muito bonito dizer que em 2017, por acaso ano das Eleições Autárquicas, só por acaso, houve um reforço. Não, não contem comigo para essas políticas mesquinhas e corriqueiras. Claro, que eu reconheço e sou coerente com o que disse de manhã, há uma melhoria da situação financeira, claro que sim. Mas essa melhoria não significa que com o mesmo valor de investimento, nós possamos fazer contratação de recursos humanos, aumento da limpeza urbana, requalificações dos jardins, substituição da rede de água, melhoria de rede de saneamento, ou seja o mesmo dinheiro só se aplica uma vez, não se aplica 30 vezes. E, portanto, os 527 mil euros que nós poupamos em juros, tiveram bom uso e posso dizer-lhe outra coisa, que vamos ter uma poupança, também, neste ano, e saber-lhe-emos dar bom destino. Quanto aos Presidentes de Junta, com certeza, sabem bem



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

Largo de Camões – 5400 - 150 Chaves
Telefone: 276340500 Fax: 276327724 – E-mail- assembleia.municipal@chaves.pt

Ata n.º 3 - 30/04/2019

que sempre que foi possível, nós fizemos mais qualquer coisa do que aquilo que está neste papel e nesta transferência. Não estou a falar das transferências financeiras para as Freguesias, que estão aqui documentadas. Há todo um outro conjunto de recursos e meios de colaboração e de cooperação, que temos feito. Mas, há um que nós estamos a fazer de forma igualitária para todos, sabem bem, os senhores Presidentes de Junta, que nós decidimos começar numa ponta do Concelho e acabar na outra, relativamente à beneficiação e regularização das valetas. Há quantos anos, neste Concelho, as estradas municipais e caminhos não viam isto? Está a acontecer de forma contínua, começámos numa ponta e vamos acabar noutra e não deixaremos nenhuma, de fora desta intervenção. Os senhores Presidentes de Junta, sabem bem quanto é importante isso para as freguesias, mas também para a conservação dos pavimentos, e também fizemos outra coisa importante, que foi a pintura nas estradas. Há, quantos anos estas estradas Municipais não viam assim uma pintura? Os senhores Presidentes de Junta que, eventualmente, não tiveram, não foram contemplados em 2018, serão em 2019, porque Roma e Pavia não se fizeram num dia. Porque não há recursos para fazer tudo de uma vez, agora fica é o compromisso de que o que não foi feito, há-de sê-lo este ano, é isso que queremos fazer, também, na melhoria da limpeza, num conjunto de intervenções. Eu disse aqui no início do mandato que há duas prioridades muito importantes nas Freguesias, não deviam ser essas, mas são porque é a nossa realidade, são as intervenções na água. E sabem bem os senhores Presidentes de Junta que desde que assumimos funções temos procurado, melhorar a rede de captação e de abastecimento de água em muitas Freguesias. E neste momento estamos a tentar resolver problemas em duas Freguesias, que têm problemas de abastecimento, Sanfins e Vilas Boas. Vamos continuar, porque esse foi um compromisso. Mas outro compromisso também tem a ver com a ampliação de cemitérios e casas mortuárias. Infelizmente, nós devíamos estar a investir naquilo que tem a ver exatamente com o inverso, que é na vida, mas temos que também cuidar bem dos nossos mortos. Sei que me alonguei, mas sinceramente, perante uma intervenção que o senhor fez aqui, não podia calar a minha indignação, porque é inadequada e faz demagogia. -----

O membro da Assembleia Municipal, **Carlos Afonso de Moura Teixeira**, do **PSD**, pediu a palavra para exercer o direito de resposta. -----

“Reafirmo aquilo que já disse no ano passado, e na intervenção anterior, volto a referir agora, sejam ambiciosos, o senhor Presidente da Câmara não vos está a fazer favor nenhum e, continuamos a chamar a atenção para as Freguesias com várias localidades, cuja gestão é muito mais complicada do que Freguesias com apenas com uma localidade. Essas Freguesias merecem uma atenção e, um olhar diferente, não é favor nenhum. Lutem pelas vossas Freguesias. O PSD, está ao vosso lado”. -----

O senhor Presidente da Câmara, **Nuno Vaz Ribeiro**, respondeu do modo seguinte. ----

“Então, lanço-lhe um desafio, um repto: primeiro o senhor membro desta Assembleia Municipal apresenta uma proposta alternativa, referindo expressamente onde vai buscar os meios financeiros e qual é a contrapartida da despesa que elimina. Fica aqui o desafio. -----

O membro da Assembleia Municipal, **Carlos Afonso de Moura Teixeira**, do **PSD**, no uso da palavra, perguntou: -----

“Senhor Presidente, quanto é que vai gastar a mais, no festival da Nacional 2, este ano, ou em foguetes, ou em fogo-de-artifício?” -----

Encerrou o debate deste ponto, o senhor Presidente da Câmara, **Nuno Vaz Ribeiro**, propondo algumas questões. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

Largo de Camões – 5400 - 150 Chaves

Telefone: 276340500 Fax: 276327724 – E-mail: assembleia.municipal@chaves.pt

Ata n.º 3 - 30/04/2019

“Pergunto se o senhor quer cortar essa atividade e assume essa proposta em nome do PSD. Senão terei de concluir que vem aqui, bate e foge, tem medo de assumir as questões para o futuro. A sua ambição passa pela distribuição de 30 ou 40 mil euros, porque é do valor que estamos a falar no máximo, pelas 39 freguesias, é isso que está a propor? É essa a grande ambição que tem? Não, eu tenho uma ambição maior, muito maior, e já percebeu que é maior. Não é a ambição do passado, levar o Município à ruína. Ambição, significa ter capacidade de realização e não apenas ficar pelas promessas e pela utopia. E aos senhores Presidentes, a cada um deles, o meu compromisso é muito claro, sobre isso. Claro, se nós tivermos capacidade para fazer mais, faremos, com certeza, mas não queremos viver situações do passado, que é assumirmos compromissos e protocolos hoje, e pagá-los dali a 2 anos. Presumo que não é isso que querem.” -----

Após colocada à votação, a proposta foi aprovada por unanimidade dos presentes, com 56 votos a favor. -----

PONTO 6 - Celebração de Contrato de comodato entre o Município de Chaves e a Junta de Freguesia de Vilela Seca. Proposta n.º 19/GAPV/2019. -----

O Presidente da Câmara Municipal, **Nuno Vaz Ribeiro**, fez a intervenção inicial para apresentação e defesa da proposta do Executivo municipal. -----

“Perdoem-me esta quebra de Regimento, mas eu perante a coerência das intervenções estava à espera de um voto contra, sinceramente, estava, perante a veemência com que foi apresentada. Relativamente às críticas que foram feitas, estava à espera de um voto contra, enfim. -----

Quanto à proposta em análise, estamos perante uma situação, daquelas que nós não acrescentamos muito no caso concreto, que se trata apenas de regularização de situações que estavam, de facto, transferidas. E, esta é já a quarta ou quinta que estamos a fazer. Os senhores Presidentes de Junta, quer das Eiras, quer de outras Freguesias, sabem que já fizemos o que estamos a fazer aqui. Trata-se de regularizar situações em que tenha havido um compromisso, ainda que verbal, por parte do Presidente da Câmara em exercício, o resultado desse compromisso não tenha sido formalizado, e a Junta de Freguesia tenha começado a usar e a utilizar para fins de interesse da respetiva comunidade, espaços que não tinham, nenhum uso, e que estavam sem qualquer utilização relevante, como são em particular as antigas escolas. O que nós estamos a fazer é, fazer a formalização através de comodato para a respetiva Freguesia, este é o caso em concreto. A Junta de Freguesia vinha usando este espaço e, o que nós propomos aqui, a esta Assembleia Municipal, é que autorize, naturalmente, nos termos em que tem sido comum, relativamente, a este tipo de situações, o comodato deste edifício à respetiva Freguesia, para que o possa continuar a usar da forma que o tem usado até hoje. -----

Não houve intervenções. -----

Após colocada à votação, a proposta foi aprovada por unanimidade dos presentes, com 56 votos a favor. -----

PONTO 7 - Pedido para marcação de lugares de estacionamento na sede da Junta e no Largo do Cruzeiro em Loivos para estacionamento do Pároco da Freguesia – Informação da Divisão de Projetos e Mobilidade do Sr. Eng.º Bruno Rua datada de 10.01.2019. -----

O Presidente da Câmara Municipal, **Nuno Vaz Ribeiro**, fez a intervenção inicial para apresentação e defesa da proposta. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

Largo de Camões – 5400 - 150 Chaves

Telefone: 276340500 Fax: 276327724 – E-mail: assembleia.municipal@chaves.pt

Ata n.º 3 - 30/04/2019

Não há muito a acrescentar, àquilo que é o texto da proposta. Há uma solicitação, que se traduz, traduz-se no que acabaram de ouvir. O Pároco entendeu ser importante, ter um lugar de estacionamento privativo, os serviços, tecnicamente, entenderam que não haveria nenhuma perturbação naquilo que é a organização da Freguesia, e a proposta está aqui. É exatamente isso, tomar a decisão de aprovar um lugar privativo para o senhor Pároco e naturalmente fazer, depois, a sinalização e a sinalética adequadas. --- Intervieram neste ponto da ordem de trabalhos, os membros da Assembleia Municipal: **Maria José Gomes Teles Grilo**, da **CDU**, no uso da palavra, disse. “O pedido da Junta eu, acho bem, tem horário. Agora sinceramente eu precisava de mais conhecimentos sobre o pedido do Pároco. Isto porque quero saber se a residência do Pároco é em Loivos, ou não. Então esse lugar devia ser reservado, em que condições? Na hora de missa, um pouco mais alargada, etc. Eu não concordo muito, estou a dizer isto pessoalmente e, sinceramente, não estou em nome da CDU”. -----

O senhor Presidente da Câmara, **Nuno Vaz Ribeiro**, usou da palavra para efetuar um pequeno esclarecimento. -----

“Cometi um lapso, uma imprecisão, afinal, não é um lugar são dois lugares. Um é para a Junta de Freguesia e outro é para o Pároco. Na minha intervenção só referi um lugar, mas são dois. Peço desculpa pela imprecisão. De facto, não estou em condições, não estou habilitado, não tenho a informação que me permita poder fazer qualquer consideração, mas está aqui a senhora Presidente de Junta da União das Freguesias, que conhece. Entendo, que esta decisão, não poderá ter grande perturbação naquilo que é, enfim, os números de estacionamento e a pressão de estacionamento da Freguesia. Os serviços também não identificaram nenhuma limitação e, nessa medida, é a proposta que nós aqui apresentamos, para poder ser sufragada ou não. -----

O membro da Assembleia Municipal, **Gilberto Gomes Alves**, do **PSD**, no uso da palavra, disse: -----

“É só para esclarecer o seguinte: de facto o senhor Pároco que vai celebrar a missa a Loivos e às aldeias limítrofes mora a cerca de 25 Km de distância. Depois ainda tem outras freguesias, para além da de Loivos. O que é que acontece o Largo, fica um bocadinho desviado da Igreja. O Largo é o lugar mais acessível, quer para os paroquianos quer para o Pároco. O Pároco chega mesmo em cima da hora, porque já vem de celebrar missa de outras comunidades e, acontece, não ter mesmo lugar onde estacionar. Também depois de celebrar missa em Loivos, tem que ir celebrar missa a outras freguesias e, portanto, na minha opinião tem toda a lógica que exista um lugar para o Pároco. Quanto à Junta de Freguesia, também é legítimo que tenha o seu lugar próprio, penso que não acarreta nenhuma dificuldade nem nenhum constrangimento para o resto da população. Pela minha parte acho que está muito bem. -----

O membro da Assembleia Municipal, **Maria José Gomes Teles Grilo**, da **CDU**, no uso da palavra disse. “Até concedo que o lugar da Junta de Freguesia é, absolutamente correto e, portanto, até tem o horário de funcionamento. Agora, um lugar privativo para o senhor Pároco, que não tem residência, para a celebração da missa, está certo, mas então tinha que ter o horário para domingo, dando uma folga no mesmo”. -----

Após colocada à votação, a proposta foi aprovada por maioria dos presentes, com 38 votos a favor e 16 abstenções. -----

Declaração de voto do Secretário da Mesa da Assembleia Municipal, **Anselmo José Martins**: Declaro que me absteve, por uma razão muito simples, primeiro não conheço a problemática e, como quem apresentou a proposta é, quem tem bom senso e conhece a problemática, que é a senhora Presidente de Junta, portanto a minha posição não é contra, nem a favor é de abstenção e é essa a razão. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

Largo de Camões – 5400 - 150 Chaves

Telefone: 276340500 Fax: 276327724 – E-mail- assembleia.municipal@chaves.pt

Ata n.º 3 - 30/04/2019

PONTO 8 - Colocação de sinais de Stop e espelhos – Processo n.º 940/18 – Junta de Freguesia de Vila Verde da Raia – Informação da Divisão de Projetos e Mobilidade do Sr. Eng.º Bruno Rua datada de 14.02.2019. -----

A informação foi apresentada previamente e por escrito. -----
Não houve intervenções. -----
Após colocada à votação, a proposta foi aprovada por unanimidade dos presentes, com 54 votos a favor. -----

PONTO 9 - Certidão de reabilitação para efeitos de isenção de IMT. Informação nº104/DSCH/19. OTécnico Superior Artur Lopes Baltazar. -----

O Presidente da Câmara Municipal, **Nuno Vaz Ribeiro**, fez a intervenção inicial para apresentação e defesa da proposta do Executivo municipal. -----
Quer esta, quer a próxima proposta, têm a ver com iniciativas relativas a intervenções urbanísticas naquilo que é a ARU - Área de Reabilitação Urbana e que, nos termos dessa disciplina regulamentar, os cidadãos e as empresas que façam intervenções nessa área e que beneficiam de um conjunto de benefícios fiscais, passando a redundância. Tem a ver, não só com a redução do IMI, do IMT, do IRS e também, beneficiam de uma taxa de IVA em vez de ser 23% é 6%. No caso concreto está, aí fundamentada, a proposta no sentido de explicitar, qual é o benefício fiscal de que, efetivamente, está a beneficiar. E, o que pretendem é o reconhecimento dos pressupostos de que depende da concessão para que, em consequência disso, possa ser comunicada, à Autoridade Aduaneira e Tributária para que possa, efetivamente, beneficiar desse benefício fiscal. -----
Não houve intervenções. -----
Após colocada à votação, a proposta foi aprovada por unanimidade dos presentes, com 54 votos a favor. -----

PONTO 10 - Certidão de reabilitação para efeitos de isenção de IMI – Informação 102/DSCH/19 - Técnico: Artur Lopes Baltazar, Técnico Superior. -----

A informação foi apresentada previamente e por escrito. -----
Não houve intervenções. -----
Após colocada à votação, a proposta foi aprovada por unanimidade dos presentes, com 54 votos a favor. -----
O senhor **Presidente da Assembleia Municipal**, pôs à votação a ata em minuta. A ata em minuta, foi aprovada por unanimidade. -----
Agradeceu a forma elevada como decorreram os trabalhos desta Assembleia, ficando assim facilitada a condução dos mesmos, por parte da Mesa e deu por encerrados os trabalhos da presente sessão da Assembleia -----
Para constar foi lavrada a presente ata, assinada pelos Membros da Mesa e subscrita por mim Maria de Fátima dos Santos Machado Silva, que a redigi e, também, assino. --

O Presidente:

O 1º Secretário

O 2º Secretário

A funcionária



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

Largo de Camões – 5400 - 150 Chaves
Telefone: 276340500 Fax: 276327724 – E-mail- assembleia.municipal@chaves.pt

Ata n.º 3 - 30/04/2019